CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

EM DEFESA DA SAÚDE, DA MEDICINA E DOS MÉDICOS

CRM-DF – 60 ANOS
Publicação do Conselho Regional de Medicina do DF – dezembro/2021

Conselheiros:
Alécio de Oliveira e Silva; Alexandre Cherman; Alípio de Sousa Neto; Carlos Guilherme da Silva Figueiredo; Caroline da Cunha Diniz; César de Araújo Galvão; Claudio Picanço da Silva Júnior; Cristofer Diego Beraldi Martins; Edna Márcia Xavier; Ely José de Aguiar; Farid Buitrago Sánchez; Flávia Vieira Guimarães Hartmann; Gabriella de Oliveira Ribeiro; Getúlio Bernardo Morato Filho; Gustavo de Almeida; Ivan de Faria Malheiros; José Flávio de Souza Bezerra; José Nava Rodrigues Neto; Josierton Cruz Bezerra; Juracy Barbosa dos Santos; Kenicassio Jesus Batista; Leonardo Santos Rocha Pitta; Leonel Rossetti Calvano; Luis Piva Júnior; Luiz Hamilton da Silva; Marcela Augusta Montandon Gonçalves; Marcello Oliveira Barbosa; Márcio Almeida Paes; Marcos Moura Santos; Mário Eunides Junqueira Guimarães Júnior; Mirian Minotto Marques; Odésio Luiz Lunz; Osório Luis Rangel de Almeida; Procópio Miguel dos Santos; Renata Nayara da Silva Figueiredo; Rosylane Nascimento das Mercês Rocha; Salvador Celso Varella Albuquerque; Sérgio Tamura; Tiago Sousa Neiva; Ubirajara José Picanço de Miranda Júnior; Ulysses Rodrigues de Castro; Zildinai França de Oliveira.

Criação, projeto gráfico, diagramação e capa:
Diagraf Comunicação, Marketing e Serviços Gráficos Ltda.

Edição:
Ludmila Mendonça Vaz e Flávia Brandão

Revisão:
Ludmila Mendonça Vaz e Flávia Brandão

Catalogação na fonte: Biblioteca do CFM

60 anos do CRM-DF 1961-2021: em defesa da medicina, da saúde e dos médicos / Coordenação de Farid Buitrago Sánchez, Ludmila Mendonça Vaz, Flávia Feitosa Brandão. – Brasília: CRMDF, 2021.
158p. ; 21x25 cm.

ISBN 978-65-991837-1-3

1. Conselho de Medicina - História. 2. Medicina no Distrito Federal-Brasil. 3. Entidades médicas no Brasil. I. Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. II. CRMDF. III. Sánchez, Farid Buitrago. IV. Vaz, Ludmila Mendonça. V. Brandão, Flávia Feitosa.

CDD 610:981

Introdução

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) comemora os primeiros sessenta anos de sua história e este livro registra alguns dos eventos que aconteceram desde sua criação.

O CRM-DF tem por finalidade, na área de sua jurisdição e nos limites de sua competência, supervisionar o cumprimento das normas da ética profissional e, ao mesmo tempo, julgar o exercício profissional do médico e disciplinar a categoria médica, cabendo-lhe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e elevado conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

Atualmente, sua missão fundamental, é garantir através de um trabalho de excelência, o perfeito desempenho ético da medicina, dentro dos parâmetros da legalidade, visando a defesa da sociedade e da classe médica.

Os Conselhos de Medicina foram criados em 1957, através de uma Lei assinada pelo então presidente, Juscelino Kubitschek, que concedeu-lhes entre outras prerrogativas, a autonomia para fiscalizar o exercício da profissão. Brasília ainda não tinha sido fundada, por tanto, o CRM-DF foi constituído depois. A capital do Brasil foi inaugurada em 21 de abril de 1960. A data não fora escolhida ao acaso: o novo centro de decisões da República viria ao mundo oficialmente no Dia de Tiradentes, símbolo da luta pela independência e pelos valores republicanos no Brasil. O CRM-DF foi oficialmente criado em 27 de março de 1961.

Nesses sessenta anos, a Medicina e o mundo mudaram radicalmente em velocidade vertiginosa e as entidades médicas tiveram que inserir-se nesse processo de evolução e mudança. Os novos conhecimentos, as novas tecnologias, as mudanças no ensino e na prática da Medicina foram acompanhadas pela necessidade de constante atualização e pela melhoria nos processos de gestão. O CRM-DF não podia ficar alheio a estas mudanças e seus processos de registro, processos judicantes e de fiscalização foram melhorando até chegar ao nível atual, quando, pelas auditorias realizadas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), foram considerados serviços de excelência.

No momento, o CRM-DF tem mais de 29 mil registros de médicos, dos quais mais de 17 mil médicos estão ativos e atuando nas diferentes especialidades. Também neste período foram abertas seis escolas de medicina, duas públicas e quatro privadas, todas com grupo de docentes comprometidos e com campus universitário que oferta as condições adequadas ao ensino e anualmente, formam médicos de excelência.

O CRM-DF estabeleceu-se inicialmente, em uma sala do Ministério da Saúde, contudo, houveram várias transferências de local, até chegar a sua Sede atual, no segundo andar do Edifício Centro Empresarial Parque Brasília, com espaço suficiente para atendimento adequado da população e dos médicos e com conforto para todos os funcionários que laboram na autarquia.

Recentemente, no ano de 2021, mesmo em meio ao caos da pandemia, terminamos a expansão da sede com a criação de um auditório com capacidade para 100 pessoas, (espaço almejado pela atual diretoria e pela comunidade médica para a realização de eventos, reuniões e outras atividades importantes para o funcionamento da autarquia). Junto a este, foi inaugurado um novo plenário com todas as implantações tecnológicas que permitem a realização de atividades de Plenárias Administrativas, julgamentos e reuniões, tanto de forma presencial, como de maneira remota com possibilidade de transmissão dos eventos de maneira virtual.

Desde o ano de 2020, é bem sabido que estamos em um cenário pandemico, causada pelo SARS-Cov2 que infelizmente já ceifou muitas vidas e nunca na história médica do Brasil, os médicos foram chamados a serem tão protagonistas na primeira linha, como neste momento. Foi imenso o desafio para toda a classe médica, assim como, para a comunidade cientifica em geral. A classe médica não fugiu de suas responsabilidades. Os Conselhos de Medicina também foram chamados a se manifestar e participar ativamente neste período difícil, no qual aconteceram também, grandes mudanças. Assim citamos, a consolidação da Telemedicina como uma prática comum pela necessidade de distanciamento social.

A principal mudança na prestação de serviços do CRM-DF aconteceu em sua estruturação e disponibilização de um portal de serviços, pela internet, através do nosso site. Neste portal, são ofertados todos os serviços possíveis para que os usuários não

tenham a necessidade de se deslocar até ao Conselho, para solucionar suas demandas, visando assim, ofertar maior comodidade e otimização de tempo.

Neste livro, tentamos mostrar parte de nossa história (que apesar de ainda estar em construção), mas nos desculpamos, caso tenhamos esquecido de fatos relevantes destes 60 anos, e, portanto, solicitamos a colaboração de todos os protagonistas para continuarmos acrescentando fatos, que nos ajudem com a construção histórica deste CRM-DF.

Estamos deixando apenas um registro, ainda que parcial, da ação generosa, paciente e competente dos que vieram antes de nós. Queremos agradecer a todos os, conselheiros, diretores, membros de câmaras técnicas, funcionários, pessoas que de uma maneira ou outra, com sua contribuição, construíram o CRM-DF.

Somos herdeiros dessa trajetória de sessenta anos e de profissionais que fizeram o melhor para defender a medicina. Estamos construindo em cima dos alicerces deixados por pessoas visionárias. Podem ter certeza de que esta atual gestão (membros da Diretoria e Conselheiros), está comprometida em deixar um legado para as próximas gerações, que tem a obrigação de continuar exercendo a Medicina, baseada nos princípios da ética, justiça, humanidade com a melhor qualidade possível.

Farid Buitrago
Presidente do Conselho Regional de Medicina do DF

Sumário

O CRM-DF 13

Regimento Interno 14
Competência do CRM 15

Entidades Médicas em Brasília 21

Conselho Federal Medicina 21
Sindicato dos Médicos de Brasília 22
Associação Médica de Brasília 23
Academia de Medicina de Brasília 24

Escolas de Medicina no DF 25

Universidade de Brasília 25
Universidade do Planalto Central 27
Escola de Ciências da Saúde 27
Universidade Católica de Brasília 28
Centro Universitário de Brasília 28
Centro Universitário Euroamericano 28

Comunicação Moderna 29

Publicidade Médica e Internet 31

Ética para os Médicos 33

Entrega de Carteiras e Código de Ética 34
Mérito Ético Profissional 34

Educação Médica Continuada 36

Curso de Ética Médica 36
SAMU 37
Congresso de Ética Médica 2016 38
Congresso de Estudantes de Medicina do DF 42

Encontro do CRM-DF sobre Comunicação Médica 45
Setembro Amarelo 47
Internet e Redes sociais 52
Julgamento Simulado 54
Educação continuada na pandemia 55

Notícias 57

Criação do SAMU 58
Mulheres na presidência do CRM-DF 60
Médicos na Esplanada dos Ministérios 62
Ato Médico foi um grande passo para o reconhecimento da Medicina 64
Sancionada a Lei que determina uso da expressão 'médico' em diplomas 66
Médicos em defesa da criança desaparecida 68
CRM-DF lança carimbo e selo com a logo da autarquia 70
Conscientização e orientação de prevenção
aos acidentes e doenças no trabalho 72
Falsos Homeopatas são presos por exercício ilegal da medicina 74
Violência contra os profissionais de saúde 76
Câncer de mama é a doença que mais mata as mulheres no país 78
Campanha: O amor não se aquece sozinho 81
COVID 19 – CRM-DF cobra vacinação de todos os médicos do DF 82
Luta pela vacinação dos médicos foi contínua 83
CRM-DF e AMBr se uniram para ajudar
na vacinação da população contra Covid 84
Publicações digitalizadas 86

Publicações 107

CRM-DF 35 anos 1996 108
Manual de Publicidade Médica 108
Admirável Mundo Médico 2002 109
As Belas Artes da Medicina 2003 109
Código de Ética Médica do Estudante de Medicina do DF 110
Consultas 1999 110
Votos Selecionados 111
Orientação sobre Publicidade Médica 111
Guia Prático sobre Atestados Médicos 2007 112
Prontuário Médico do Paciente – Guia Prático 2007 112

Manual sobre Telemedicina 113
Manual sobre Assédio Moral, Sexual e Discriminação 113

Legado de saudade 115

Depoimentos de Ex-presidentes 117

Antônio Luiz Ramalho Campos 120
Eduardo Pinheiro Guerra 121
Luiz Fernando Galvão Salinas 123
Lucianne Andréa Magalhães da Costa Reis 125
Hércules Sidnei Pires Liberal 127

Diretorias 131

Referências 155

Sede atual do CRM-DF
Setor de Indústrias Gráficas - Brasília-DF

Sede do CRM-DF no Edifício Baracat
Setor Comercial Sul - Brasília-DF

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal – CRM-DF

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal completa 60 anos de fundação e resgata sua história através desta publicação ao tempo em que homenageia as ex-diretorias.

Com a construção da nova Capital do Brasil – Brasília, começou a estruturação do Conselho que iniciou suas atividades em 27 de março de 1961. Criado pela Resolução 112 do Conselho Federal de Medicina (CFM) de 15.03.61 (D.O.U. 27.03.61) com sede em Brasília – DF e jurisdição em todo o território do Distrito Federal, de acordo com a Lei 3.268 de 30 de setembro de 1957, é uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

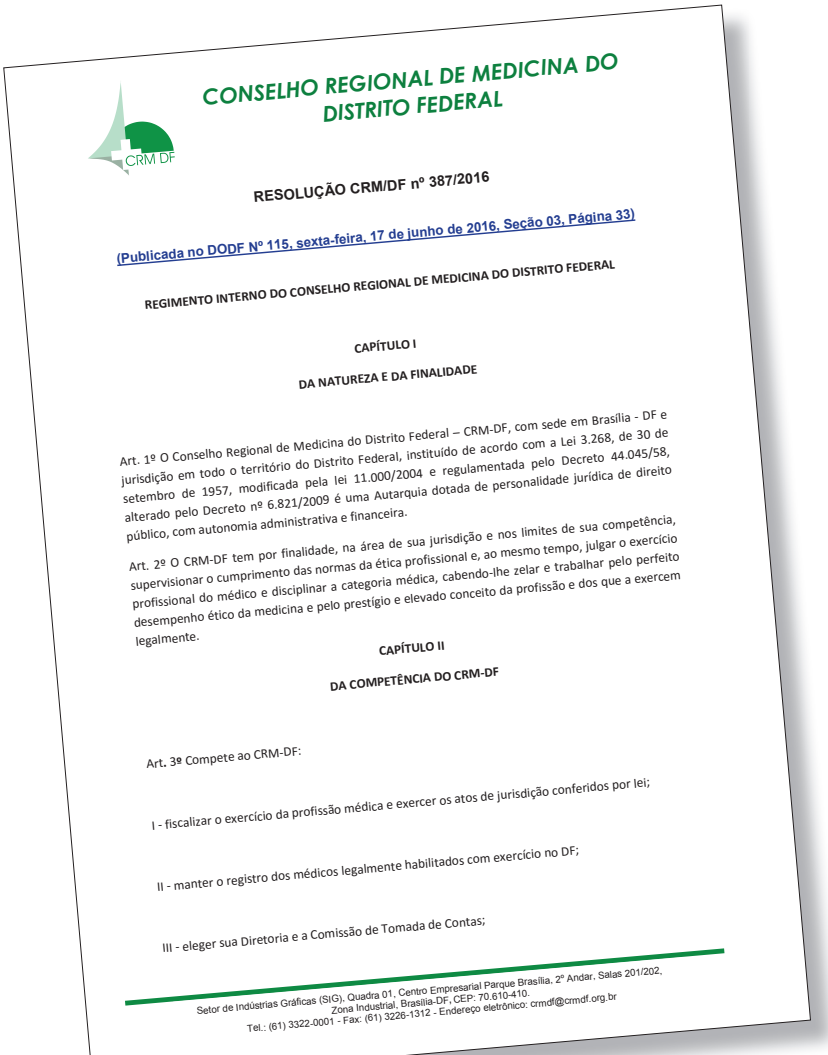
Em 15 de junho de 1961, logo após a inauguração de Brasília, foi inscrito o primeiro médico Alberto Pimentel Cardoso, dando início às atividades plenas do novo CRM-DF que teve como presidente na época, o médico Victor Jacobina Lacombe. A primeira mulher registrada foi a Dra. Maria Ophélia Galvão de Araújo, nona inscrita do Conselho. Hoje, o CRM-DF conta com mais de 17.000 médicos ativos no Distrito Federal.

Em meio a tantos anos de história, a autarquia teve ao longo destes 60 anos, cinco sedes (Ministério da Saúde, Baracat, Venâncio 2000, Centro Empresarial Assis Chateaubriand e Edifício Parque Brasília), 13 gestões e 20 presidentes que sempre cumpriram com as normas exaradas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e demais atribuições instituídas por Lei, visando a defesa da sociedade e da classe médica, assegurando e defendendo o exercício da medicina, dentro dos parâmetros da legalidade.

Em 2021, a gestão atual (2018-2023), criou um auditório para eventos médicos, uma nova plenária de julgamentos e para tomada de decisões de grande relevância para a classe médica, além de ter ampliado o espaço do Conselho e criado novos setores que tem ajudado a melhorar o atendimento e os serviços prestados pelo CRM-DF.

Regimento Interno

O primeiro Regimento Interno do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) foi aprovado pela Resolução do CFM nº 117, de 19 de janeiro de 1962, publicada no Diário Oficial de 12/09/62. Em setembro de 1993, o Conselho acrescentou ao Regimento Interno que o vice-presidente e o 2º secretário deveriam substituir o presidente e o 1º secretário do Conselho quando se ausentassem. Após essa modificação, o Regimento Interno só foi alterado novamente em 2016, através da Resolução do CRM/DF nº 387/2016 e encontra-se vigente até hoje. No documento são discriminadas todas as competências do Conselho.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO CRM/DF nº 387/2016

(Publicada no DODF Nº 115, sexta-feira, 17 de junho de 2016, Seção 03, Página 33)

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal – CRM-DF, com sede em Brasília - DF e jurisdição em todo o território do Distrito Federal, instituído de acordo com a Lei 3.268, de 30 de setembro de 1957, modificada pela lei 11.000/2004 e regulamentada pelo Decreto 44.045/58, alterado pelo Decreto nº 6.821/2009 é uma Autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Art. 2º O CRM-DF tem por finalidade, na área de sua jurisdição e nos limites de sua competência, supervisionar o cumprimento das normas da ética profissional e, ao mesmo tempo, julgar o exercício profissional do médico e disciplinar a categoria médica, cabendo-lhe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e elevado conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO CRM-DF

Art. 3º Compete ao CRM-DF:

I - fiscalizar o exercício da profissão médica e exercer os atos de jurisdição conferidos por lei;

II - manter o registro dos médicos legalmente habilitados com exercício no DF;

III - eleger sua Diretoria e a Comissão de Tomada de Contas;

Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 01, Centro Empresarial Parque Brasília, 2º Andar, Salas 201/202, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.610-410.
Tel.: (61) 3322-0001 - Fax: (61) 3226-1312 - Endereço eletrônico: crmdf@crmdf.org.br

Compete ao CRM-DF

O CRM-DF tem por finalidade, na área de sua jurisdição e nos limites de sua competência, supervisionar o cumprimento das normas da ética profissional e, ao mesmo tempo, julgar o exercício profissional do médico e disciplinar a categoria médica, cabendo-lhe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e elevado conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

Ao CRM-DF compete:

a) Fiscalizar o exercício da profissão médica e exercer os atos de jurisdição conferidos por lei;

b) Manter o registro dos médicos legalmente habilitados com exercício no DF;

c) Eleger sua Diretoria e a Comissão de Tomada de Contas;

d) Criar comissões para fins especiais, podendo participar das mesmas pessoas estranhas ao Conselho;

e) Expedir as instruções necessárias ao seu próprio funcionamento;

f) Conceder licença aos seus membros;

g) Aprovar a prestação de contas da Diretoria;

h) Promover a articulação política do Conselho com outras entidades;

i) Reformar o presente Regimento, *"ad referendum"* do Conselho Federal de Medicina.

Missão

Garantir, através de um trabalho de excelência, o perfeito desempenho ético da medicina, dentro dos parâmetros da legalidade, visando à defesa da sociedade e da classe médica.

Visão

Ser uma autarquia reconhecida por sua atuação e promoção do exercício ético da medicina, através de um serviço de excelência, com sustentabilidade e transparência.

Valores

- Ética
- Legalidade
- Sustentabilidade
- Imparcialidade
- Credibilidade
- Transparência
- Responsabilidade Social

Conselheiros: É composto atualmente por 42 conselheiros - dentre os quais quarenta são eleitos por voto direto dos médicos inscritos no estado para um mandato de cinco anos; e os outros dois são indicados pela Associação Médica de Brasília (AMBr).

As principais atividades:

Conselheiros: Participar das audiências; das sessões de julgamento; das reuniões plenárias; elaborar pareceres e respostas a pareceres/consultas; instruir procedimentos ético-profissionais; coordenar Câmara Técnica; propor resoluções que normatizem a Ética Médica; assumir o cargo de diretor ou coordenador de departamento.

Diretoria: Os conselheiros elegem, por voto aberto, a diretoria, cujos membros têm funções executivas na estrutura do CRM-DF. Cada integrante da diretoria tem funções determinadas, o que garante foco e transparência:

Presidente: Responsável pela administração do Conselho, dirigindo todas as atividades da Casa;

Vice-presidente: Responsável pelas Câmaras Técnicas;

Secretários: Organizam atividades relacionadas aos expedientes de secretarias, como plenárias e julgamentos, e coordenam o corpo de funcionários;

Tesoureiro: Responsáveis pelas finanças;

Corregedores: Responsáveis por processos, designações e julgamentos;

Coordenador de Comunicação: Responsável pela comunicação externa (divulgação à imprensa e produção de publicações impressas e digitais) e interna (funcionários);

Coordenador de fiscalização: Lidera vistorias em estabelecimentos de saúde;

Coordenador jurídico: Decide os assuntos da ética profissional, impondo as penalidades que couberem;

Câmaras Técnicas: Assessoram o CRM-DF nas questões éticas, interdisciplinares e multiprofissionais. Até o primeiro

semestre de 2021, eram 34 Câmaras Técnicas.

Pessoas físicas e jurídicas: Por determinação legal, o CRM-DF registra todas as empresas que prestam serviços médicos no DF. Até julho de 2021, eram 3.855 empresas médicas registradas e ativas no estado, além de 16.971 médicos cadastrados ativos. Os cadastros são realizados pelo Departamento de Registro do CRM-DF.

Denúncias e sindicâncias: A sindicância é o processo realizado para averiguar uma denúncia recebida pelo CRM-DF, na qual haja indícios de conduta incorreta do ato médico. O CRM-DF instaura uma sindicância por meio do próprio paciente ou de algum familiar, ou por iniciativa do próprio Conselho (ex-ofício), tais como, denúncias recebidas pelos órgãos públicos e, Comissão de Ética Médica e denúncias veiculadas nos meios de comunicação. O Primeiro Processo Ético Profissional (PEP) foi instaurado em 1963. Em 2020 foram instauradas 185 sindicâncias e 45 Processos Éticos Profissionais (PEPs). Até julho de 2021, 101 sindicâncias e 16 PEPs.

Garantia de sigilo: As sindicâncias sempre tramitam sob sigilo, mesmo depois de arquivadas ou transformadas em processo. O status da denúncia pode ser informado, mas os detalhes dos autos não. Apenas as partes envolvidas tem acesso de seu intero teor.

Recursos: Em caso de arquivamento, o denunciante pode apresentar recurso ao CFM, solicitando a reabertura da sindicância.

Julgamentos: O CRM-DF recebe, apura e julga denúncias relacionadas ao exercício da Medicina, de acordo com o Código de Ética Médica (CEM) e as resoluções e normas publicadas pela instituição e pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), sempre em conformidade com a legislação vigente.

Tipos de penalidade: Após julgado o caso, o CRM-DF pode estabelecer cinco tipos de penalizações, se houver condenação: A – Advertência confidencial em aviso reservado para o médico; B – Censura confidencial em aviso reservado para o médico; C – Censura pública em documento oficial, na qual o nome do médico é publicado em um edital e divulgado em Diário Oficial, em jornais de grande circulação e no Jornal do CRM-DF; D – Suspensão do exercício profissional em até trinta dias, de acordo com o período previsto no edital publicado em Diário Oficial e no site do CRM-DF; E – Cassação do exercício profissional (o médico

perde a autorização de exercer a Medicina) publicada no Diário Oficial e no site do CRM-DF.

Fiscalização: O CRM-DF realiza vistorias em instituições de saúde, como clínicas, hospitais e demais estabelecimentos, para verificar as condições de trabalho e a assistência prestada à população. A fiscalização é motivada por demanda própria, por sindicância ou por processo em andamento. A fiscalização ocorre, principalmente, para instruir processos disciplinares e sindicâncias e, sempre que requisitado pelos médicos, para fiscalizar as condições de trabalho. Em 2021, o trabalho do departamento cresceu 74%, em comparação ao período de janeiro a maio, dos anos de 2019 e 2020. Em 2020, por exemplo, nos primeiros 5 meses do ano, foram realizadas 477 ações. Já em 2021, até o momento, são contabilizadas 830 fiscalizações. Isso mostra que o Conselho está sempre atento às condições das instituições de saúde e atua sempre para exigir os melhores ambientes de trabalho aos médicos e de atendimento aos pacientes.

Planejamento estratégico do CRM-DF

Instituído no final de 2020, o planejamento estratégico foi criado com a necessidade de fornecer respostas, em nível operacional, à sociedade médica de Brasília, no sentido de disponibilizar serviços ágeis e eficazes aos profissionais médicos. Concluído no mês de abril de 2021, o planejamento estratégico reviu e adequou a Missão, Visão e os Valores do CRM-DF, com o objetivo de nortear o médico com modernidade e compromisso o médico, além de desburocratizar, reduzir o tempo e oferecer maior gama de serviço em diferentes plataformas a médio e longo prazo.

Conforme a Constituição Federal, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a República. Sendo assim, o texto retrata a seguinte finalidade do CRM-DF, nos limites de sua competência e jurisdição: "supervisionar o cumprimento das normas da ética profissional e, ao mesmo tempo, julgar o exercício profissional do médico e disciplinar a categoria médica, cabendo-lhe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio de elevado conceito da profissão e dos que a exercem legalmente".

Com o objetivo de cumprir a missão supra declarada pela Constituição Federal, o Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal – CRM-DF, tem

investido diversos recursos na modernização e melhoria continua, dos processos e serviços de todos os departamentos da Autarquia. E para elevar a qualificação do CRM-DF, em 2020 foi iniciado a implantação do Planejamento Estratégico na Instituição, cujos desdobramentos do projeto, teve como proposito conhecer e mapear as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças da Instituição, trabalho que foi orientado por uma empresa especializada que envolveu todos os funcionários, diretores e conselheiros.

Todos os pontos foram trabalhados e qualificados para tornar a Instituição mais ágil, moderna e muito mais eficiente, sempre visando em oferecer o melhor atendimento ao médico e uma cultura organizacional saudável para os funcionários.

O Planejamento Estratégico reviu e atualizou a Missão, a Visão e os Valores da Autarquia, adequando-as, às necessidades e demandas atuais. Itens como padronização de processos, reengenharia dos processos de trabalho, downsizing e modernização do sistema de informática, juntamente com treinamento e qualificação de funcionários, foram analisados, redesenhados e qualificados, e atualmente estão na fase de melhoria continua.

Em destaque o que tange a melhoria do sistema de informática, o CRM-DF vai disponibilizar ainda neste ano, um novo sistema on-line que tem como proposito, facilitar e estreitar o relacionamento do médico com a Autarquia, neste novo sistema o médico poderá de forma intuitiva e de fácil operacionalização, realizar a maioria de suas demandas, seja elas no âmbito da Pessoa Física – PF ou Pessoa Jurídica – PJ. Como pessoa física ele poderá dispor de diversos serviços como por exemplo, consultar situação profissional, solicitar alteração de registro, pagar boleto, entre outros. Na pessoa Jurídica, o RT

da Instituição de saúde, terá muito mais recursos disponibilizados, a exemplo, a renovação de Certificado de Regularidade, nova Inscrição PJ, entre outros. São serviços que poderão ser totalmente realizados neste novo sistema *on-line* sem a necessidade de deslocamento até o CRM-DF. Toda a complexidade ainda existente, será substituída por um conjunto de facilidades, entre elas a possibilidade de delegar atividades a terceiros (contador), enviar documentos digitais e finalizar o processo com assinatura digital e emissão do próprio Certificado. Estes e outros serviços estarão disponíveis para serem acessados através de um computador ou na palma da mão, com o uso do *smartphone*.

O Planejamento Estratégico tem sinalizado para implementação de políticas internas de economicidade e preocupação com o meio ambiente. Com base nele, há diversas frentes de trabalho como a de conscientização dos usuários para uso inteligente dos recursos escassos como luz, água, papéis, entre outros, que além de atender a essa demanda, atende também a constante necessidade de redução de custos, sem prejudicar a oferta de serviços e o pleno funcionamento da Instituição.

Entidades Médica em Brasília

Conselho Federal de Medicina (CFM)

O CFM foi fundado em 1951, por uma necessidade perceptível: fiscalizar e normatizar a prática médica no Brasil. Com sede em Brasília, busca exercer o seu ofício de maneira transparente, ética e profissional.

Porém, com a constante transformação da categoria médica no país, novos desafios foram surgindo e, com isso, a necessidade de ir além. A autarquia desenvolveu novas competências e aprimorou sua gestão, impactando de forma positiva a qualidade do serviço médico prestado à população.

Em sua longa trajetória, o CFM sempre teve o compromisso de defender a boa prática médica e, ao mesmo tempo, garantir a defesa da saúde da sociedade, adotando uma política de saúde digna e competente.

Sindicato dos Médicos do DF (SindMédico-DF)

O SindMédico-DF tem o dia 8 de novembro de 1978 como data oficial de sua fundação. Para obter a carta sindical, em 28 de novembro, a categoria da Classe Médica, se organizava em torno da Associação Profissional dos Médicos do Distrito Federal.

A recém-inaugurada capital da República contava com uma Associação Médica e um Conselho Regional de Medicina, mas, por força de imposição do regime dominante à época, as organizações sindicais estavam proscritas. A fundação do Sindicato ocorreu na esteira dos movimentos pela democracia que eclodiram em todo o país.

Impulsionados pelo Movimento Médico Independente Renovador, do Rio de Janeiro, e Renovação Médica, de São Paulo, e o ambiente de ebulição política na Universidade de Brasília, os médicos da capital federal, desencadearam a mobilização com discussões amplas e democráticas em todas as unidades de saúde. As lideranças, ou maior parte delas, foram surgindo no processo.

Associação Médica de Brasília (AMBr)

A AMBr nasceu antes da Capital, no dia 6 de fevereiro de 1959. A primeira Diretoria teve como presidente o Dr. Isaac Barreto Ribeiro, acompanhado pelo Presidente de Honra e também da República, Juscelino Kubitschek. A gestão que deu início à AMBr foi responsável pela elaboração do estatuto da entidade.

O local funcionava em salas emprestadas pela Novacap e, posteriormente, passou para um espaço no Edifício Pioneiras Sociais. Já na década de 80, conquistaram a primeira sede, localizada na 913 Sul: um prédio de tijolinhos à vista, projeto do arquiteto Paulo Zimbres. Ali, passaram por 22 anos – de 1985 a 2007, quando mudaram para a atual sede, no Setor de Clubes Sul.

Academia de Medicina de Brasília (AMeB)

No dia 18 de outubro de 1989, reuniu-se na residência do Professor Dr. Antônio Márcio Junqueira Lisboa, no Lago Sul, um grupo de quatro médicos - os Drs. João da Cruz Carvalho, Ítalo Nardeli, Laércio Valença e Francisco Pinheiro Rocha - com o intuito de fundar a Academia de Medicina de Brasília. O anteprojeto do anfitrião, após ter sido apresentado e discutido, foi aprovado por unanimidade pelos presentes, transformando-se na primeira Ata da Academia de Medicina de Brasília (AMeB).

Alguns dias depois, em oito de novembro e no mesmo local, foram convidados para também fazer parte da recém fundada Academia os Drs. Wilson Eliseu Sesana, Tito Andrade Figuerôa, Hélcio Luiz Miziara, Manoel Ximenes Netto, Pedro Luiz Tauil, Rosely Cerqueira de Oliveira, Sérgio da Cunha Camões e Elias Tavares de Araújo. Nesta data foi eleita a primeira Diretoria da Academia de Medicina de Brasília. Duas décadas depois, já sob a presidência do Acad. José Leite Saraiva e amparada pela Lei Nº 4.182, de 21 de julho de 2008, a AMeB foi declarada entidade de Utilidade Pública.

Escolas de Medicina no DF

UnB

Cinco anos após o CRM-DF ser criado, surgiu a primeira Faculdade de Medicina do Distrito Federal, na Universidade de Brasília. As atividades foram iniciadas em 08 de agosto de 1966. O projeto de implantação foi pioneiro e contemplava como objetivo principal "formar um profissional diferenciado (generalista), capaz de prestar amplos serviços em prol da saúde de uma comunidade e tendo, pois, uma compreensão global dos setores de saúde".

Os professores Barrozo do Amaral, José Roberto Ferreira e Luiz Carlos Galvão Lobo, sob a coordenação do último, foram responsáveis pela definição da filosofia educacional que seria implantada e que se caracterizou por um currículo integrado por sistemas orgânicos e uma prática inserida plenamente no território. A proposta contemplou comissões de integração horizontal e "comissões de assunto" que tratavam da integração curricular vertical.

Três anos depois foi criada, em 1969, a Faculdade de Ciências Médicas que se transformou em Faculdade de Ciências da Saúde e incorporou os

cursos de odontologia, enfermagem e ciências biomédicas. Os documentos da época registraram que o curso de medicina, nesse momento, integrado a outros cursos do campo da saúde teria por objetivo "formar médicos aptos a compreender os múltiplos fatores que alteram o equilíbrio entre o indivíduo e o meio ambiente, produzindo os processos mórbidos, que encarem a saúde no seu sentido mais amplo de estado de bem-estar físico, mental e social, e que estejam, assim, capacitados a promover, manter e restaurar a saúde não só do indivíduo, mas também da família e da própria comunidade".

As atividades de formação inicialmente foram realizadas no Instituto Central de Ciências e na Unidade Integrada de Saúde de Sobradinho que envolvia todo o território incluindo o hospital e a rede de unidades de saúde com forte interação com a comunidade.

Em 1987, as atividades de formação em ambiente hospitalar foram transferidas para o atual Hospital Universitário de Brasília, à época denominado Hospital Docente Assistencial que passou a ser administrado formalmente pela Universidade de Brasília em 1990.

O curso acompanhou o desenvolvimento da Faculdade de Ciências da Saúde até o ano de 1999, quando o Conselho Universitário (Consuni) aprovou a criação da Faculdade de Medicina como uma nova unidade acadêmica, sendo a sua primeira diretora eleita, a professora Tânia Torres Rosa.

A Faculdade de Medicina tem uma história imbricada com a história do Hospital Universitário de Brasília e também trilhou um caminho de integração com os serviços de saúde do Distrito Federal, celebrando em várias ocasiões os respectivos convênios que permitiram o desenvolvimento de atividades de formação na região do Paranoá. Atualmente os estudantes realizam atividades de formação e extensão predominantemente na Região Leste de Saúde.

Ao longo dos anos, o perfil da formação oferecida aos estudantes foi debatida e atualmente a visão que norteia o processo educacional avança, tendo como objetivo o fortalecimento da experiência no território, e pretende alcançar a meta de formação em um sistema integrado em linhas de cuidado que envolva os diversos níveis de atenção à saúde de forma organizada e efetiva.

Para tanto, a Faculdade de Medicina iniciou a implantação do seu novo currículo de acordo às novas diretrizes curriculares nacionais desde 2016, abrindo espaço para a formação de profissionais de perfil generalista que atendam prioritariamente às necessidades do Sistema Único

de Saúde – SUS. Dessa forma, a Faculdade de Medicina, volta ao seu ideário original, socialmente referenciado e com elevadas expectativas de contribuir efetivamente para a formação de médicas e médicos capazes de enfrentar os desafios no campo da saúde e contribuir de forma ética, com conhecimento e técnica, apurados, para uma prática humana e solidária da profissão.

UniCeplac

No final da década de 90, a cidade do Gama, no Distrito Federal, foi escolhida para receber o curso de Medicina do Centro Universitário do Planalto Central Prof. Apparecido dos Santos - UniCeplac. A presença da instituição causou fortes reflexos no desenvolvimento social e econômico da cidade e localidades adjacentes, mudando a história da região.

ESCS

Também com 20 anos de criação, o curso de medicina da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) foi criada em 2001, marcada de história e referência no ensino superior do Distrito Federal, são duas décadas traçando uma trajetória educacional de qualidade nos cursos de Medicina e Enfermagem, Pós-Graduação e Extensão. Formando médicos, enfermeiros, especialistas, mestres e doutores, com um diferencial no apoio às atividades de pesquisa da área da saúde, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

Durante os 20 anos de existência foram inseridos no mercado 1.104 médicos, 424 enfermeiros, 134 mestres e 12 doutores. A excelência da formação oferta-

da pela ESCS/FEPECS é comprovada por avaliações externas. O Curso de Medicina, por exemplo, obteve nota quatro no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), em 2019.

Os Programas de Residência Médica e Multiprofissional hoje abrigam 1.727 residentes em especialização em Latu-Sensu, que contribuem diretamente na assistência da população. Sendo uma forma de excelência para a formação de especialistas.

Universidade Católica

Em Taguatinga, o Curso de Medicina da Universidade Católica completou em agosto deste ano 20 anos de existência. Criado em 2001, a escola médica da cidade é muito procurada e concorrida pelos universitários.

Uniceub

Em 2013, o Distrito Federal ganhou um curso de medicina. As instalações do Centro Universitário de Brasília (Uniceub) foram inauguradas em junho com a pretensão de formar mais de 100 médicos por ano.

Unieuro

A mais recente escola que possui o curso de medicina até o momento, no Distrito Federal, foi Centro Universitário Unieuro.

Comunicação Moderna

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) chegou à internet em outubro de 1996, quando passou a disponibilizar informações e serviços através do primeiro site da autarquia: *http://www.rudah.com.br/crmdf.*

Dez anos depois, um novo site foi lançado pelo publicitário Fernando Mendes que foi convidado a apresentar o novo portal na internet. Na ocasião, os médicos conseguiam emitir a segunda via da anuidade e fazer alterações cadastrais *online*. A população também ganhou um espaço no site para apresentar denúncias e fazer consultas ao Conselho.

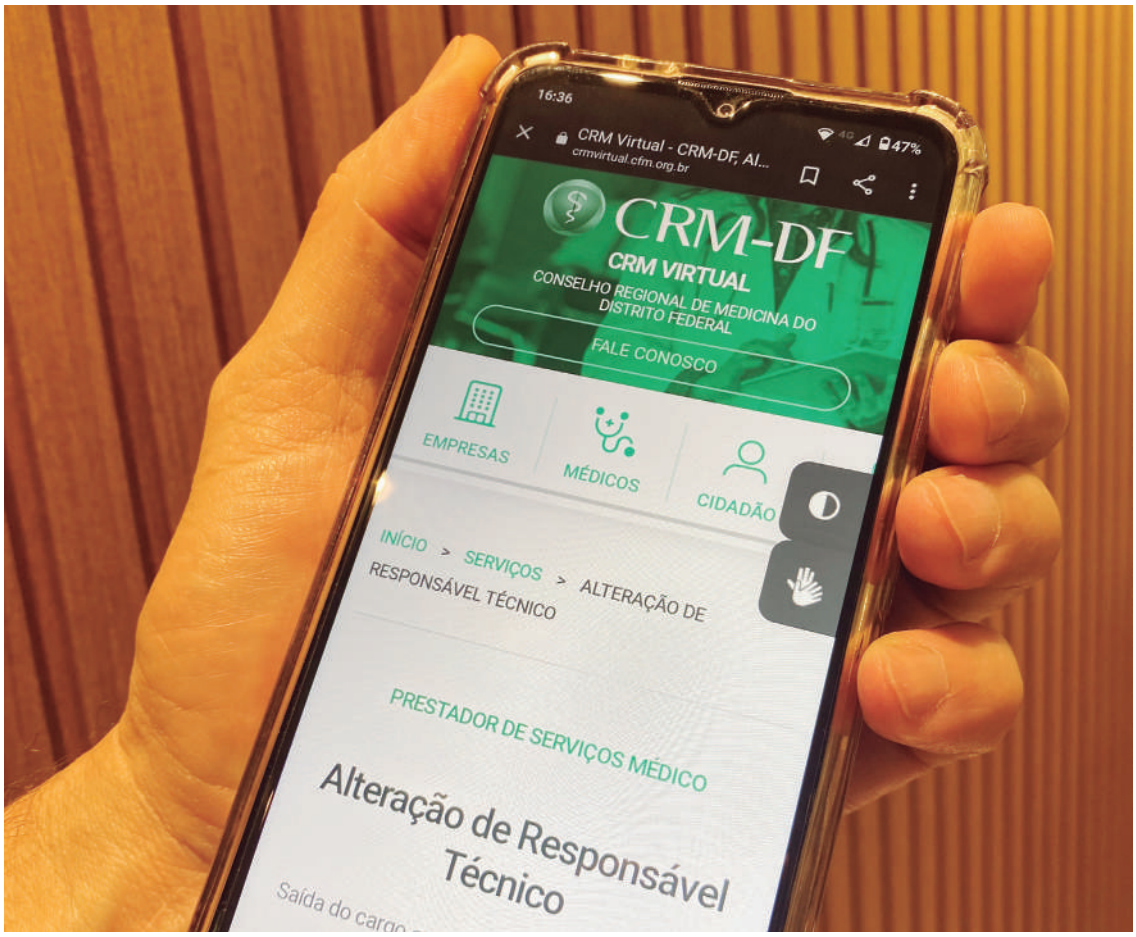
Atualmente, o CRM-DF tem se destacado no *Instagram*, *Facebook*, no site oficial e em seu canal do *Youtube* com posts educativos, totalmente voltado para a classe médica. As ações realizadas dentro e fora da autarquia também são constantemente divulgadas em nossos sítios da internet.

Com o auxílio de estratégias, estamos otimizando os nossos recursos e criando ações com ótimos resultados. Nesse sentido, as redes sociais se tornaram ferramentas fundamentais, permitindo alcançar um enorme público e também criar autoridade para o Conselho.

Hoje em dia, com o avanço tecnológico, a facilidade de acesso à internet e as mudanças na jornada da população, as redes sociais são uma oportunidade de apresentarmos um conteúdo de qualidade, com informação e interatividade. É importante dizer que essa iniciativa não anula outras estratégias, como o envio de *e-mail marketing*, por exemplo.

Outro grande ponto forte de se manter ativo nas redes sociais, é a garantia da satisfação do cliente, ou seja, do médico e da população, que vem por meio de um relacionamento direto. Os usuários utilizam as mídias sociais não apenas para relatar coisas boas, mas frustrações também. As pessoas devem se sentir bem atendidas e terem boas experiências com as marcas que se relacionam, isso é o que o CRM-DF quer passar para a classe médica.

Em 2020, o CRM-DF buscou estabelecer uma nova forma de se comunicar com os médicos e com a sociedade. Para a classe, modernizou seus canais e aperfeiçoou a comunicação pelas redes sociais. Na relação com os veículos de imprensa, a autarquia reavaliou sua estratégia de divulgação proativa, em função da pandemia do Covid-19, dando foco a temas prioritários.



Publicidade Médica e a Internet

O uso intenso de equipamentos eletrônicos e o acesso às redes sociais trazem dilemas vivenciados pelos médicos.

Em novembro de 1985, o CRM-DF instituiu por meio da Resolução CRM-DF N° 9056/85, normas e anúncios padrões para a publicidade médica do Distrito Federal. O documento pautado por normas de discrição e sobriedade, bem como a dignificação da classe, foi decidido durante Sessão Plenária, como rege:

> I - E obrigatório na publicidade: a) constar o número de inscrição do médico no CRM-DF; b) constar o nome e respectivo número de inscrição no CRM-DF, do responsável técnico, em publicidade de estabelecimentos hospitalares e correlatos; c) obedecer aos limites máximos de 12 (doze) por 10 (dez) centímetros na publicidade em órgãos de informação, catálogos e correlatos.
>
> II - E vedado na publicidade médica anunciar: a) o rol dos convênios aos quais o médico ou instituição é associado; b) procedimentos e detalhamentos relativos à especialidade; c) resumo curricular do médico·
>
> d) detalhamento do tratamento oferecido; e) a cura de doenças, o emprego de método infalível ou não aprovado na prática médica e a prática de intervenções ilícitas. Art. 29 - Pelo anúncio do estabelecimento de saúde responde perante o CRM-DF o seu Responsável Técnico.
>
> Art. 39 - Instituir os modelos de anúncios para médicos e estabelecimentos hospitalares e correlatos (anexos I e II). Art. 49 - Considerar a Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos do CRM-DF, o órgão fiscalizador e orientador das normas constantes na presente resolução.

Compete à Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos, avaliar assuntos referentes à publicidade médica e sobre os temas da Medicina veiculados à população.

É importante que os médicos estejam sempre atentos as normas. Antes de fazer postagens em redes sociais (*site*, *Instagram*, *Facebook*, entre outros) ou confecção de receituário e impressos em

geral, o médico deve se inteirar das regras de publicidade médica. Em caso de dúvidas fazer contato com a Comissão de Divulgação e Assuntos Médicos (Codame) através do e-mail: codame@crmdf.org.br enviando o informe a ser publicado: texto, fotos etc.

Quais as perguntas são mais frequentes junto à Codame:

1. Posso anunciar curso de pós-graduação?

R: Não. Apenas em área relacionada a especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Por confundir o público leigo, com especialidade.

2. É permitido utilizar fotos de paciente com autorização do mesmo?

R: Não, é expressamente proibido expor a figura de pacientes, mesmo com autorização dos mesmos. Incluindo as fotos de Antes e Depois.

3. Posso dar entrevistas para imprensa?

R: Sim, desde que a postura seja apenas de esclarecimento à sociedade, excluindo o sensacionalismo e autopromoção, ou sugerindo que trabalhe com técnicas exclusivas.

4. Em Congresso médico posso usar fotos de pacientes?

R: Sim, pode ser usado quando imprescindível e desde que autorizado previamente pelo paciente.

Ética para os médicos

A ética é responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo especialmente a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações, presentes em qualquer realidade social. Baseando-se nestes fundamentos, o CRM-DF criou, em 2002, o Código de Ética do Estudante de Medicina que era realidade apenas em alguns países, como Inglaterra, Estados Unidos e Canadá. No Brasil, algumas instituições de ensino e Conselhos Regionais de Medicina instituíram, por iniciativa própria, normativos internos. O código foi editado nos anos seguintes, seguindo até 2005 com a quarta edição.

O CRM-DF distribuiu o exemplar aos acadêmicos, em instituições de ensino médico no Distrito Federal. As normas, adaptadas do Código de Ética Médica da época, indicavam aos futuros profissionais o caminho a ser seguido para obterem a realização pessoal, o sucesso profissional e o apresso da sociedade.

Em 2017, o Conselho Federal de Medicina (CFM) lançou o Código de Ética do Estudante a nível nacional. Com conteúdo adaptado e inspirado em códigos semelhantes editados em outros países, o Código de Ética do Estudante de Medicina, contém os preceitos éticos, deveres e regras que devem balizar o relacionamento entre estudantes, profissionais, professores/orientadores e colegas. São 45 artigos organizados em seis eixos que ressaltam atitudes, práticas, princípios morais e éticos para guiar os estudantes de medicina dentro e fora da sala de aula.

Entrega de Carteiras e Código de Ética

Em 2013, O CRM-DF passou a antecipar a entrega das carteiras profissionais aos jovens médicos, fazendo a entrega com objetivo de prestigiar os formandos durante a outorga de grau, na conclusão do curso de graduação. Com o documento em mãos, o médico ganha o direito legal de exercer a medicina. Na oportunidade, também são entregues os Códigos de Ética Médica, para que os médicos tenham o material com fácil acesso e cumpram o seu trabalho com ética e dedicação ao próximo.

Mérito Ético Profissional

Instituído em 8 de fevereiro de 2001, por meio da Resolução CRM-DF n° 18 de 2001, considerando a necessidade de dar conhecimento público, dos exemplos dignificantes no exercício da profissão médica. O 'Diploma de Mérito ético Profissional' tem o objetivo de agraciar os médicos inscritos no CRM-DF que tenham completado 50 anos ininterruptos de exercício da profissão, sem qualquer sanção ética e que tenham desempenhado um importante papel junto à sociedade do Distrito Federal e à categoria médica.

O CRM-DF homenageia todos os anos esses médicos que atuam em prol da população com tanto zelo, ética e profissionalismo. Devido a pandemia, a autarquia não pode realizar o evento nos últimos dois anos, mas decidiu homenagear todos esses profissionais em 2021. Divididos em grupos e em dias intercalados, o

Conselho iniciou no dia 27 de outubro, o primeiro dia de homenagem. A solenidade fez parte da comemoração do Dia do Médico, que foi celebrado durante todo o mês de outubro pela autarquia.

Na oportunidade, durante a abertura, estiveram presentes o presidente do CRM-DF, Farid Buitrago, a 1ª secretária, Marcela Montandon, e o tesoureiro Carlos Guilherme Figueiredo, que entregaram aos médicos homenageados, uma placa e um certificado que simbolizam a gratidão pelos anos de serviços prestados.

Nos dias 29 de outubro e 03 de novembro, outros médicos que completaram 50 anos de profissão sem sanção ética também foram condecorados.

Educação médica continuada

Curso de Ética Médica

Buscando ensinar a importância da ética na profissão, o CRM-DF prepara um cronograma com temas atuais apresentados por grandes nomes da medicina e do meio jurídico, para os residentes da Secretaria do Estado de Saúde do DF (SES-DF).

Foram 53 Cursos de Ética Médica, com cerca de 200 médicos residentes em cada. Os médicos participavam das palestras ministradas no auditório da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS). O curso, sempre ministrado nos meses de maio e setembro, é pré-requisito para o recebimento do certificado de conclusão da residência médica, na Secretaria de Saúde conforme a Resolução n° 02/2016 da Comissão Nacional de Residência Médica.

Estudantes de medicina participam de curso de acidente com múltiplas vítimas

Normalmente os casos envolvendo múltiplas vítimas são decorrentes de acidentes com transportes coletivos como ônibus, metrô e avião ou que envolvam vários veículos simultaneamente. Para aprender um pouco dessa rotina, mais de 100 estudantes de medicina do 12º semestre, de quatro faculdades do Distrito Federal (Católica, ESCS, UnB e Faciplac) participaram, de 1 a 3 de agosto de 2015, do Curso Básico de Urgência e Emergência- Acidente com Múltiplas Vítimas, promovido pelo Conselho Regional de Medicina (CRM-DF) em parceria com Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do DF. O curso teve duração de oito horas, sendo quatro horas de aula teórica e quatro de aula prática.

As aulas práticas foram realizadas por instrutores especializados do SAMU, no Núcleo de Educação e Pesquisa do SAMU (NEP). Eles foram instruídos em como realizar o atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência, priorizando a classificação de risco das vítimas.

Os alunos também aprenderam sobre as rotinas envolvidas para garantir a condução adequada para socorrer cada tipo de vítima. Após a conclusão do curso, todos os estudantes receberam um certificado de participação.

Devido ao sucesso do curso entre os estudantes, o evento também foi realizado em 2016 e 2017.

Congresso de Ética Médica

Crise na saúde pública do DF e judicialização da saúde foram alguns dos temas abordados

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) promoveu, nos dias 16 e 17 de outubro de 2016, dois Congressos de Ética Médica. Um deles foi voltado para os estudantes de Medicina. O outro, para toda a classe médica. Nos eventos, foram discutidas numerosas questões relacionadas ao campo da Ética Médica em geral, afeito ao dia a dia dos médicos. Outros temas foram contemplados, como Crise na Saúde Pública do DF e Judicialização na Saúde.

Durante a abertura do IV Congresso de Ética Médica do DF, a presidente do Conselho, Martha Helena Pimentel Zappalá Borges, explicou que o evento foi programado com o objetivo de tratar assuntos debatidos na mídia e na classe médica. “Estamos passando por uma situação muito difícil na saúde pública do DF. Nossa intenção é debater esses assuntos durante o Congresso, falar sobre a crise instalada e mostrar aos médicos um pouco do que é o papel do CRM-DF, inclusive

com uma simulação de como ocorre um julgamento ético dentro da Autarquia", comentou a presidente.

Estiveram presentes à abertura do evento, o promotor Jairo Bisol, da Prosus do Ministério Público; o membro do Departamento de Fiscalização do Conselho Federal de Medicina e conselheiro do CRM-PB, Eurípedes Sebastião Mendonça de Souza; o presidente do Sindicato dos Médicos, Marcos Gutemberg Fialho da Costa; o subsecretário de Vigilância a Saúde do DF (SVS), Tiago Araújo Coelho e o médico cardiologista Geniberto Paiva Campos. Todos eles discorreram sobre a crise na saúde do DF.

Tiago Coelho apresentou a "árvore problema", metodologia usada pela SES-DF para identificar as áreas problemáticas da Rede Pública do DF. Explicou que cada área é estudada individualmente a fim de serem apontadas as falhas para que estas sejam corrigidas pelos setores responsáveis.

Já o promotor Jairo Bisol referiu que o governo está em um momento extremamente enfraquecido e com dificuldade de construir uma democracia sadia. Segundo ele, os problemas da saúde pública não são os técnicos, mas sim a esfera política, a qual vem causando o desmanche lento da rede pública de saúde.

Para Gutemberg, uma força-tarefa tem que ser feita para o SUS melhorar: "O problema da saúde pública é a gestão. Precisamos resgatar o SUS para que ele seja competitivo com o sistema particular, se não a população vai ficar desassistida", comentou.

Entrando no mérito da fiscalização, o conselheiro do CRM-PB Eurípedes Sebastião Mendonça de Souza comentou que há seis anos participa das fiscalizações realizadas pelo Conselho Federal de Medicina e que um dos problemas identificado por ele é a falta de cadastro dos estabelecimentos públicos nos conselhos regionais de medicina: "Precisamos de informações, como número de médicos, equipamentos, consultórios, dados fundamentais para o atendimento. Se os estabelecimentos não se cadastrarem, ficaremos sem saber os reais dados", explica.

O cardiologista Geniberto Paiva, acredita que para a saúde melhorar o governo tem que saber o ponto de vista do usuário:"É preciso fazer a representação do que o usuário quer e precisa. Temos que melhorar as políticas públicas, orga-

nizar os serviços, ter insumos, remédios. Sem isso não conseguiremos fazer nada", concluiu.

Outro tema muito debatido na abertura do congresso foi a judicialização da saúde.Houve participação de grandes conhecedores do assunto, dentre eles, o juiz de direito, Hilmar Castelo Branco Raposo Filho; o defensor público do DF, Fernando Honorato; a assessora jurídica legislativa da SES/DF, Hellen Falcão; o assessor médico do Prosus, Eduardo Pinheiro Guerra; o conselheiro do CRM-DF, Romero Bezerra Barbosa e o assessor jurídico do CRM-DF, Marco Antônio.

O defensor público Fernando Honorato explicou que hoje os usuários são muito bem informados dos seus direitos e que, por isso, há grande procura pela defensoria para conseguir o direito à saúde. Devido à grande procura, foi criada a Câmara de Mediação e Saúde para viabilizar o acesso à saúde sem precisar do poder judiciário. Segundo o defensor, 95,4% das ações em trâmite foram patrocinadas pela Defensoria Pública do DF. De janeiro a setembro deste ano, 14.799 moradores do DF e Entorno procuraram a defensoria para ter acesso e direito à saúde. Desses casos, 1.606 ações foram ajuizadas, e 90% dos casos foram solucionados administrativamente.

Para Hellen e Marco Antônio a judicialização é injusta. Eles não concordam em otimizar o serviço para um usuário específico só porque ele o solicitou judicialmente, fazendo que ele consiga acesso mais rápido ao atendimento, entrar à frente de quem esperava o mesmo procedimento, consulta, leito ou remédio há meses ou até anos. "Não concordo com esse procedimento. Temos que ter o procedimento para todos e não só para um. O sistema é para todos", comentou Hellen. Ela informou ainda que recebe de quarenta a cinquenta processos com ordem de prisão por dia, afim de cumprir os direitos dos solicitantes.

Marco Antônio disse que o poder judiciário entende de lei e não tem papel de gestor. "O judiciário não consegue ver quais as necessidades da população como um todo. Os casos devem ser estudados previamente antes de entrar no mérito da judicialização. Se tivéssemos condições de saúde hoje, a população não teria que cobrá-la na Justiça", concluí o assessor jurídico do CRM-DF.

Eduardo Pinheiro Guerra acredita que a regulação é a peça-chave para a organização do sistema de saúde: "Se o sistema de regulação funcionasse perfeitamente, a marcação de exames não seria tão problemática. Os contratos de manutenção de equipamento precisam ser regulados e assim não teríamos equipamentos quebrados. Hoje, no DF, se os pacientes não judicializarem suas demandas, eles não conseguirão fazer radioterapia, por exemplo", relatou Guerra.

Após cada explanação, os demais participantes puderam debater sobre o assunto e fazer perguntas aos palestrantes. No segundo dia de congresso, os temas tratados foram Alerta Médico, Perfil das Denúncias que chegam ao CRM-DF, Normas e Publicações dos Conselhos, Publicidade Médica, Transporte e Remoção de Pacientes entre outras questões de grande relevância para a classe médica.

Congressos de Ética Médica dos Estudantes de Medicina do DF

Atento ao futuro dos profissionais de medicina, o CRM-DF realizou o primeiro congresso voltado para estudantes em 2010. O segundo evento ocorreu em 2016

A solenidade de abertura do I Congresso de Ética Médica dos Estudantes de Medicina (CEMEM) do Distrito Federal reuniu centenas de estudantes e importantes representantes do meio médico, no auditório da Universidade Católica de Brasília. O evento, realizado entre os dias 08 e 10 de abril de 2010, contou com a participação do Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Roberto D'Ávila, que prestigiou os convidados com uma interessante palestra sobre os desafios da ética médica no século XXI. Em seu discurso, o presidente enalteceu o valor da compaixão, do real compromisso do médico de acompanhar o seu paciente, de zelar pela saúde e de se esforçar pela cura do enfermo.

Na ocasião, D'Ávila também parabenizou a iniciativa do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) de realizar o primeiro congresso sobre ética médica, voltado para os estudantes. Ao presenciar o auditório repleto, o presidente falou sobre a relevância desse debate nos dias de hoje. "Não é comum atrair a atenção de jovens para assuntos éticos. O que é comum é a atração de estudantes para temas direcionados à cirurgia plástica, dermatologia e novas tecnologias", afirmou.

Alexandre Castillo, presidente do CRM-DF à época, reafirmou a importância de se discutir temas éticos, ao lembrar o momento histórico que a medicina se encontra, o início da vigência do novo Código de Ética Médica. Ao destacar pensamentos de filósofos, como Baruk Spinoza, iniciador do pensamento iluminista, Castillo finalizou o seu discurso ao citar o valor do atual ordenamento da medicina, no qual estão atualizados conceitos e normas que vigoram há mais de 21 anos.

Nos demais dias do congresso, foram debatidos outros temas, pautados no cotidiano médico, como o segredo médico para os estudantes; prontuário médico – responsabilidade do estudante; consulta médica – limites do estudante; pesquisa em células-tronco; o SUS que temos e o SUS que queremos; respeito ao cadáver e peças de anatomia e o Código de Ética Médica do Estudante. Durante o evento, ocorreram debates, palestras e mesas.

Preocupada com a qualidade do evento, a comissão organizadora integrada pelos conselheiros Farid Buitrago, Josélia Nunes e Procópio Miguel, reuniu profissionais conceituados como palestrantes. Entre os participantes, estava o conselheiro Aloísio Tibiriçá (segundo vice-presidente do CFM); o Dr. Marcos Gutemberg Fialho (presidente do Sindicato dos Médicos); a Dra. Glória Andrade (vice-diretora do Curso de Medicina – FACIPLAC) e o Dr. José Saraiva (presidente da Academia Brasileira de Medicina). "É uma honra organizar um evento com profissionais conceituados, que possam ensinar e acrescentar informações importantes a esses jovens. Somos os primeiros a se preocupar com os estudantes de medicina", afirmou Farid.

O outro evento, II Congresso de Ética Médica dos Estudantes de Medicina do Distrito Federal, ocorreu no dia 16 de outubro de 2016, no Auditório do Conselho Federal de Medicina. Cerca de 100

estudantes participaram do evento, que abordou temas como Diretrizes Curriculares Nacionais, Ensino da Ética e Bioética, Limites da Atuação do Estudante, Sigilo e Documentos Médicos, Relação com Pacientes e Familiares, Demografia Médica no Brasil, Medicina Pública e Medicina Complementar, Atualização e Educação Médica Continuada, Telemedicina, Relação com a Indústria Farmacêutica, Transporte e Remoção de Paciente e Publicidade Médica.

Durante o congresso, também tiveram palestras sobre Desafios dos Médicos Recém-Formados e sobre como funciona o Sistema e Acreditação de Escolas Médicas de acordo com a Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM) e o Conselho Federal de Medicina (CFM) respectivamente. Ao término do evento, os estudantes tiveram a oportunidade de debater sobre os temas e tirar suas dúvidas sobre os assuntos tratados.

Encontro do CRM-DF sobre Comunicação Médica

Evento foi realizado para orientar as empresas de comunicação quanto a maneira correta de fazer publicidade médica

Devido ao número crescente de denúncias registradas no Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) em relação a publicações indevidas de médicos nos meios de comunicação, a Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (CODAME) que orienta os profissionais quanto à divulgação de matéria que eventualmente os envolva, evitando a autopromoção ou a exposição de seus pacientes, realizou no dia 30 de agosto de 2017, o I Encontro do CRM-DF sobre Comunicação Médica, na sede da autarquia

O evento foi promovido para as empresas de comunicação que prestam serviços aos médicos e teve como objetivo orientá-los quanto à maneira correta de fazer as divulgações e preveni-los contra os abusos na publicidade. As orientações foram baseadas através das Resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.974/2011 e 2.126/2015, onde o Conse-

lho estabelece os critérios norteados da propaganda em medicina, conceituando os anúncios, a divulgação de assuntos médicos, o sensacionalismo, a autopromoção e as proibições referentes a publicações em redes sociais, entre outros veículos de comunicação.

Na oportunidade, o corregedor do CFM, José Fernando Maia Vinagre, ministrou uma palestra sobre o assunto e falou de temas importantes como o preenchimento de dados obrigatórios em anúncios, o que é vedado ao médico fazer em publicações, anúncio de especialidades, privacidade dos médicos e pacientes, entre outros. Para Vinagre, o tema deve ser amplamente debatido não só com a comunidade médica, mas também entre as empresas de comunicação. "Recebemos diariamente denúncias no CFM de queixas de exercício antiético da Medicina quanto à publicidade, por isso acho importante que o assunto seja tratado", comentou. O assessor jurídico do CRM-DF, Marco Antônio Medeiros e Silva, também participou do evento e discursou sobre as questões jurídicas.

Também foi entregue uma cartilha explicativa, criada pelo CRM-DF, que traz compilações de leis, normas, pareceres e resoluções que regulamentam o assunto. Trata-se de um instrumento de consulta rápida e acessível, que irá auxiliar o médico e as empresas de comunicação em suas dúvidas cotidianas quanto ao assunto.

Setembro Amarelo

A ideia é promover eventos que abram espaço para debates sobre suicídio e divulgar o tema alertando a população sobre a importância de sua discussão

Pensando na saúde dos médicos e de toda a população no Distrito Federal que tem sofrido com o aumento do número de pessoas com depressão e outras doenças graves, que podem levar ao suicídio, todos os anos, o Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) realiza no mês de setembro, o Fórum de Prevenção ao Suicídio.

O Fórum está em sua IV edição, e a última, realizada em 2020, contou com a presença da psiquiatra e conselheira do CRM-DF, Renata Figueiredo, que abordou o tema sobre a Ética Médica, e a psiquiatra e membro da Câmara Técnica de Psiquiatria do CRM-DF, Renata Rainha, com o tema "Suicídio em médicos". A moderadora do evento foi a 1ª secretária

do CRM-DF, Marcela Montandon, que destacou a importância da luta contra a prevenção do suicídio em todo o mundo. "O mês de setembro foi escolhido para a campanha porque, desde 2003, o dia 10 de setembro é o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio. A ideia é promover eventos que abram espaço para debates sobre suicídio e divulgar o tema alertando a população sobre a importância de sua discussão", disse Marcela.

A médica Renata Figueiredo comentou sobre a importância da ética médica no mês de prevenção ao suicídio. De acordo com a psiquiatra, 96,8% das pessoas que cometem suicídio sofriam de problemas psiquiátricos. "Os dados apontam que para cada suicídio consumado, quatro foram tentados. Estimamos que 40% dessas pessoas procuraram ajuda médica antes de cometer o suicídio, por isso os profissionais de saúde são tão fundamentais na prevenção do suicídio", informou. A conselheira também explica que os médicos têm autonomia para decidir o tratamento dos pacientes como, por exemplo, a decisão por internações involuntárias (aquelas feitas sem o consentimento do paciente), sempre com o intuito de minimizar os prejuízos e prezar pelos benefícios dos tratamentos ofertados, sempre respeitando o sigilo das informações, com exceção dos casos previstos em Lei.

É vedado ao médico:

Art. 73. Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente. Parágrafo único. Permanece essa proibição:

a) mesmo que o fato seja de conhecimento público ou o paciente tenha falecido;

b) quando de seu depoimento como testemunha (nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento);

c) na investigação de suspeita de crime, o médico estará impedido de revelar segredo que possa expor o paciente a processo penal.

Consentimento escrito e dever legal:

A autorização expressa do paciente não enseja nenhum dilema moral, visto que existe um acordo de

vontades entre médico e paciente, e aquele não estará fraudando a confiança que lhe foi depositada.

As dúvidas suscitadas, por eventual dever legal de quebra de sigilo médico, por sua vez, são de fácil resolução: basta o conhecimento das leis que determinam a violação do segredo.

Dra. Renata Figueiredo também comentou sobre os procedimentos médicos nos casos de pacientes com risco de suicídio. "É importante ter a documentação, registros clínicos sobre os pacientes e familiares, proceder à avaliação contínua; estabelecer comunicação constante com pacientes e familiares de forma clara, envolvendo-os no processo – rede de apoio, adotar abordagem multidisciplinar e Intervir, prevenir e interromper atos que possam colocar a vida em risco (explicitar os motivos da internação). É importante que a população se informe mais sobre o tema e que seja desmitificada a cultura e o tabu em torno do tema", ressaltou.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 320 milhões de pessoas são diagnosticadas com depressão. Mais de 60% dos casos aumentaram nos últimos 45 anos, e no Brasil, o número subiu 30%, nos últimos 25 anos. "Ainda temos muitos casos subnotificados, mas a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio, a cada três segundos uma pessoa tenta suicídio e a cada suicídio, pelo menos outras 10 pessoas são atingidas com a perda. Essa é a triste realidade em que vivemos atualmente", informou a psiquiatra Renata Rainha.

Para o Dr. Carlos Guilherme Figueiredo, a campanha Setembro Amarelo conscientiza a população

Para o conselheiro e psiquiatra Carlos Guilherme Figueiredo, a importância da Campanha Setembro Amarelo é a conscientização da população em relação aos transtornos mentais, combate ao estigma e consequente prevenção ao suicídio.

O que é o suicídio? A pessoa está buscando a morte ou resolver a dor? Na realidade, a pessoa pensa no suicídio porque quer deixar de sentir dor, por isso primeiro encara os sentimentos de morte, depois idealiza o suicídio, faz tentativas e depois comete o ato. Cerca de quase 60% das pessoas que tentam o suicídio, morrem na primeira tentativa, 40% repetem a ação ao longo da vida, 25% tenta novamente nos próximos 12 meses e 12% se suicidam em 10 anos.

O segundo bloco, a médica Renata Rainha alertou os participantes sobre o suicídio entre os médicos. A profissional apontou dados alarmantes de casos entre os colegas de trabalho. "Ser médico no imaginário popular é como se fossemos pessoas maravilhosas, sem problemas, mas a realidade é diferente. Temos jornadas longas, múltiplos empregos, privação de sono, horários irregulares de alimentação, contato frequente com dor, morte, tristeza, limitação burocráticas, falta de suporte, insegurança, medo, entre outros fatores", comentou. Para a psiquiatra, o médico está mais sujeito ao quadro de depressão.

"O maior número ocorre entre as mulheres médicas e a especialidade apontada nas pesquisas como mais corriqueira entre os casos de suicídio, é a anestesiologia", comentou. "É importante formarmos uma rede de apoio para os colegas, ficarmos atentos as mudanças comportamentais, situações de alerta, sinais de exaustão, de mutilação, dificuldade de tomar decisão, compulsão por comida, compras, sexo, envolvimento com álcool ou outras drogas, isolamento social, insegurança, entre outros comportamentos fora do comum", informou Renata Rainha.

Em 2004, a universidade Oxford realizou uma autópsia em 38 médicos que tinham praticado o suicídio. Destes, 25 apresentavam transtorno mental já diagnosticado com o uso abusivo de álcool, 25 tinham problemas relacionados ao trabalho, 14 estavam com problemas de relacionamentos interpessoais, 10 com problemas financeiros e 12 apresentavam o conjunto desses fatores. "Escute, tente entender o problema do outro, mostre-se disponível, ajude, fale de fé e espiritualidade", concluiu a psiquiatra.

Em 2021, o mês que marca a prevenção ao suicídio, alertou sobre a necessidade das organizações priorizarem cuidados psicológicos com a equipe profissional.

Especialistas defendem a importância de se levar o tema sobre saúde

mental também para dentro do universo corporativo. Os dados de 2018 já mostravam a necessidade de se pensar na saúde do trabalhador, mesmo antes da pandemia da Covid-19.

Na linha dessa reflexão, a Organização Mundial da Saúde (OMS), definiu a saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade. "Além disso, saúde contém saúde mental, compreendida como o estado no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades pessoais, consegue lidar com os estresses da vida, trabalha de forma produtiva e encontra-se apto a dar sua contribuição para sua comunidade", explicou a psiquiatra Renata Figueiredo, presidente da Associação Psiquiátrica de Brasília (APBr).

Para atuar em saúde mental, as especialistas explicam que devem-se cumprir pré-requisitos, sendo que somente psiquiatras e psicólogos estão habilitados para realizar anamnese, diagnóstico e assistência. "Essa é uma área mais complexa que felicidade e bem-estar e requer profundo conhecimento dos transtornos mentais e comportamentais. Atuar sem a devida qualificação oferece riscos, pois quando se trata de saúde mental parte-se do princípio de que nenhuma intervenção é inofensiva ou livre de efeitos colaterais", frisou a psiquiatra Renata.

Para a Dra. Renata Figueiredo, a saúde mental é imprtante para o indivíduo desenvolver suas atividades pessoais

1° Fórum de Marketing e Redes Sociais

Impactos Legais da Propaganda Médica; Ética da Publicidade Médica foram alguns dos temas abordados que podem ser encontrados nas resoluções do CFM n° 1.974/11 e nº 2.126/15

Para o presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Farid Buitrago Sánchez, "É fundamental para os médicos ter conhecimento sobre as normas de publicidade médica e as implicações jurídicas das propagandas irregulares em redes sociais. A conselheira do Conselho Federal de Medicina e do CRM-DF, Rosylane Rocha, acredita que "A excelência da técnica e do atendimento ao paciente são as marcas da melhor publicidade".

Com o mundo sendo movido pela internet e as Redes Sociais, o Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal realizou em 2019, o 1° Fórum de Marketing e Redes Sociais, no auditório do Conselho Federal de Medicina. Durante o evento, foram abordados temas como: Impactos Legais da Propaganda Médica; Ética da Publicidade Médica e Comunicação: Conceitos e Desafios, além de oficinas sobre *Instagram, Facebook, Twitter* e *LinkedIn*.

O competente e ético exercício da medicina exige conhecimento técnico e científico, domínio de protocolos, cultivo de uma boa relação médico-paciente e respeito aos limites da propaganda e da publicidade médica. Muitos profissionais ignoram este último ponto e, por vezes, se colocam em situações delicadas de afronta aos critérios estabelecidos em resoluções emanadas pelo Conselho.

Duas delas – as Resoluções CFM nº 1.974/11 e nº 2.126/15 – delineiam claramente o que pode e o que não pode ser feito nessa área, estabelecendo a zona proibida do sensacionalismo, da autopromoção e da concorrência desleal. A leitura dessas normas é recomendada àqueles que pretendem estender o cobertor da ética a todos os espaços da prática médica.

Julgamento Simulado

Alunos dos cursos de medicina do DF são convidados pelo CRM-DF para um julgamento simulado na Autarquia. O objetivo da ação é permitir que os acadêmicos conheçam de perto a situação em que o profissional médico é julgado por uma infração ética, como funcionam os trâmites e quais as consequências no caso de condenação. Seguindo os mesmos moldes e roteiro de um julgamento real, incluindo a votação individual dos presentes quanto à absolvição ou culpabilidade do denunciado, por meio de um caso fictício, os estudantes vivenciam os tramites e aprendem sobre a importância da ética médica.

Educação Continuada não parou durante a Pandemia da Covid-19

Mesmo com a pandemia do coronavírus, o CRM-DF não parou, com intuito de deixar o médico mais atualizado e informado, foram criados vídeos educativos, manuais, fóruns e seminários *on-line*, entre outros. Podemos destacar:

- Médico, você sabe como emitir uma prescrição eletrônica?
- *Workshop*: Declaração de óbito em tempos de Covid-19
- Conheça o manual de orientação da telemedicina
- *Webinar* sobre a Telemedicina
- IV Fórum de prevenção ao suicídio
- Saúde mental na pandemia
- Gravidez, pré-natal e parto durante a pandemia
- I Fórum de Atualização em Câncer de mama
- Proteção de dados pessoais (LGPD) na saúde

Todos os eventos foram realizados *online* e estão disponíveis no *YouTube* no Canal oficial do CRM-DF.

Foto Arquivo CRM-DF

Notícias

Notícias

Criação do SAMU

CRM-DF teve participação na formação do serviço que atende vítimas de urgência e emergência no Distrito Federal

O CRM-DF participou da criação do Serviço Móvel de Urgência no Distrito Federal através do Sistema de Atenção as Urgências do DF, implantado por um comitê gestor que foi formado pelo Conselho, por representantes de órgãos da Secretaria de Segurança do DF, Polícia Rodoviária Federal, Pró-Sus, Conselho de Saúde do DF, Secretária de Saúde do DF. O comitê se reunia mensalmente para discutir as urgências médica no DF. De acordo com a Portaria n° 2048/2002, do Ministério da Saúde, a atuação deste Comitê era pré-requisito para a Implantação do SAMU.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 tem como objetivo chegar precocemente à vítima após ter ocorrido alguma situação de urgência ou emergência de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras, que possa levar a sofrimento, a sequelas ou mesmo a morte. Trata-se de um serviço pré-hospitalar, que visa conectar as vítimas aos recursos que elas necessitam e com a maior brevidade possível.

O SAMU 192 é um serviço gratuito, que funciona 24 horas, por meio da prestação de orientações e do envio de veículos tripulados por equipe capacitada, acessado pelo número "192" e acionado por uma Central de Regulação das Urgências. O SAMU realiza os atendimentos em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, e conta com equipes que reúne médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e condutores socorristas.

Dra. Lucianne Andréia Magalhães

Mulheres na Presidência do CRM-DF

Até 2021, apenas duas mulheres foram presidentes do Conselho

Desde sua criação, o Conselho Regional de Medicina do DF teve apenas duas mulheres presidentes em sua composição. Isso indica que somente 10% dos 20 presidentes que passaram pela autarquia eram mulheres.

A primeira vez que o Conselho foi presidido por uma mulher foi após os seus 44 anos de existência. Na oportunidade, a médica Lucianne Andréia Magalhães da Costa Reis, foi a escolhida para comandar autarquia. Empossada em junho de 2005, junto aos demais membros da diretoria da época, ela atuou por dois anos, terminando o mandato em 2007. Formada pela Faculdade de Medicina Federal de Goiás, Lucianne realizou residência médica em ginecologia e obstetrícia no Hospital Regional de Taguatinga (HRT) e fez pós-graduação na cidade de Tel-Avive, em Israel, voltada para ginecologia da infância e adolescência.

Dra. Martha Helena Pimentel

Para a ginecologista, ocupar um cargo de maior responsabilidade interfere diretamente na vida pessoal e profissional de uma mulher, que precisa refletir previamente se deseja investir grande parte do seu tempo em prol da institui-

ção, em detrimento de suas outras atividades e do convívio com a família. “Recebi apoio de várias mulheres, mas a maioria foi unanime em me dizer que ficariam preocupadas em estar num lugar de tanta responsabilidade”, disse a médica a época.

A segunda presidente mulher tomou posse seis anos após a primeira. A representante foi a médica Martha Helena Pimentel Zappalá Borges, pediatra com área de atuação em medicina intensiva pediátrica. Ela assumiu a presidência de 2013 a 2015, depois foi reeleita e atuou até 2017.

“Mantive um trabalho intenso, amplo e participativo diante dos principais problemas que afetaram direta e indiretamente o exercício da medicina. Meu reconhecimento e minha gratidão ao empenho e à incansável dedicação de todos os conselheiros que abraçaram comigo a causa e acreditaram na medicina e nos médicos do Distrito Federal”, comentou.

Médicos na Esplanada dos Ministérios

Profissionais protestaram contra a importação dos médicos de Cuba, já que eles não devem ser submetidos ao Revalida

Cerca de 300 médicos protestam contra a contratação de profissionais do exterior sem prova de revalidação, na tarde do dia 28 de junho de 2013, em Brasília. O grupo se concentrou em frente ao prédio do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, na W3 Sul e saíram rumo a Esplanada dos Ministérios, onde gritavam: "Ei, Dilma Vai tratar no SUS". No gramado em frente ao Congresso Nacional, o grupo deitou-se no chão e simulou um atendimento a pacientes.

Os profissionais são contra a contratação de médicos estrangeiros para suprir as vagas não preenchidas para atendimento no interior do país e periferias. Eles levaram apitos, nariz de palhaço, faixas e

cartazes que diziam: “A classe médica brasileira exige a revalidação do diploma estrangeiro”; “Não aos médicos estrangeiros sem preparo”; “Não faltam médicos, faltam condições de trabalho digno”; “A saúde precisa de investimento”, entre outras solicitações ao governo Dilma, que era representante na época.

Os manifestantes reivindicavam que os profissionais estrangeiros passassem por uma revalidação do diploma e informaram que não é necessária a contratação de médicos do exterior, mas uma infraestrutura nas unidades de saúde.

A manifestação, organizada pelo CRM, defendeu um novo modelo de gestão para a definição dos recursos já existentes. Para o presidente do CRM-DF na época, Iran Augusto Cardoso, os estudantes brasileiros de medicina têm carga horária de atuação para se formar entre 6,5 mil e 7,5 mil horas, enquanto os de Cuba não teriam qualificação suficiente, com atuação de no máximo 5 mil horas. “Estão menosprezando os nossos estudantes e os nossos médicos”, disse Cardoso.

Ato Médico foi um grande passo para o reconhecimento da Medicina

Projeto de Lei define atividades na área da saúde que são exclusivas aos médicos

Em julho deste ano, completaram-se 8 anos da Lei do Ato Médico nº 12.842/13, que garante aos brasileiros a segurança de serem submetidos a determinados procedimentos somente por profissionais da medicina. Sancionada pelo governo Dilma Rousseff, a Lei foi uma grande vitória para a proteção da prática médica.

Sancionada em 2013, os médicos do Distrito Federal protagonizaram uma mobilização das Entidades Médicas consolidando uma grande conquista para a sociedade com a garantia de funções essenciais do profissional de medicina, num total de mais de trinta atividades exclusivas. Médicos e demais profissionais de saúde lotaram o salão verde da Câmara para defender a sua opinião.

Foram mais de 12 anos de tramitação desde a sua criação, com a realização de 27 audiências públicas e muita movimentação por parte da classe médica e entidades representativas. A votação teve resultado unânime entre os presentes.

A Lei especifica, por exemplo, que perícia e auditoria médica, ensino de disciplinas especificamente médicas e coordenação dos cursos de graduação em medicina, tanto dos programas de residência quanto dos cursos de pós-graduação, são atividades exclusivamente médicas.

Além dos itens citados, outros atos exclusivos dos médicos, como a indicação e execução de cirurgias e a prescrição de cuidados médicos pré e pós-operatórios. Integram ainda esse rol procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos; e a realização de acessos vasculares profundos, biópsias e endoscopias.

A Lei do Ato Médico foi considerada um grande passo para o reconhecimento da medicina, que sofria com a falta de regulamentação.

Sancionada a Lei que determina uso da expressão 'médico' em diplomas

Expressão "bacharel em Medicina" nos diplomas dificultavam a aceitação dos diplomas em cursos de pós-graduação no exterior

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade em 2015, o Projeto de Lei nº 8.140/2014 que torna obrigatória a titulação de "Médico" nos Diplomas, no lugar de Bacharel em Medicina.

O Conselho Regional de Medicina esteve presente na votação juntamente com integrantes de outras Entidades Médicas, além da Associação dos Estudantes de Medicina do DF (AEMED), Associação Brasiliense de Médicos Residentes do DF (Abramer) e a Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR) e estudantes das faculdades de medicina do Distrito Federal. Na oportunidade, mais de 60 estudantes de medicina do DF lo-

taram o Plenário 10, do anexo 2, onde foi realizada a votação. Eles se manifestaram através de cartazes escritos: "Eu apoio a padronização do diploma médico".

O diretor do Curso de Medicina da Universidade de Brasília, na época, Dr. Paulo César de Jesus, esteve no local e deu apoio na votação, foi ele que iniciou a "batalha" a favor da titulação médico nos diplomas, quando assinou um ofício que garantia a manutenção do título pela Universidade de Brasília, tornando assim, a primeira universidade do Brasil a manter o termo médico no diploma. O documento foi encaminhado como recomendação ao Conselho Federal de Medicina (CFM) e a todas as outras faculdades de medicina do DF, que também seguiram a recomendação.

Em 2016, a Lei 13.270/2016, que determina o uso da denominação "médico" nos diplomas dos cursos de Medicina e veda o uso do termo "bacharel em Medicina" foi sancionada sem vetos. O objetivo foi de facilitar o reconhecimento, por outros países, de diplomas expedidos pelas faculdades de Medicina no Brasil. A Lei é originária de projeto da Câmara (PLC 179/2015) aprovado no Senado no final de março.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) relatou o projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Ele explicou que a expressão "bacharel em Medicina" nos diplomas conferidos aos médicos formados tem feito esses profissionais enfrentarem dificuldades na aceitação de seus diplomas quando se inscrevem em cursos de pós-graduação no exterior.

O autor da proposição, deputado Mandetta (DEM-MS), relatou que egressos do curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) alegaram dificuldades para realizar intercâmbio no exterior, pelo fato de seus diplomas registrarem o título de "bacharel". A petição chegou a ser analisada pelo Conselho Nacional de Educação, que não ofereceu solução ao problema, conforme o deputado.

Médicos em defesa da criança desaparecida

Campanha tem com objetivo alertar e ajudar a população a proteger suas crianças

Milhões de famílias em todo o mundo sofrem diariamente com o desaparecimento de suas crianças. Para ajudar nas investigações desses casos, o Conselho Federal de Medicina (CFM) juntamente com o Conselho Regional de Medicina do DF e dos demais estados, organizaram uma Caravana Nacional que percorreu no dia 25 de maio de 2015, hospitais pediátricos de cada região, a fim de incluir o tema nas conversas com os médicos e a população.

As autarquias acreditam que os médicos podem ajudar a prevenir e concluir casos de crianças desaparecidas. Uma comitiva do Conselho Regional de Medicina do DF visitou quatro hospitais públicos para divulgar a campanha

de resgate à criança desaparecida. As unidades de saúde escolhidas foram: Hospital da Criança, o Hospital Universitário de Brasília (HUB), Hospital das Forças Armadas (HFA), além do Hospital Regional de Ceilândia (HRC).

Durante as visitas, os diretores, médicos e servidores das unidades de saúde foram orientados como proceder em casos de atendimentos a crianças desaparecidas. Folders educativos e camisetas do movimento também foram entregues.

A população e pacientes também receberam explicações de como proceder caso o crime ocorra. Além dos hospitais visitados, o CRM-DF também encaminhou folders educativos para a direção das demais unidades de saúde do Distrito Federal a fim de incluir o tema nas conversas com os médicos e a população.

A campanha teve continuidade no ano seguinte, em 2016, quando o CRM-DF participou do Congresso de Atualização em Pediatria do Centro Oeste, em Brasília. Com objetivo de alertar os pediatras, o CRM-DF organizou um estande de orientação durante o evento. Em três dias de atividade, cerca de 700 pediatras receberam orientações de como proceder para ajudar no resgate dessas crianças desaparecidas. Conselheiros e funcionários do CRM-DF distribuíram cartazes com informações aos médicos e cartilhas explicativas para que pudessem repassar aos pacientes.

Observar a semelhança dos menores com os pais, sinais de agressão, o comportamento da criança com a família e conferir os documentos dos pacientes e responsáveis, são algumas ações que deverão ser seguidas pelos médicos. Em casos suspeitos, as autoridades deverão ser informadas.

CRM-DF lançou carimbo e selo com a logo da autarquia nos 55 anos da autarquia

Durante a solenidade também foi comemorado o Dia do Médico com homenagens aos profissionais que completaram 50 anos de carreira

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) lançou no dia 21 de outubro de 2016, um carimbo comemorativo e um selo personalizado com a logo da autarquia, no auditório da Associação Médica de Brasília (AMBr). O Lançamento filatélico, patrocinado pela Caixa Econômica Federal, acompanhou as comemorações do Dia do Médico (18 de outubro) e também marcou os 55 anos de CRM-DF.

Na oportunidade, a Presidente do CRM-DF, Martha Helena Pimentel Zappalá Borges, presenteou as Entidades Médicas com uma pasta que contém o

selo e o carimbo personalizado. O Presidente da AMeB, Renato Maia, o Presidente da AMBr, Luciano Gonçalves de Souza Carvalho, o 1º Secretário do CRM-DF, Luiz Fernando Galvão Salinas e o Vice-Presidente do SindMédico, Carlos Fernando da Silva, foram alguns dos presenteados. O carimbo e selo original estarão disponíveis no Museu dos Correios e na sede do CRM-DF.

Durante o evento, o CRM-DF também homenageou 33 Médicos que completaram 50 anos de exercício da profissão sem nenhum processo ético. Na ocasião, familiares dos homenageados encheram os 370 lugares do auditório da AMBR. Os netos dos Médicos fizeram uma entrada triunfal no início da cerimônia, onde carregaram uma almofada com um estetoscópio em homenagem aos avós. Cada homenageado ganhou um certificado do CRM-DF e um pen-drive personalizado com a logo da autarquia.

Conscientização e Orientação de Prevenção aos Acidentes e Doenças no Trabalho

Todos os dias, a cada 3h, 38 minutos e 43 segundos, alguém morre vítima de acidente de trabalho

O mês de abril é direcionado às campanhas educativas nacionais que abordem a prevenção de acidentes do trabalho. Para falar sobre o assunto, a conselheira dos Conselhos Federal e regional do DF, Rosylane Rocha, discursou no dia 12 de abril de 2019, sobre o tema para a classe médica e a população do Distrito Federal.

Segundo a médica, todos os dias a cada 3h, 38 minutos e 43 segundos um trabalhador ou uma trabalhadora morre vítima de acidente de trabalho. A cada 48 segundos, um sofre acidente. De 2012 a 2017, foram notificadas 14.412 mortes e 4,26 milhões de acidentes de trabalho, segundo dados do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), o Brasil ocupa o 4º lugar do país no ranking do número de acidentes no trabalho. "Nós tivemos um grande avanço com as ações de sensibilização quanto à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. As entidades estão unidas nesta empreitada para diminuir tal estatística triste no país", comentou Rosylane.

Dra. Rosylane Nascimento das M. Rocha

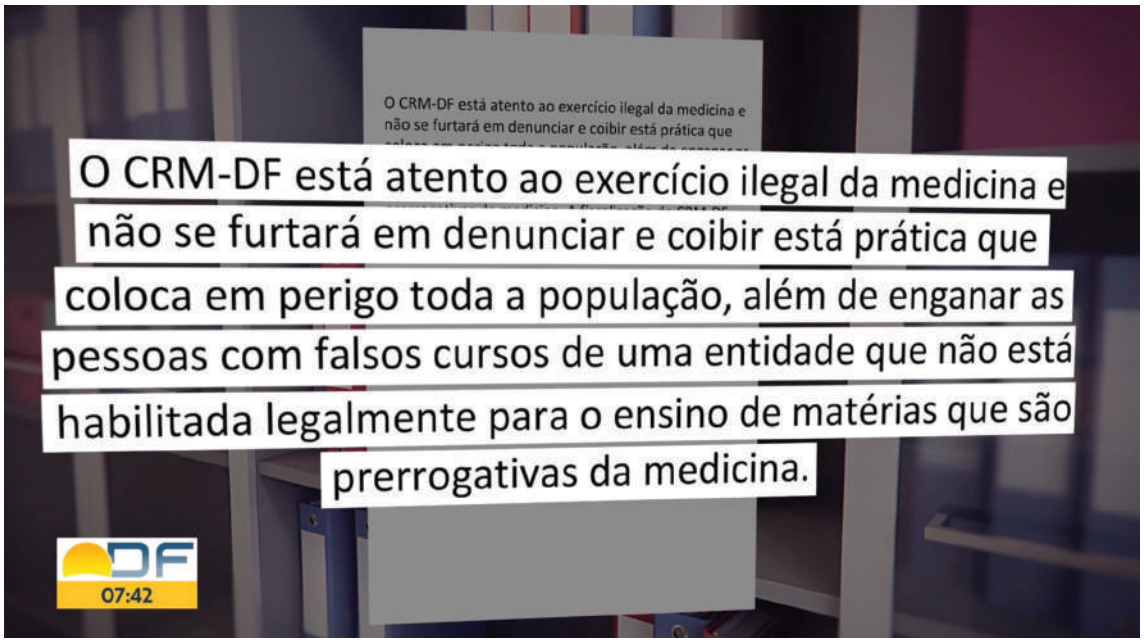
A conselheira também ressaltou a importância de criar uma cultura de segurança no país para prevenção não apenas de acidentes do trabalho, mas de trânsito e domésticos também, uma vez que está sendo criada uma legião de inválidos e incapacitados diante de tantos acidentes. Além disso, frisou, a importância de se adquirir hábitos de vida saudável, com alimentação adequada e combatendo vícios e o sedentarismo. O acúmulo de afazeres, as novas tecnologias fazem com que as pessoas não tenham mais lazer. Tudo isso também causa estresse e doenças.

Os profissionais que mais têm sofrido com doenças em decorrência da sobrecarga de trabalho, ultimamente, são os advogados, médicos, jornalistas, entre outros. No caso dos profissionais de saúde, a sobrecarga de trabalho e a falta de condições mínimas de trabalho tem causado adoecimento dos médicos e demais profissionais da saúde que estão sofrendo vítimas de violência no ambiente de trabalho. Finalizou com uma mensagem ao trabalhador: Cuide da sua saúde, tenha qualidade de vida, descanse, separe um tempo para você e sua família, pratique atividades físicas, essas são algumas das formas de prevenir várias doenças.

Falsos homeopatas são presos por exercício ilegal da medicina

Fiscais do Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina (CRM-DF) acompanharam a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) no dia 2 de abril de 2019, na prisão de dois homens acusados de exercício ilegal da medicina ao ministrarem aulas de homeopatia em cursos de especialização. De acordo com as investigações, os professores e alguns dos alunos não tinham formação em medicina.

Os suspeitos fazem parte da Academia Brasileira de Homeopatia Contemporânea (Abrahcon), localizada no Clube dos Previdenciários, onde foram presos. Para o CRM-DF, a homeopatia é uma atividade médica que só pode ser exercida por profis-



sionais médicos que possuem a especialidade registrada no Conselho. A primeira secretária do CRM-DF Marcela Montandon, comenta que o Conselho está atento ao exercício ilegal da medicina e não se furtará em denunciar e coibir esta prática que coloca em perigo a toda a população, além de enganar as pessoas com falsos cursos de uma entidade que não está habilitada legalmente para o ensino de matérias que são prerrogativas da medicina. "A fiscalização do CRM-DF estará sempre atenta a estas irregularidades", informa.

Caso a população queria denunciar o exercício ilegal da medicina, basta entrar em contato com o CRM-DF pelo número 3322-0001 e fazer a denúncia para o Departamento de Fiscalização (Defis).

Dra. Marcela Montandon

Violência contra os profissionais de saúde

Diante do aumento significativo de relatos de casos de agressões contra profissionais de saúde em ambiente de trabalho. O CRM-DF, em parceria com o Coren-DF, iniciou no dia 12 de setembro de 2019, uma pesquisa sobre violência contra Médicos e profissionais de Enfermagem, como uma das fases da Campanha de Combate à Violência no Trabalho contra Profissionais de Saúde.

A campanha destaca que a violência contra médicos em estabelecimentos de saúde tem aumentado e que o combate a essas agressões exige providências das autoridades e dos responsáveis por esses estabelecimentos. Assim, os médicos são estimulados a denunciar abusos e realizar boletins de ocorrência para que este tipo de crime não fique impune.

Veja como proceder em caso de agressão

Se houve ameaças:

1. Registre ocorrência na delegacia mais próxima ou *online*;
2. Informe, por escrito, às Diretorias Clínica e Técnica sobre o ocorrido;
3. Encaminhe o paciente a outro colega, se não for caso de urgência e emergência.

Se houve agressão física:

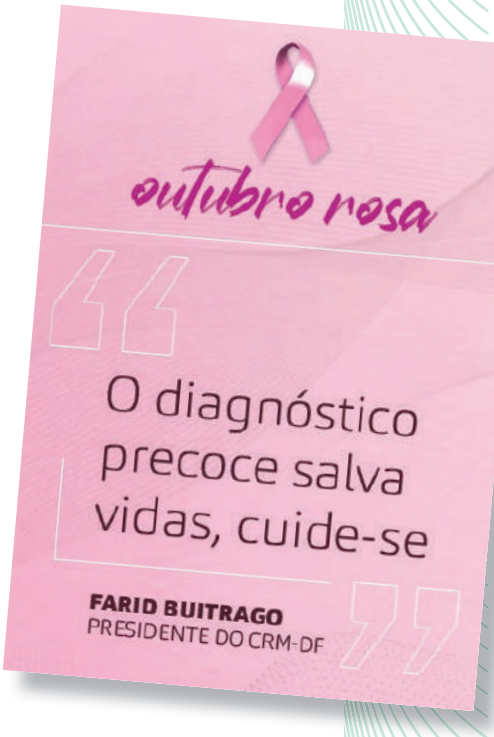
1. Compareça à delegacia mais próxima e registre o boletim de ocorrência (haverá necessidade de exame do corpo de delito);
2. Apresente dados dos envolvidos na agressão e de testemunhas;
3. Comunique o fato imediatamente às diretorias clínicas e técnicas para que seja providenciado outro médico para assumir suas atividades.

Câncer de mama é a doença que mais mata as mulheres no país

70% dos casos são identificados pela própria pessoa após perceber alguma alteração na região dos seios

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) apoia a campanha Outubro Rosa e incentiva as mulheres a lutarem contra o câncer de mama e se conscientizarem da importância da prevenção e do diagnóstico precoce. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de um milhão e seiscentas mil pessoas possui câncer de mama no mundo inteiro, o que vale a 25% de todos os casos de câncer. No Brasil, são 59 mil e 700 novos casos todo ano.

O presidente do CRM-DF, mastologista e ginecologista, Farid Buitrago, comenta que o câncer de mama é um dos tumores mais temidos pelas mulheres. “Esse tipo de tumor afeta a parte psicológica, autoestima e a sexualidade da mulher. Ninguém quer ter a mama mutilada. Hoje em dia, na maioria dos casos, nós conseguimos curar essa doença quando diagnosticadas precocemente”, informa. O Distrito Federal tem uma incidência de casos de câncer de mama maior do que nos outros estados. Foram cerca de 1.020 novos casos de câncer de mama neste ano, perdendo para o Rio Grande do Sul e São Paulo.



Dr. Farid ainda explica que existem dois tipos de tumores, os malignos e os benignos. Caso um nódulo apareça na mama, não significa que seja câncer, porém deve ser investigado por um médico especialista. O autoexame da mama deve ser realizado uma vez por mês, preferencialmente sempre depois da menstruação e a mamografia deve ser realizada periodicamente como exame de rastreamento depois dos 50 anos. Quando diagnosticado como maligno, o tumor pode se espalhar deixando pouca possibilidade de cura e até levar a morte. Em 70% dos casos a doença é identificada pela própria pessoa, após perceber alguma alteração na região dos seios.

Se a mulher identificar as seguintes alterações deve procurar um médico imediatamente: retração do mamilo, alteração do tamanho de uma das mamas, nódulos, áreas vermelhas sem motivo aparente, descamação e alteração da pele, feridas que não cicatrizam, entre outros. O câncer pode acometer também a região da axila, então esta região tem que ser avaliada. “Qualquer alteração deve ser investigada assim que descoberta para fazer um diagnóstico precoce e facilitar a possibilidade de cura”, ressalta o mastologista.

A empregada pública, Sônia Almeida, conta que foi realizar os exames de rotina anualmente em 2016, após o período

menstrual e sentiu um desconforto na mama direita, um nódulo menor que uma bolinha de gude e decidiu procurar um especialista. “Fiquei alguns dias aguardando desaparecer, apreensiva, fui ao médico, que solicitou exames de mamografia, ecografia mamária e posteriormente a punção, que confirmou carcinoma mamário, mais conhecido como câncer mamário”, relata Sônia.

Ela teve que fazer uma cirurgia para retirada do tumor com a colocação de prótese de silicone e terá que tomar medicação oral por cinco anos. Para Sônia, a recuperação foi tranqüila. Em 30 dias estava basicamente recuperada e retornou as atividades diárias como trabalho e estudos, sem necessidade de fazer quimioterapia ou radioterapia.

Hoje, ela incentiva as mulheres a fazer os exames de rotina e observar o próprio corpo. “Quando se descobre algo assim, você tem todo direito de desesperar, chorar, ficar preocupada, é totalmente compreensível, mas precisa parar, pensar e encarar a situação com coragem e determinação, acreditando que aquele momento será passageiro. Por mais difícil que pareça ou por mais dura que seja a situação, a fé na continuação da vida é primordial. Um conselho que serviu para mim e poderá servir para todas as mulheres é: aproxime-se de pessoas que realmente gostam de você, família, amigos e principalmente, Deus. A pessoa nessa situação é muito frágil e pode desenvolver uma depressão. Ela precisa se sentir amada e amparada”, conclui.

Campanha:
O amor não se aquece sozinho

Cerca de 400 cestas básicas foram arrecadadas pelo Conselho e entregue a pessoas em situação de vulnerabilidade

A pandemia da Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus, mudou a rotina da população de todo o mundo. No último ano, as pessoas estão tentando se acostumar com as novas rotinas e muitas estão passando por dificuldades.

Com a mudança do clima, a seca e o tempo frio, as pessoas ficam vulneráveis a infecções respiratórias como gripes, resfriados, entre outras complicações, que podem afetar a saúde e até confundir os sintomas com os da Covid-19. Por isso, é importante se agasalhar e ter uma boa alimentação para melhorar o sistema imunológico.

Pensando nisso, o Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) lançou a Campanha: "**O amor não se aquece sozinho, doe alimentos, agasalhos ou cobertores e proteja vidas"**, com o objetivo de contribuir para a saúde e bem-estar de pessoas em vulnerabilidade.

A população, os conselheiros e os funcionários do CRM-DF doaram roupas, cobertores e alimentos. As doações foram realizadas a moradores de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, e outras regiões do DF. Quase 400 cestas foram entregues para moradores em situação de necessidade.

COVID 19: CRM-DF cobra vacinação de todos os médicos do DF

Para o Conselho, os médicos são prioridade da vacinação, tendo em vista que estão atendendo na linha de frente

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) solicitou à Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) a conclusão da vacinação dos profissionais de saúde. No dia 29 de abril de 2021, o Conselho enviou um ofício ao secretário de saúde do DF Osnei Okumoto, com o pedido de que a imunização seja priorizada aos médicos, considerando que ainda faltava imunizar mais de 30% dos profissionais ativos Distrito Federal. A classe médica é considerada pelo Ministério da Saúde e pela SES-DF como grupo prioritário na vacinação, por estarem atuando diretamente no enfrentamento da pandemia. Porém, um número significativo de profissionais ainda não foi contemplado com a imunização contra a Covid-19.

"A autarquia reforça urgência na abertura de novas vagas de vacinação para os médicos, com objetivo de efetivar a conclusão deste grupo profissional que continua sendo prioritário e fundamental no enfrentamento da pandemia", comenta o presidente do CRM-DF, Farid Buitrago. Para Farid, os profissionais de saúde precisam ser priorizados, pois estão expostos ao vírus diariamente. "Há mais de um ano, os profissionais de saúde estão na luta para salvar vidas contra esse vírus, eles são essenciais no combate a covid-19 e devem ser vacinados, sem exceção, para poder cuidar deles e de toda a população", concluiu o presidente do CRM-DF. O Conselho também informou no ofício que tem recebido reclamações dos médicos em relação ao site do agendamento das vacinas, com queixas de pouca oferta de vagas e dificuldade de acesso em cada uma das etapas.

Luta pela vacinação dos médicos foi contínua

O presidente do CRM-DF participou de uma reunião com o secretário de saúde do Distrito Federal Osnei Okumoto no dia 22 de março, para tratar da logística da vacinação dos profissionais de saúde. A imunização teve início no dia 26, sob demanda e de acordo com a disponibilidade de vacinas distribuídas pelo Ministério da Saúde à SES-DF. Orientações aos médicos: A vacinação dos profissionais de saúde foi realizada após agendamento através do site: vacina.saude.df.gov.br

O CRM-DF teve participação assídua na vacinação e encaminhou uma listagem dos médicos ativos no Conselho para a SES-DF para que todos os profissionais pudessem ter direito a imunização, inclusive os internos de medicina. "Vale lembrar que também serão imunizados os internos de Medicina". Nesse caso, serão as instituições de ensino as responsáveis por encaminhar as listas de alunos. O Governo do Distrito Federal (GDF) informou que o agendamento da vacinação contra a Covid-19 será reaberto quando novas doses forem encaminhadas pelo Ministério da Saúde.

A vacinação para esses profissionais foi dividida em oito fases: a primeira entre 26 e 30 de março, atingindo 28 mil profissionais, ou seja, 28,46% dos cadastrados. A segunda etapa atingirá 11,58% desse grupo. As fases seguintes, até a oitava, com 10%, cada uma. A Associação Médica de Brasília (AMBr) foi utilizada como ponto de vacinação para a população com mais de 67 anos. Esse foi um requerimento da própria entidade e do CRM-DF à Secretaria de Saúde do DF (SES-DF), como uma forma de otimizar a aplicação das doses. Conselheiros e funcionários do CRM-DF trabalharam como voluntários na vacinação.

CRM-DF e AMBr se uniram para ajudar na vacinação da população contra a Covid

O Conselho Regional de Medicina do DF (CRM-DF) e a Associação Médica de Brasília (AMBr) se uniram em mais uma força-tarefa contra a COVID19. Desta vez, as instituições levaram estudantes de medicina e funcionários para dar um reforço na campanha de vacinação. O local escolhido foi um dos mais movimentados da capital: o estacionamento 13 do Parque da Cidade. A iniciativa, que ocorreu no dia 24 de abril, beneficiou milhares de pessoas que foram em busca da imunização. De acordo com a Secretaria de Saúde do Distrital Federal, foram aplicadas 2.997 vacinas da 1ª dose e 1.174 da 2ª dose, totalizando 4.171 doses. Nós estamos fazendo a nossa parte. Faça você, também, a sua: higienize bem as mãos, evite aglomeração, use máscara e mantenha o distanciamento!

O Governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha Barros Junior, recebeu no dia 19 de maio, representantes da classe

médica, no Palácio do Buriti. Durante o encontro foram abordados temas como a vacinação dos médicos e o atendimento a pacientes com Covid-19. Na oportunidade, estiveram presentes o Secretário de Saúde da SES-DF Osnei Okumoto, a Secretária Adjunto de Assistência à Saúde da SES-DF Raquel Beviláqua, o Diretor Presidente do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF Gilberto Magalhães, o Conselheiro do Conselho Federal de Medicina (CFM) Alexandre de Menezes Rodrigues, o Conselheiro Federal Hiran Gallo, a Conselheira Federal e Regional Rosylane Rocha e o Presidente do Conselho Regional de Medicina Farid Buitrago Sanchez. O representante do CRM-DF reforçou o pedido para que seja priorizada a conclusão da vacinação de todos os profissionais de saúde do DF, tendo em vista que a classe médica é considerada pelo Ministério da Saúde e pela própria SES-DF, como grupo prioritário na vacinação, por estarem atuando diretamente no enfrentamento da pandemia. Porém, um número significativo de profissionais ainda não foi contemplado com a imunização contra a Covid-19. Dr. Farid também colocou à disposição da SES-DF a sede da Associação Médica de Brasília (AMBr) que, em ação conjunta com o CRM-DF, disponibilizou sua sede para servir como um posto de vacinação, a fim de reforçar os pontos de imunização. As entidades ficariam responsáveis pela logística da vacinação no local e com isso aumentariam os pontos de vacinação para os profissionais de saúde e toda a população do DF. Na conversa, o Dr. Farid ressaltou a importância da regulação dos pacientes que necessitam de cirurgia eletiva, como está acontecendo com pacientes com câncer. Também requisitou a abertura de mais leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para infectados pela Covid-19.

Após o CFM e o CRM-DF se reunirem com o governador do Distrito Federal Ibanes Rocha no dia 19 de maio, foram abertas mais 15 mil vagas para vacinar profissionais de saúde, da rede particular, contra a Covid-19, incluso os médicos. O agendamento teve início às 15h do dia 22 de maio e vai até às 23h59 do dia 1 de junho. O agendamento deverá ser realizado pelo site: vacina.saude.df.gov.br O Governo do Distrito Federal (GDF) informou que quem não agendar perderá o direito de se imunizar e as doses serão remanejadas para outras categorias e faixas etárias. O Conselho reforça o pedido para que os profissionais de saúde não deixem de se vacinar. É com a imunização em massa que poderemos vencer a pandemia.

Jornal do CRM•DF
Abril de 1996

Eldorado dos Carajás 19 MORTES

A casa do médico

Previsão é de que nova sede seja inaugurada em junho

As salas que abrigarão a nova sede do CRM-DF passam no momento pelas adaptações necessárias à sua ocupação pelo Conselho. A autarquia agiliza as obras para que a inauguração possa acontecer no dia 15 de junho, data em que se comemora os 35 anos de fundação do CRM-DF.

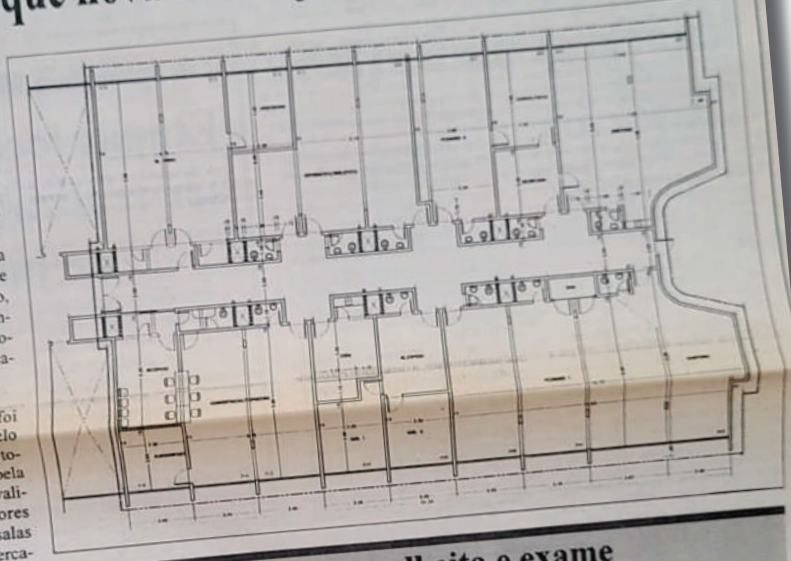
Outros eventos marcarão a data: inauguração da galeria de fotos das diretorias do Conselho, abertura do III Encontro de Conselhos de Medicina do Centro-Oeste e lançamento de publicação alusiva à data.

Aprovação

A compra da nova sede foi aprovada por unanimidade pelo plenário do Conselho e seguiu todas as normas estabelecidas pela lei das licitações. Segundo avaliação da Comissão de Valores Imobiliários, o valor das salas está abaixo do preço de mercado. Além disso, o Conselho terá quatorze meses para pagar o imóvel, sem juros.

A decisão de se adquirir sede própria foi tomada em razão de ser a sede atual alugada. O último reajuste tornou inviável a manutenção do contrato. Por outro lado, os imóveis de propriedade do Conselho são menores - sem condições de abrigar a autarquia - e estão dispersos pela cidade. Eles deverão ser posteriormente vendidos, pois não é finalidade do Conselho acumular imóveis.

Vale ressaltar que a compra das salas no Centro Empresarial Assis Chateaubriand significou um grande sacrifício para a entidade, que vem há algum tempo promovendo rigorosa contenção de gastos exatamente para poder honrar este compromisso.



Kits para colheita e exame de Liquor Cefalo Raqueano

Secretaria de Saúde acata sugestão do CRM

No dia 27 de abril de 1994 o Conselho Regional de Medicina encaminhou à Secretaria de Saúde ofício (nº 769/94), com sugestão de incremento de produção de Kits para colheita e exame de Liquor Cefalo Raqueano, através do Instituto de Saúde do Distrito Federal. A sugestão do CRM incluía também a distribuição dos kits a todas as Unidades Hospitalares do Distrito Federal, públicas e privada.

Esta sugestão foi apreciada pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal, em sua 28ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 13 de junho de 1995, tendo sido aprovada por unanimidade. Esta decisão foi comunicada pelo Secretário de Saúde substituto, Antônio Alves de Souza, em janeiro de 1996.

Segundo informações da Secretaria de Saúde, já foram tomadas as devidas providências no sentido de comunicar às unidades hospitalares que prestam assistência médica no Distrito Federal, tendo sido explicada a nova rotina de trabalho, convidando-as a participarem do Sistema de Vigilância Epidemiológica do DF. A Secretaria encaminhou ao CRM cópia do Ofício que estabelece este novo momento. No referido documento foram feitas recomendações como:

- designação de um profissional de saúde para se responsabilizar pela vigilância epidemiológica no estabelecimento e para fazer a integração com o Departamento de Saúde Pública; seguir as normas de vigilância recomendadas pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica; submeter-se às supervisões técnicas relacionadas ao controle das doenças de Notificação Compulsória, dentre outros.

Com esta iniciativa, o CRM avalia que cumpriu sua parte.

Convênio Câmara/FHDF

CRM promoveu I Simpósio de Responsáveis Técnicos de Hospitais Privados

Em continuidade ao trabalho iniciado no semestre passado - quando o Conselho reuniu os responsáveis técnicos dos hospitais públicos - foi realizado na sede da autarquia, no dia 7 de outubro, o I Simpósito de Responsáveis Técnicos de Hospitais Privados, que objetivou "clarear as relações entre a entidade fiscalizadora e esses gerentes", como explica o presidente do CRM-DF, Antonio Luiz Ramalho Campos.

O encontro abordou os seguintes temas: "Conselhos de ética: Lei e resoluções", "Responsável técnico: legislação e deveres", "Principais disposições na área", "Comissões de ética" e "Política de ação do CRM-DF".

Participaram os responsáveis técnicos de onze instituições: Orlando Gomes de Souza (CentroMed), Emanuel Cícero Dias Cardoso (Hospital Santa Luzia), Fumihiko Yuge (Hospital São Francisco), Adilson Cândido de Oliveira (Casa de Saúde Santa Helena), Carlos Henrique Allenand Borges (Prontonorte), Francisco Alberto Sales (Clínica de Repouso do Planalto), Leopoldo Paccini Neto (Clínica Paccini de Oftalmologia), Edvaldo P. Alves (Casa de Saúde e Maternidade São Lucas), Nênio Neniomar de Carvalho (Hospital Geral e Ortopédico), Paulo Uchôa Ribeiro (Hospital Golden Garden) e Avelar Holanda Barbosa (Clínica Daher).

Esclarecedor - Na avaliação do responsável técnico pela Clínica Paccini, doutor Leopoldo Paccini Neto, a inédita iniciativa do CRM-DF "foi extremamente importante e esclarecedora. Reuniões como esta vêm ratificar o bom senso dos representantes legais das instituições, e são também a oportunidade de aclimatar o pensamento ético da instituição com o pensamento ético do Conselho".

O doutor Leopoldo afirmou ter saído do Simpósito satisfeito, pois conferiu que "o pensamento do CRM-DF é o pensamento da instituição que dirijo". Ele considera ainda que iniciativas como esta contribuem para melhorar o trabalho, pois são a oportunidade de promover pequenos ajustes nas instituições, de questões que passavam despercebidas, como os convênios, por exemplo. Estas reuniões, opina, deveriam "se repetir sempre como forma de atualização e também como forma de os responsáveis técnicos conhecerem os conselheiros do CRM e também se fazerem conhecer".

Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal

Nota de desagravo

Ante os episódios ocorridos na última assembléia convocada pelo Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, envolvendo a médica Maria José da Conceição, o plenário do CRM-DF pronuncia-se da seguinte forma:

Os apupos e vaias que Maria José da Conceição (Maninha) - lenda viva do sindicalismo no Distrito Federal - recebeu de parte minoritária de sua própria categoria, não representam absolutamente nada ante sua grandeza e o reconhecimento da esmagadora maioria dos seus pares.

Discordâncias, sejam de qualquer espécie, não permitem que jovens desavisados, como os que estavam presentes à referida assembléia, tentem deslustrar o brilho de um passado - e presente - de lutas, sangue, suor e glória à frente de sua categoria. Maninha sacrificou-se - e a seus próximos, inclusive a seus familiares -, pelos seus ideais de liberdade, justiça social e dignidade em sua labuta diária, há mais de 30 anos.

Muito, todos nós lhe devemos. Negá-la, humilhá-la, agredi-la, é negar, humilhar e agredir a nós mesmos.

Pobre do povo que renega seu passado e macula suas lideranças. A partir daí, deixa de ser agente de seu próprio futuro.

Plenária do Conselho Regional de Medicina do DF - Outubro de 1995

Deputada pede a contratação de médicos aprovados em concursos

A Câmara dos Deputados renovou o convênio que mantinha com a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, ignorando acordos e desconsiderando os concursados da casa. O Convênio, que cede servidores para atendimento a parlamentares, servidores e seus dependemos, teve sua vigência expirada em março de 1995, ocasião em que foi prorrogado por mais 90 dias, sendo apresentada na ocasião justificativa de que este era o prazo necessário para concluir concursos e nomear os aprovados. Ao final deste prazo, surpreendentemente, a presidência da Câmara decidiu não mais nomear os concursados e continuar oferecendo serviços de saúde via convênio com a **FHDF**.

Dep. Maria Laura (PT/DF)

Diante desse quadro, a deputada Maria Laura (PT-DF) se pronunciou no dia 22 de setembro, assinando nota em nome de seu partido, contestando a atitude da presidência da Câmara e lembrando que o Conselho de Saúde, por duas vezes, se posicionou contra o convênio, mas que foi forçado a admiti-lo por mais doze meses, na medida em que não poderiam os servidores da casa ficar sem atendimento. A deputada, no entanto, solicitou que, ao final deste prazo, a Câmara dê posse aos profissionais aprovados nos concursos já realizados, resolvendo definitivamente o problema.

Segundo Maria Laura, o convênio ora em vigência só foi aceito pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal porque tem novas bases. Dentre elas, a possibilidade de pacientes do SUS utilizarem alguns dos serviços oferecidos pelo convênio e não disponíveis na rede; compromisso de doação à rede de saúde do SUS/DF de equipamentos, ambulâncias e outros pela Câmara dos Deputados; repasse de 10% como taxa de administração à Fundação Hospitalar e cessão de apenas servidores da Fundação, aprovados nos concursos realizados pela Câmara, nas diferentes especialidades. Por fim, a deputada salientou que ela, bem como seu partido, defendem o Sistema Único de Saúde "como serviço gratuito, universal e equânime para todos os brasileiros, cabendo à Câmara dos Deputados assegurar os mecanismos legais e, na aprovação do orçamento, os recursos necessários para sua consolidação onde todos os brasilienses, inclusive os servidores do Congresso, seus familiares e os parlamentares possam ser bem atendidos".

Jornal do CRM•DF

Médicos denunciam tortura e são ameaçados

Uma total inversão nos encaminhamentos de uma denúncia de tortura vem causando sérios constrangimentos a dois médicos do Instituto Médico Legal.

No dia 23 de agosto, Paulo de Tarso Diniz e Carlos Henrique Azevedo constataram evidentes sinais de tortura por espancamento e choques elétricos na bolsa escrotal em um preso, detido em flagrante, encaminhado pela Delegacia de Roubos e Furtos para exame no Instituto.

Por motivos desconhecidos, o laudo pericial vazou e chegou ao gabinete do governador Cristovam Buarque, que pronunciou-se veementemente contra a tortura e determinou sindicância.

A partir daí começou o "inferno" dos legistas, pois a investigação procedida pela Delegacia de Roubos e Furtos procurava determinar o responsável pelo vazamento, e não pela tortura, constrangendo os médicos a depoimentos e ameaças veladas. Kafka puro?

Em 24 de setembro, o doutor Paulo de Tarso Diniz procurou o CRM e, no dia seguinte, o presidente da entidade, Antonio Luiz Ramalho Campos, foi recebido pelo governador, pela vice-governadora Arlete Sampaio e pelo presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do GDF, Roberto Aguiar. O governador exigiu do secretário de Segurança o fim do constrangimento imposto aos médicos e os resultados da investigação da tortura.

Acompanhado por representantes das entidades médicas e por advogado do gabinete da deputada distrital Maninha, Paulo de Tarso Diniz pôde, finalmente, depor sem constrangimento na Corregedoria de Polícia. Mas, surpreendentemente, ainda a respeito do vazamento, e não sobre a tortura.

Em 11 de outubro, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do GDF reuniu-se e ouviu os médicos envolvidos e o presidente do CRM-DF, concluindo pela ilegalidade das investigações e nomeando representantes da OAB, Defensoria e Ministério públicos para acompanhamento dos inquéritos. A Comissão acatou ainda sugestão do Conselho Regional de Medicina no sentido de desvincular o IML da Secretaria de Segurança e subordiná-lo, exclusivamente, à Justiça.

Na avaliação do CRM, os médicos **Paulo de Tarso Diniz e Carlos Henrique Azevedo cumpriram seu dever funcional, ético e social e não compactuaram com a ilegalidade. Não serão, portanto, os "Harry Shibatas" do Distrito Federal.**

CRM alerta: chá de "espirradeira" pode matar

Os conselheiros do CRM-DF tiveram a oportunidade, recentemente, de analisar dois casos de morte materna decorrentes do uso do chá de "espirradeira", utilizado como abortivo. Preocupado com a gravidade do problema, o Conselho solicitou esclarecimentos a respeito da "espirradeira" ao Centro de Informações Toxicológicas de Brasília (ver abaixo).

Ao mesmo tempo, o CRM-DF alertou, via ofício, o secretário de Saúde, João de Abreu, para que sejam tomadas as medidas necessárias de proteção, já que a desinformação popular a respeito da planta pode continuar gerando consequências trágicas para as mulheres que a utilizam como abortivo.

A "espirradeira" é uma planta ornamental, facilmente encontrada no cerrado, havendo inclusive várias delas próximas à entrada do Hospital Regional de Sobradinho, no Eixo Rodoviário Norte e em diversos outros locais da cidade.

Espirradeira

Informações fornecidas pelo CIT, extraídas do livro de Samuel Schwartsman "Plantas venenosas e animais peçonhentos", da Editora Sarvier:

"Nerium Oleander L. Família Apocinaceae.

Nomes populares - Espirradeira, Oleander, Loandro, Loandro da India, Loureiro Rosa, Flor de São José.

Toxicologia - Todas as suas partes são venenosas para o homem, devido à existência de glicosídios, alguns cardioativos como a oleandrina, nerioside e folineurina; a primeira delas, oleandrina, semelhante aos glicosídios digitálicos, de rápida absorção e lenta excreção. Da casca da planta se extrai a rosagenina, altamente tóxica, com propriedades semelhantes à estricnina".

Os riscos da fitoterapia

Informada pelo CRM-DF dos casos de morte por uso do chá da "espirradeira", a Secretaria de Saúde esclareceu à autarquia que a Coordenadoria de Desenvolvimento de Terapias Não-Convencionais está desenvolvendo atividades para esclarecer a população dos riscos do mau uso da fitoterapia.

Entre as atividades previstas está a construção de hortos didáticos com cultivo de plantas medicinais e plantas tóxicas abertos à visitação da comunidade e de estudantes, com o objetivo de orientar o reconhecimento das espécies e suas indicações.

NOTAS

Médicos conquistaram gratificação de 55%

Depois de uma longa negociação com o GDF, os médicos da FHDF encerraram a campanha salarial deste ano conquistando, entre outros itens, gratificação de desempenho de 55%, a partir de setembro/95; opção pelas 40 horas; revisão em janeiro do piso salarial, objetivando a aproximação do piso reivindicado nacionalmente pela categoria (R$ 1.337,00) e elaboração de cronograma, na primeira semana de outubro, visando o pagamento do passivo trabalhista.

Além disso, a Secretaria de Saúde comprometeu-se a apresentar aos médicos uma pauta de interesse da população, a ser partilhada com os servidores, contendo, entre outras, as seguintes questões: política de desenvolvimento de recursos humanos, mudança do modelo assistencial com priorização para ações básicas de saúde e fortalecimento dos conselhos de saúde com vistas à construção do Sistema Único de Saúde.

Hospital de Sobradinho é "Amigo da Criança"

O título foi entregue pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef ao Hospital no último dia 16. Para conceder o título, o Unicef analisa dez itens que precisam ser cumpridos para proporcinar às crianças condições de saúde recomendáveis.

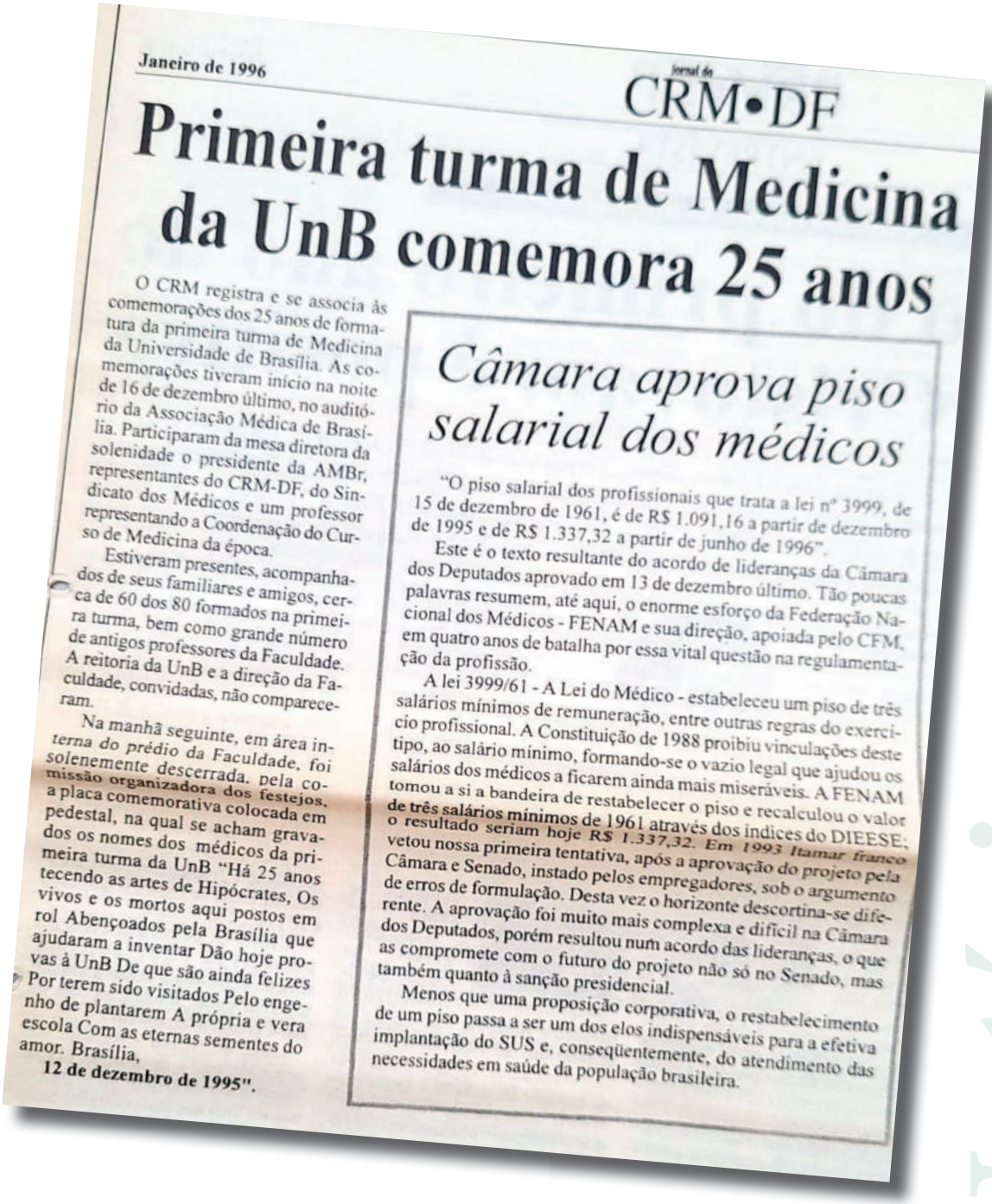
O HRS é o segundo de Brasília a obter o reconhecimento do Unicef pelo trabalho nesta área, sendo que o primeiro foi o Hospital Regional de Taguatinga.

32º Congresso de Cirurgia Plástica

Mil e quinhentos profissionais brasileiros estarão participando, em Brasília, do 32º Congresso de Cirurgia Plástica, entre os dias 11 e 15 de novembro. Na oportunidade, será ministrado o curso internacional de cirurgia estética, com a participação de 30 convidados palestrantes do exterior. Informações pelo telefone 346-0903.

Curso de Aperfeiçoamento em Saúde Mental

Médicos, psicólogos e profissionais ligados à saúde mental poderão participar dos cursos básico, avançado de Psicologia e Psicopatologia da Adolescência, oferecidos pela Fundação Campineira de Saúde Mental "Prof. Maurício Knobel". As inscrições estão abertas até o dia 16 de fevereiro de 96 e os cursos se iniciam no dia 4 de março. A duração varia de acordo com o curso de aperfeiçoamento escolhido: o básico dura dois anos com atividades todas as segundas-feiras, de 8 às 17h30m. O nível avançado terá aulas toda primeira segunda-feira do mês, durante um ano, em período integral. O curso de Psicologia, também com duração de um ano, terá suas atividades marcadas nas terceiras segundas-feiras do mês. Maiores informações: (0192) 43-4437/ 43-9544 e 41-9362.



Janeiro de 1996

Jornal do CRM•DF

Primeira turma de Medicina da UnB comemora 25 anos

O CRM registra e se associa às comemorações dos 25 anos de formatura da primeira turma de Medicina da Universidade de Brasília. As comemorações tiveram início na noite de 16 de dezembro último, no auditório da Associação Médica de Brasília. Participaram da mesa diretora da solenidade o presidente da AMBr, representantes do CRM-DF, do Sindicato dos Médicos e um professor representando a Coordenação do Curso de Medicina da época.

Estiveram presentes, acompanhados de seus familiares e amigos, cerca de 60 dos 80 formados na primeira turma, bem como grande número de antigos professores da Faculdade. A reitoria da UnB e a direção da Faculdade, convidadas, não compareceram.

Na manhã seguinte, em área interna do prédio da Faculdade, foi solenemente descerrada, pela comissão organizadora dos festejos, a placa comemorativa colocada em pedestal, na qual se acham gravados os nomes dos médicos da primeira turma da UnB "Há 25 anos tecendo as artes de Hipócrates, Os vivos e os mortos aqui postos em rol Abençoados pela Brasília que ajudaram a inventar Dão hoje provas à UnB De que são ainda felizes Por terem sido visitados Pelo engenho de plantarem A própria e vera escola Com as eternas sementes do amor. Brasília,

12 de dezembro de 1995".

Câmara aprova piso salarial dos médicos

"O piso salarial dos profissionais que trata a lei nº 3999, de 15 de dezembro de 1961, é de R$ 1.091,16 a partir de dezembro de 1995 e de R$ 1.337,32 a partir de junho de 1996".

Este é o texto resultante do acordo de lideranças da Câmara dos Deputados aprovado em 13 de dezembro último. Tão poucas palavras resumem, até aqui, o enorme esforço da Federação Nacional dos Médicos - FENAM e sua direção, apoiada pelo CFM, em quatro anos de batalha por essa vital questão na regulamentação da profissão.

A lei 3999/61 - A Lei do Médico - estabeleceu um piso de três salários mínimos de remuneração, entre outras regras do exercício profissional. A Constituição de 1988 proibiu vinculações deste tipo, ao salário mínimo, formando-se o vazio legal que ajudou os salários dos médicos a ficarem ainda mais miseráveis. A FENAM tomou a si a bandeira de restabelecer o piso e recalculou o valor de três salários mínimos de 1961 através dos índices do DIEESE; o resultado seriam hoje R$ 1.337,32. Em 1993 Itamar Franco vetou nossa primeira tentativa, após a aprovação do projeto pela Câmara e Senado, instado pelos empregadores, sob o argumento de erros de formulação. Desta vez o horizonte descortina-se diferente. A aprovação foi muito mais complexa e difícil na Câmara dos Deputados, porém resultou num acordo das lideranças, o que as compromete com o futuro do projeto não só no Senado, mas também quanto à sanção presidencial.

Menos que uma proposição corporativa, o restabelecimento de um piso passa a ser um dos elos indispensáveis para a efetiva implantação do SUS e, conseqüentemente, do atendimento das necessidades em saúde da população brasileira.

Janeiro de 1998 — Jornal do CRM•DF — 5

Campanha defende prática do parto normal

Este é o slogan da campanha lançada pelo Conselho Federal de Medicina, com a participação dos Conselhos Regionais, visando valorizar o parto normal e reverter a prática habitual no Brasil de fazer-se cesariana em número muito maior do que o necessário.

Foram feitas duas peças publicitárias para a televisão, uma com a Dra. Ruth Cardoso, presidente do Programa Comunidade Solidária, que teve seus três filhos por parto normal, e outra com a atriz Malu Mader, esta falando de suas experiências como mãe por ocasião do nascimento de seus dois filhos, nascidos também de parto normal.

A campanha se impõe por motivos sanitários e econômicos. Com efeito, a mortalidade materna é claramente aumentada quando se pratica a cesariana; dependendo dos serviços onde é praticada, no mínimo três vezes maior do que quando se pratica parto normal. Não trouxe também a alta incidência de cesarianas uma queda da mortalidade perinatal atribuível à sua prática. *Econômica, porque o Estado despende* uma quantia absurda com cesarianas, levando-se aí em conta assistência a recém-nascidos que necessitam de terapia intensiva neonatal, em conseqüência de prematuridade, evitável e desnecessária, caso não se tivesse feito cesariana de hora marcada. Acredita-se que se baixássemos os índices de cesariana de 36 para 20% (taxa razoavelmente alta) os gastos governamentais neste item de assistência, considerando gastos diretos no caso de assistência prestada ou bancada pelo Estado e indiretos em decorrência de renúncia fiscal ocasionados por descontos no Imposto de Renda, esta quantia chegaria aos 50 milhões de dólares por ano, que poderiam ser melhor investidos no setor saúde.

Grupo sociais de alta renda

O risco gravídico é definido como a oportunidade a agravos físicos, psíquicos e sociais inerentes ao estado gravídico. Condições sociais, culturais, econômicas, nutricionais e biológicas influem neste risco. Assim sendo seria de se esperar um maior número de gestações ditas de "alto risco" na população de baixa renda, possivelmente levando a um maior índice de cesarianas neste grupo. Tal não acontece. A cesariana é mais praticada nos grupos sociais de mais alta renda, chegando nos hospitais privados a taxas superiores a 80%.

Há alguns anos iniciou-se uma campanha em nível nacional de incentivo ao aleitamento materno. Continua até hoje. Foi e é um sucesso. Hoje predomina o aleitamento materno sobre o artificial e isto se refletiu em uma baixa importante da mortalidade infantil.

No caso da cesariana a tarefa é mais difícil. Tanto a usuária como o médico estão muito voltados para o uso da tecnologia sofisticada e instrumentalizada. Assim, há algum tempo fazíamos um exame de Rx, hoje fazemos uma tomografia computadorizada ou até uma ressonância magnética, muitas vezes sem necessidade. O alto índice de exames complementares normais mostra isso. Em obstetrícia, talvez o maior avanço tecnológico dos últimos anos tenha sido a introdução da tecnologia dos ultra-sons. No entanto, este procedimento, simples e de alcance mais fácil à população, não trouxe modificação importante na mortalidade perinatal.

Natural é parto normal
Conselho Federal de Medicina

Ato biológico perfeito

A cesariana é uma cirurgia fácil e de baixo risco. Economiza tempo do médico, dificilmente traz surpresas que o obriguem a agir de maneira rápida, utilizando técnicas e manobras a que não está mais afeito, já que se habituou a resolver todas as dificuldades com uma cesariana; pelo lado da parturiente, alivia no momento seu sofrimento e traz a sensação de que tudo que podia ser feito foi feito. Foi feita até uma cesariana.

No processo de formação profissional trabalha-se em um plano cognitivo - transmissão de conhecimentos; psicomotor - ensino de técnicas e procedimentos, e afetivo - formação de atitudes. O professor é médico e como médico exerce seu trabalho. Por seu maior preparo e saber lida com casos complexos em maior número que os demais médicos. Todos os serviços universitários dispõem de setor de "alto risco" que atendem a uma infinidade de patologias gestacionais. Está claro que nestes serviços a incidência de cesarianas terá que ser maior. Na formação do médico, em nível de graduação e de residência, será preciso incutir no educando o conceito de que o parto é um ato biológico perfeito e que a intervenção médica só deve ocorrer quando, pela observação criteriosa, se chegar a conclusão de que há uma obstrução no processo biológico.

A campanha de valorização do parto normal será difícil, trabalhosa e longa, mas terá que ser feita. Mãos à obra.

Conselho Regional de Farmácia lança dicionário de medicamentos genéricos

Por iniciativa do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal foi lançado o Dicionário de Medicamentos Genéricos (DMG), que vem a ser uma relação de medicamentos comercializados no país, catalogados pela denominação do princípio ativo do fármaco, adotada pelo Ministério da Saúde (denominação genérica) com seus respectivos preços máximos ao consumidor. Justifica-se tal medida em virtude da grande variedade de marcas comerciais ou nomes de fantasia para uma mesma substância.

O objetivo básico de editar o DMG é oferecer ao consumidor alternativas de medicamentos com nomes de fantasia diferentes, porém com a mesma substância em sua composição, dando a ele o direito de optar por um medicamento mais barato.

Esta iniciativa, na realidade, visa o cumprimento do Decreto 793 de 05 de abril de 1993 que determina, entre outras normas, que todo estabelecimento de dispensação de medicamentos deverá dispor, em local visível e de fácil acesso, a lista de medicamentos correspondentes às denominações genéricas e os seus correspondentes de nome e/ou marca. Estabelece ainda que somente será aviada a receita médica que contiver a denominação genérica do medicamento prescrito, bem como que as farmácias poderão fracionar medicamentos desde que garantida a qualidade e a eficácia terapêutica originais dos produtos, cabendo ao farmacêutico esta responsabilidade.

O CRM-DF manifesta seu apoio a esta e a toda e qualquer medida que vise beneficiar o paciente. Por outro lado, preocupa-se com a qualidade de todos os medicamentos produzidos pela indústria farmacêutica, que deve merecer das autoridades sanitárias envolvidas um rígido controle e fiscalização. O médico, ao prescrever pela denominação genérica, não pode ter dúvidas quanto à composição e eficácia do medicamento prescrito. As autoridades sanitárias precisam dar aos médicos esta segurança.

O CRM-DF dispõe de alguns exemplares do DMG para distribuir aos interessados.

Janeiro de 1997

Jornal do CRM • DF

3

PROPAGANDA MÉDICA

CRM alerta quanto a abuso de publicidade

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, tendo em vista o crescente número de anúncios nos diversos meios de comunicação, tem constatado que, em alguns casos, as matérias publicitárias sobre atividades médicas apresentam irregularidades.

Como órgão supervisor da ética profissional e ao mesmo tempo disciplinador do exercício da medicina, o Conselho alerta aos profissionais, pessoas físicas e jurídicas, que na divulgação dos serviços que prestam, devem fazer de forma compatível com as Resoluções do CFM e CRM/DF a respeito.

Chamamos a atenção para o que estabelecem os artigos 9º, 80, 131 e 132 do Código de Ética Médica e as Resoluções CFM 1036/80 e CRM/DF 056/85, com o intuito de orientar os profissionais médicos sobre a forma correta de apresentação do material publicitário e que o seu não cumprimento acarretará instauração de Processo Ético Profissional contra o respectivo Diretor Médico e principal responsável.

Nesse sentido, o Conselho dispõe de uma comissão específica, denominada de Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (CODAME), que é o órgão fiscalizador e orientador das normas constantes na Resolução Normativa 056/85, composta dos conselheiros Antônio Carlos de Mello (presidente), João Bosco dos Reis Sales e Tito de Andrade Figueiroa (membros).

Sequestro na FHDF: uma comédia de erros

*Antônio Luiz Campos**

Trinta dias após o sequestro das contas da Fundação Hospitalar, determinado pela presidência do Tribunal Regional do Trabalho-TRT, ainda não há como se fazer um balanço do ato, uma análise talvez.

Tudo se inicia com uma série de ordens e contra-ordens de sequestros de contas que culminam com a retenção, pela Justiça, de algo em torno de R$ 12 milhões, depositados pelo Ministério da Saúde no Banco do Brasil como repasse de recursos do Sistema Único de Saúde à FHDF ou outros convênios específicos para distribuição de alimentos, combate à AIDS, saúde bucal etc. Dias depois, determinou a mesma juíza que fossem devolvidos 7 dos R$ 12 milhões, porque apenas a parte retida - R$ 5 milhões - estaria legalmente disponível, segundo sua interpretação. Um equívoco, em nosso entendimento. Ou bem a totalidade do dinheiro era "sequestrável" e deveria ser repassado às contas dos reclamantes, ou nenhum tostão deveria ser retido.

A Lei Orgânica da Saúde, que rege o SUS, proíbe o desvio de parte ou totalidade dos recursos do Sistema para pagamento de pessoal. Houve, sim, um engodo no governo Roriz, quando previu-se como fonte para pagamento do precatório, recursos oriundos de UCA(s) e AIH(s) (moedas do SUS). À época, isto não foi percebido pelos interessados, que tiveram a garantia formal da inscrição da dívida no orçamento de 1995.

É parte do direito que atos administrativos errados possam ser corrigidos, inclusive pela autoridade judicial, nunca corroborados por esta. Por estas razões, várias são as ações interpostas contra o sequestro, tendo como autores o Conselho de Saúde do DF, a Procuradoria Geral da República e o próprio GDF.

O mais inusitado de tudo é que os autores da proposição do sequestro verão muito pouco do dinheiro que por direito lhes é devido. Da parte retida, a presidente do TRT determinou o pagamento dos precatórios anteriores aos de médicos e farmacêuticos. O maior grupo de médicos - aproximadamente 400 - ficou no final da fila. Assim, cada um dos farmacêuticos, por exemplo, receberá R$ 60 mil, e cada um dos médicos do grupo maior, vinte vezes menos, isto é, R$ 3 mil, aí ainda não descontados imposto de renda, INSS, advogados, contadores etc.

Se confirmado este sequestro, quem perde e quem ganha? Ganham os beneficiários dos precatórios anteriores aos 400 médicos (não se moveram, mas levaram). Perdem estes médicos que, inclusive, terão muito mais dificuldades para outros sequestros ou acordos como o que estava sendo encaminhado pela secretária Maninha. Perdem também os pacientes, que terão recursos da assistência cortados. Perde a Justiça que, além de insensível socialmente, foi também caolha no caso. Ah! Quem ganha também são os advogados. Aliás, os advogados nunca perdem.

Antônio Luiz Campos é conselheiro do CRM-DF

Publicidade e Ética

A Medicina não é um negócio destinado a visar lucros ou que deva ser exercida como atividade comercial, como forma exclusiva de gerar dividendos. Óbvio? Deveria ser, mas não é o que ocorre quando constatamos em vários anúncios de prestação de serviços médicos levar-se em consideração o dito popular: "a propaganda é a alma do negócio", apelando-se para formas, tamanhos e informações com o intuito de angariar clientela e obter vantagens com fins comerciais.

Entende-se como anúncio médico a comunicação ao público, por qualquer meio de divulgação, de atividades profissionais de iniciativa, participação e anuência do médico. É lícito e de legítimo direito do médico, e portanto não proibido publicar anúncios, desde que dentro de limites de discrição, sobriedade e veracidade daquilo que se está anunciando. Para tanto, há dispositivos legais e éticos que regulamentam a forma individual ou coletiva de publicidade, sendo recomendável a consulta prévia à Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (Codame) do CRM com a finalidade de ajustar o anúncio àqueles dispositivos.

Da mesma forma, quanto às informações médicas prestadas à população em geral através entrevistas e comunicações nos meios de divulgação, **elas devem ser feitas unicamente no interesse de esclarecer e educar a coletividade sem visar a propaganda pessoal**, não devendo constar o endereço ou telefone de seu consultório particular.

O reconhecimento do valor profissional do médico não se faz pela sua presença constante nas colunas de jornais.

O melhor propagandista do médico é o seu próprio paciente.

Portadores de HIV têm medicamentos grátis

Uma vitória importante para os portadores do HIV e doentes de AIDS: no último dia 13 de novembro, o Diário Oficial da União publicou a Lei nº 9.313, do Poder Executivo, determinando a distribuição gratuita de medicamentos necessários ao tratamento da doença.

De acordo com a Lei, o governo, através do Ministério da Saúde, padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, visando orientar a aquisição pelos gestores do Sistema Único de Saúde. As despesas com a compra dos medicamentos serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Diz ainda a Lei que, anualmente ou sempre que se fizer necessário, a padronização de terapias deverá ser revista e republicada, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Abril/99 — Jornal do CRM-DF — 3

Conselho cria comissão para avaliar ética na publicidade médica

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal deu um importante passo na tarefa de fazer prevalecer a ética na publicidade feita por médicos e estabelecimentos de saúde. Por meio da Resolução CRM-DF nº 166/99, aprovada em 4 de março último, foi criada a Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (CODAME), encarregada de normatizar o assunto.

A decisão do Conselho levou em conta que a publicidade médica, intensificada nos últimos anos, deve ser pautada por normas de discrição e sobriedade. Assim, é prudente que os médicos e estabelecimentos submetam seus anúncios previamente ao Conselho, para terem o aval da Comissão quanto à eticidade dos mesmos. Se não o fizerem e houver infringência ao Código de Ética Médica, será aberto processo no CRM-DF contra os anunciantes. Leia a seguir, na íntegra, a Resolução CRM-DF nº166/99:

RESOLUÇÃO CRM-DF Nº 166/99

Cria a Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo XIII do Código de Ética Médica;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 1.036/80;

CONSIDERANDO o artigo 2º da Resolução CRM-DF nº 70/86;

CONSIDERANDO que a Publicidade Médica deve ser pautada por normas de discrição e sobriedade;

CONSIDERANDO a crescente participação de médicos e de estabelecimentos de saúde na mídia, através de anúncios e publicidades de forma irregular;

CONSIDERANDO os progressos dos meios de comunicação;

CONSIDERANDO finalmente o decidido na Sessão Plenária de 04/03/99;

RESOLVE:

1 - Criar a COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO DE ASSUNTOS MÉDICOS (CODAME) no âmbito de sua jurisdição, com a finalidade de ser responsável pela avaliação ética da Publicidade Médica.

2 - Aprovar, na forma do Anexo desta Resolução, os critérios para composição e competência da CODAME.

3 - Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados todos os dispositivos em contrário.

Brasília-DF, Sala das Sessões, 04 de março de 1999.

EDUARDO PINHEIRO GUERRA
Presidente

LÉO CARLOS DE H. E GRISI
1º Secretário

ELEIÇÕES CFM

Chapas podem inscrever-se de 14 de junho a 12 de julho

A comissão eleitoral já deu início ao processo para escolha dos novos membros do Conselho Federal de Medicina (CFM), com a divulgação da data das inscrições das chapas concorrentes, que acontecerá de 14 de junho a 12 de julho. Poderão concorrer todos os médicos brasileiros natos ou naturalizados que estejam quites com a anuidade até a data do encerramento do registro de chapas. O médico só poderá se candidatar por um Estado.

Consistem impedimentos para a candidatura como titular ou suplente: estar impedido de exercer a profissão, ocupar cargo ou função remunerada em Conselho de Medicina, estar inscrito como médico militar ou ser estrangeiro. Os profissionais enquadrados em algum desses itens também estão proibidos de votar.

As eleições serão realizadas em no mínimo um dia e no máximo em três dias, entre 10, 11 e 12 de agosto. O Conselho Regional de Medicina do DF deverá optar pelas eleições em dois dias. Caso não haja quorum (maioria absoluta) , será realizado novo pleito nos dias 24, 25 e 26 de agosto. O voto é obrigatório para todos os médicos inscritos, sendo aplicada multa equivalente à metade do valor da anuidade quando a ausência não for justificada e aceita pela diretoria do Conselho em até 60 dias.

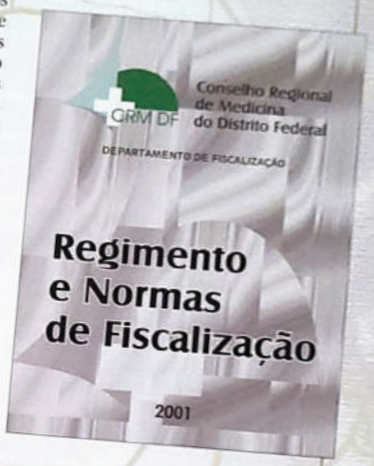
Após o registro das chapas, a comissão eleitoral divulgará os nomes dos inscritos e o Conselho Regional publicará edital referente à eleição, divulgando os locais de votação.

CRM-DF normatiza as ações de fiscalização

CRM-DF
Outubro/2001

Estão definidas e aprovadas as Normas de Fiscalização, indispensáveis às ações do Departamento de Fiscalização criado pelo CRM-DF em julho último. O livro, intitulado *Regimento e Normas de Fiscalização*, levou alguns meses para ser elaborado em razão dos muitos aspectos abordados e do detalhamento necessário para um trabalho normativo, didático e abrangente, por parte dos médicos fiscais e dos conselheiros, o que demandou pesquisa e consultas à legislação vigente.

O manual, com 60 Normas de Fiscalização (NF), inclui todos os aspectos científicos e administrativos que cercam o exercício da Medicina nos estabelecimentos de saúde públicos e privados. Difunde também Resoluções do CRM-DF e do CFM relacionadas ao tema fiscalização e reproduz modelos de regimento de corpo clínico, de formulário de cadastro de pessoa física etc. Os responsáveis pela elaboração do manual procuraram apresentar as NF de forma simples, para facilitar ao máximo o seu entendimento e localização. As instituições de saúde registradas no CRM-DF receberão um exemplar do livro.



BALANÇO

Mesmo antes de concluir o manual de fiscalização, os médicos fiscais já estiveram em oito cidades do DF, num total de 17 visitas, sendo 11 em estabelecimentos de saúde do setor privado e seis do setor público. Foram feitas cinco fiscalizações de caráter preventivo e 12 para verificação de denúncias. Os fiscais expediram 17 recomendações para se corrigir impropriedades encontradas. O descumprimento da legislação vem em segundo lugar (14 casos).

Com a edição do manual de fiscalização, o Departamento intensificará as atividades a partir de agora.

Mais um conselheiro do CRM-DF recebe o título de Cidadão Honorário

O conselheiro José Antônio Ribeiro Filho recebeu, no dia 28 de julho último, o título de Cidadão Honorário de Brasília conferido pela Câmara Legislativa do DF, durante sessão solene realizada na Academia de Tênis de Brasília. Vários médicos, dirigentes de entidades de classe da categoria, parlamentares e representantes de outros segmentos da sociedade prestigiaram a solenidade, proposta pelo deputado Gim Argello.

Mineiro de Bom Jesus da Penha, o doutor José Antônio Ribeiro Filho cursou Medicina na Universidade do Paraná, onde especializou-se em Ginecologia e Obstetrícia, e fez pós-graduação em Mastologia em São Paulo, área em que é referência nacional.

Morando em Brasília há 34 anos, o doutor Ribeiro foi médico da Fundação Hospitalar de 1967 a 1996, período em que tornou-se chefe da unidade de Ginecologia do Hospital Regional de Taguatinga e do Hospital de Base. Também fundou e chefiou a unidade de Mastologia do Hospital de Base, trabalhou no Hospital São Vicente de Paula, em Taguatinga, e coordenou a área de Mastologia da FHDF e do Hospital Universitário de Brasília.

A trajetória profissional, o currículo e os prêmios recebidos pelo doutor Ribeiro foram listados pelo deputado Gim Argello, que fez questão de ressaltar o que considera a principal virtude do homenageado: a qualidade humana. O presidente do CRM-DF, Luiz Fernando Galvão Salinas, em nome da entidade enalteceu as qualificações profissionais e pessoais do doutor Ribeiro, que agradeceu a homenagem afirmando ter um amor "telúrico por Brasília, minha terra de coração, pela qual tudo farei".

Dr. Ribeiro (4º da esquerda para a direita), ao lado do autor da homenagem, deputado Gim Argello

Dr. Joaquim Roberto Costa Lopes também é Cidadão Honorário

A entrega do título ocorreu no dia 7 de agosto último, por iniciativa da deputada Anilcéia Machado. O CRM-DF parabeniza o colega pela homenagem.

CRM-DF inaugurou nova sede em junho

Em solenidade que contou com as presenças do Secretário de Saúde, João de Abreu, do secretário-adjunto, Antônio Alves, da deputada distrital Maninha, deputado federal Agnêlo Queiroz, do diretor executivo da FHDF, Márcio Palis Horta, de diretores de regionais, de ex-conselheiros e dezenas de outros convidados, foi inaugurada na noite de 28 de junho último a nova sede do Conselho Regional de Medicina do DF. Adquirida em janeiro deste ano, a nova sede está localizada na W-3 Sul, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, 3º andar.

Constaram da solenidade de inauguração - que também marcou a comemoração dos 35 anos de criação do Conselho -, discurso do atual presidente, Antônio Luiz Ramalho Campos, descerramento da placa e lançamento do livreto contendo um pouco da história do CRM-DF e atualizando as resoluções.

Em seguida foi oferecido um coquetel aos presentes, que foram unânimes em elogiar as novas instalações do Conselho, considerando-as agora bem mais adequadas e confortáveis para o atendimento à categoria médica.

Ato de descerramento da placa (à esquerda) e solenidade de inauguração da nova sede na sala de reuniões (abaixo)

Pronunciamento do presidente do CRM-DF na solenidade de inauguração da nova sede

"Aos 35 anos de atividades, o CRM-DF inaugura sua nova sede, com a certeza de que este ato é a continuidade da luta e do trabalho de antigos companheiros que, gestão após gestão, ajudaram a construir esta casa.

Muitos deles têm hoje os cabelos brancos e se assim permanecem é porque não os tingem, assim como não se pode tingir uma vida em branco.

Homens como Hermes Rodrigues de Alcântara, Francisco Álvaro Barbosa Costa, Elias Tavares de Araújo, Luiz Osório Serafim, Hércules Sidnei Pires Liberal, Júlio Cezar Meirelles Gomes e Márcio Palis Horta não passaram suas vidas em branco. Estiveram construindo este Conselho desde os anos de chumbo da ditadura militar, até o início dos novos tempos para a cidadania, na Constituinte de 1988.

O excepcional capítulo da Seguridade Social - aí incluída a criação do SUS - não seria escrito desta forma na Constituição, não fosse o enorme esforço do cidadão e presidente deste CRM, Dr. Francisco Álvaro Barbosa Costa, que retirou-se da vida pública logo depois, como se a alegria estivesse na luta e no esforço que a luta envolve, e não na vitória em si; ou talvez porque aquele brilhante capítulo não tenha sido ainda totalmente implementado.

Só há bem pouco tempo a categoria médica passou a entender o papel do CRM como órgão do Estado na defesa da sociedade, pela boa prática da Medicina; isto é a antítese do corporativismo.

Dar respostas a este ditame legal tem sido objetivo principal do atual colegiado desta casa.

Cada um de nós traz dentro de si o amargo desprazer de julgar um colega, mas procura fazê-lo com a simplicidade e a sabedoria que levam a decisões justas.

Não nos arrependemos do que condenamos, nem nos alegramos por isso; julgamos nossos pares com isenção e sem conceito prévio, tentando separar o joio do trigo, aí sim trabalhando em prol da categoria.

Esta sede é a casa do médico no Distrito Federal; porém, sem festas, sem lazer e sem tertúlias científicas.

Esta é a casa do aconselhamento, da orientação e da conciliação.

Esta é a casa da discussão política dos temas da Saúde em toda sua amplitude.

É a casa da ação participativa e ombreada com as instituições do setor.

Sem demagogias, esta também é uma casa do povo que, por meio de suas demandas, canaliza suas angústias, suas dores e seus temores até nós.

A jornada dos atuais conselheiros já ultrapassa metade de um mandato, que se faz na ação e na ousadia.

Só nos permitimos o papel de atores da história, e não de meros espectadores.

Portanto, nossa vida, assim como a daqueles que nos antecederam, também não passará em branco. Teremos cumprido nossa missão.

Muito obrigado".

Presidente do CRM-DF Antônio Lu R. Campos

Em destaque, a história da Medicina sob o ponto de vista da arte

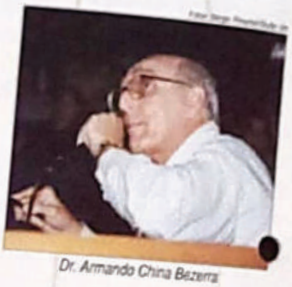
Cento e sessenta médicos residentes participaram da décima oitava edição do Curso de Ética Médica promovido pelo CRM-DF, no período de 4 a 27 de setembro, nos auditórios do Hospital de Base e do Conselho Federal de Medicina. Temas como remuneração profissional, atestado de óbito, direitos humanos, relação entre pacientes e familiares, direitos do médico e segredo médico, além dos princípios fundamentais do Código de Ética Médica, foram abordados durante o curso.

A aula inaugural, proferida pelo conselheiro do CRM-DF dr. Armando Chinaz Bezerra, contou a história da Medicina sob o ponto de vista da arte e foi, mais uma vez, a preferida pelos residentes. O dr. Armando conta, abaixo e na página seguinte, três dessas histórias que despertam tanto a atenção de quem ouve suas palestras.

AVALIAÇÃO

A avaliação geral do curso, obtida por meio de questionário distribuído a 143 alunos no último dia, mostrou que 83% entendem que a duração é adequada, ou seja, duas vezes por semana durante o mês. Noventa e quatro por cento avaliam que o aproveitamento foi positivo no sentido de ter despertado a atenção para algumas questões éticas e ter oferecido uma linha de raciocínio para a postura profissional.

Além da aula inaugural, os temas de maior interesse, que trouxeram mais esclarecimentos e induziram os participantes à reflexão, foram: segredo médico, atestado de óbito e atestados e boletins médicos.



Dr. Armando China Bezerra

Alunos do XVIII Curso de Ética Médica

As proporções do corpo humano segundo Vitruvius

Esta gravura conhecidíssima, de autoria de Leonardo da Vinci, é uma homenagem ao arquiteto romano Vitruvius, responsável por projetar os aquedutos na Roma antiga. Vitruvius acreditava que, se a população tivesse acesso à água potável, cairiam a mortalidade infantil e a mortalidade como um todo. Foi, portanto, segundo a História, quem primeiro imaginou fornecer água às casas por meio de aquedutos.

Da Vinci desenhou as dimensões do homem no Universo (representado pelo círculo) e a obra tornou-se o mais famoso desenho de proporções do corpo humano no mundo. Está exposta no museu

Jornal do CRM-DF

O sentido da criação da Faculdade de Medicina da UnB

Cláudio Bernardo Pedrosa de Freitas *

O processo que culminou com a criação da Faculdade foi longo e difícil. Ele exigiu muito empenho dos professores. Este esforço, entretanto, foi considerado indispensável ao desenvolvimento da Medicina na UnB, por três motivos principais: dar autonomia à Medicina, permitir a participação da Medicina na administração superior da UnB e fortalecer o Hospital Universitário.

Esta conquista não foi fruto de simples acordo de cúpula. Antes de pleitear autonomia, a Medicina mostrou competência, tanto na preparação dos seus alunos de graduação e de pós-graduação quanto na construção do Hospital Universitário. De fato, por todos os critérios que conhecemos, nossos ex-alunos e ex-residentes são considerados bem formados, mesmo quando a comparação é feita com as melhores faculdades do País. O caso do Hospital Universitário é também revelador. Há cerca de 10 anos, a UnB recebeu um hospital com excelente corpo técnico e clínico, mas em franca decadência, em vista das políticas para o setor saúde.

Foto: Ronaldo Barroso

Dr. Elias Tavares, diretor do HUB; Profº Adib Jatene; Reitor Lauro Morhy; Dr. Cláudio Bernardo; Dr. Eduardo Guerra, presidente do CRM-DF, e Dr. Ranon, presidente da AMBr

O orçamento do HUB restringe-se basicamente à sua produção de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS). Sem quadro de pessoal definido pelo MEC e apesar da constante redução de servidores, até pelo inacreditável PDV, o HUB cresceu em demanda e produção a ponto de o próprio SUS impor-lhe um teto de produção acima do qual não remunera os procedimentos feitos. Reduzido a cada ano, desde 1997, este teto tem sido sistematicamente ultrapassado, constituindo um saldo a receber com o SUS de vários milhões de reais. Saldo sem liquidez, mas muito valioso em termos humanos, acadêmicos e administrativos.

O primeiro reconhecimento dos méritos do HUB veio da bancada federal de Brasília que, nos últimos anos, contemplou o Hospital com recursos para reforma das instalações hidráulicas e elétricas do prédio principal, construção e equipamento do Centro de Cirurgia Ambulatorial, reforma para ativação do 4º andar, construção da ampliação do ambulatório, preparação da área de radiologia para receber os equipamentos novos, criação do Centro de Hemodiálise, incluído na reforma do térreo do anexo I. Recentemente, a Câmara Legislativa incluiu o HUB no orçamento do GDF com recursos que dependem somente da liberação do Governador.

Assim, quando pediram a criação da Faculdade de Medicina, os professores tinham o respaldo moral do seu trabalho e, de fato, foram tratados com a devida seriedade pela administração superior da UnB, ou seja, Reitoria e Conselho Universitário.

Nosso desafio acadêmico estaria em definir o perfil do médico formado, modernizar nossas tecnologias de ensino, consolidar as propostas de pesquisa e pós-graduação e sistematizar as atividades de extensão, integrando-as na UnB. O desafio administrativo maior, de curto prazo, é o financiamento do atendimento no Hospital Universitário.

Conquistamos a autonomia acadêmica e administrativa, mas não pretendemos o isolamento e a auto-suficiência. Assim, estamos avaliando as várias políticas sociais, especialmente da Secretaria de Saúde, do Ministério da Saúde e das agências nacionais e internacionais de fomento a partir das próprias políticas gerais da UnB.

De modo semelhante, consideramos a presença do Conselho Regional de Medicina, da Associação Médica e do Sindicato dos Médicos na memorável aula inaugural proferida pelo professor Adib Jatene, na Faculdade, como marco de uma era de cooperação. Unidos estaremos dando resposta digna aos desafios que hoje se apresentam aos herdeiros de Hipócrates, no sentido da promoção do exercício ético da Medicina, da educação continuada e da defesa profissional.

A Faculdade de Medicina e o Hospital Universitário agradecem o apoio e declaram-se mais um instrumento para o desenvolvimento da Medicina em Brasília.

* *Conselheiro do CRM-DF e Diretor pro tempore da Faculdade de Medicina da UnB*

Porte Pago
Dr-Bsb

Conselho Regional de Medicina do DF

Abril de 1997

Jornal do CRM•DF

Sede própria é quitada

Detalhe do plenário do CRM-DF

Adquirida em janeiro 96, a sede própria do CRMDF – um conjunto de onze salas no Centro Empresarial Assis Chateaubriand, totalizando 720 m2 – será quitada em 30 de abril após o pagamento da última parcela. A compra das salas significou um grande sacrifício para a entidade, que promoveu rigorosa contenção de gastos para honrar este compromisso.

Inaugurada em 28 de junho do ano passado, desde então tem sido palco [illegible] à categoria médica em instalações adequadas e confortáveis.

Nesta oportunidade, a diretoria atual rende sua homenagem ao ex-presidente e ainda conselheiro Antônio Luiz Ramalho Campos por sua dedicação e empenho como um dos principais responsáveis por esta conquista e relembra alguns trechos de seu pronunciamento quando da solenidade de inauguração:

"Esta sede é a Casa do Médico no Distrito Federal.

Esta é a casa do aconselhamento, da orientação e da conciliação.

Esta é a casa da discussão política dos temas da saúde em toda a sua amplitude.

É a casa da ação participativa e ombreada com as instituições do setor.

Sem demagogias, esta também é uma casa do povo que, por meio de suas demandas, canaliza suas angústias, suas dores e [illegible]"

REMA: CRM-DF apóia proposta preliminar da Secretaria de Saúde

Em reunião com a Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, realizada no dia 5 de fevereiro, para discussão da Reformulação do Modelo de Assistência à Saúde no Distrito Federal - REMA, o CRM-DF apresentou como subsídio ao debate a proposta preliminar produzida pela Secretaria de Saúde/FHDF, que sugere estratégias de ação para as seguintes questões: distritos sanitários, agenda aberta, emergências, reformulação dos ambulatórios e especialidades, assistência domiciliar, controle social, recursos humanos, democratização da gestão financeira, implantação da gestão semiplena do SUS e implantação da "reforma administrativa".

O Conselho entende ser urgente a implantação da reforma do modelo assistencial proposta pela SES/FHDF - obedecendo ao previsto pela III Conferência de Saúde do DF - como formulação alternativa ao projeto neoliberal que minimiza as ações do Estado, inclusive no setor saúde. Para tal, avalia o CRM-DF, não basta a vontade do governante se não houver a determinação política da sociedade no mesmo sentido.

Os órgãos de defesa desta mesma sociedade, aí incluído o próprio CRM-DF, têm agora objetivadas, a partir da proposta da Secretaria, não mais apenas linhas programáticas, mas ações concretas que só poderão ser desenvolvidas dentro de um amplo arco de alianças que vise o benefício máximo do usuário do sistema, em última análise o próprio povo.

CRM-DF 40 ANOS

Conselho lança concurso para escolha de seu logotipo

O Conselho Regional de Medicina do DF completará 40 anos em 27 de março de 2001.Como parte das comemorações, a entidade está lançando um concurso para escolha de seu logotipo, a ser usado nos documentos oficiais, publicações etc. Aberto a quaisquer interessados, o concurso premiará o vencedor com a quantia de R$ 2.000,00.

O desenho do logotipo deverá ser feito em cartolina A4, ocupando cerca de 50% de área da folha e ser apresentado nas versões preto e branco e na cor verde, contendo obrigatoriamente a inscrição: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL ou CRM-DF. O desenho deverá fazer alusão à Medicina e ao Distrito Federal.

As inscrições estarão abertas até a data limite de 16 de fevereiro de 2001 e os trabalhos poderão ser entregues diretamente no Conselho ou enviados por correspondência para o seguinte endereço: SRTVS Q. 701 – Centro Empresarial Assis Chateaubriand, 3º andar – CEP 70340-906.

No ato da inscrição o candidato deverá se identificar com seus dados pessoais e também por meio de um pseudônimo (no verso do logotipo), para a fase de julgamento e escolha do vencedor. Deve, ainda, anexar documento afirmando que, caso seu logotipo seja o vencedor, cederá os direitos autorais ao CRM-DF autorizando a livre utilização do mesmo pelo Conselho.

Admirável Mundo Médico tem ótima repercussão

O CRM-DF e o conselheiro Armando José China Bezerra, autor do livro *Admirável Mundo Médico – A arte na história da Medicina*, têm recebido um grande número de correspondências de congratulações pelo lançamento. Médicos, estudantes e profissionais de outras áreas, do Distrito Federal e de outros Estados, destacam em suas cartas e e-mails o interesse que as histórias despertam nos leitores e a qualidade gráfica do material.

O livro foi lançado em Roraima pelo CRM-RR, no último dia 21 de junho, no Auditório da Universidade Federal daquele Estado, durante palestra do professor Armando sobre "A coluna vertebral ha história da Medicina, na arte e no amor". Alguns jornais de outros Estados também deram destaque à obra, como *O Poti* e a *Tribuna do Norte*, de Natal (RN).

O *Admirável Mundo Médico* passou também a ser referenciado na disciplina de História da Medicina nas universidades Federal e Estadual do Amazonas. Na opinião do Prof. Dr. Hildegardo Rodrigues, professor de Anatomia da Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, "a obra ficou maravilhosa, excelente, de alto nível e veio enriquecer a literatura médica brasileira... Poderá e deverá ser vista por todos os amantes da cultura, médicos ou não, brasileiros ou estrangeiros, enfim, por todas as pessoas que desejam ampliar seus conhecimentos".

A aluna de Educação Física da Universidade Católica de Brasília Karina Henriques preferiu expressar sua admiração pelo livro por meio de um poema:

Um livro
Em ciência
Uma arte
Em fonte.
Admira o mundo,
Mira,
Informa e forma.
Vê e reconhece.
Aprende e não se prende.
Admirável Mundo Médico:
É ético,
É legível,
É irresistível,
Merece ser lido.

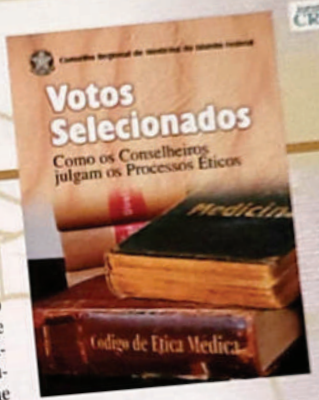
Votos selecionados

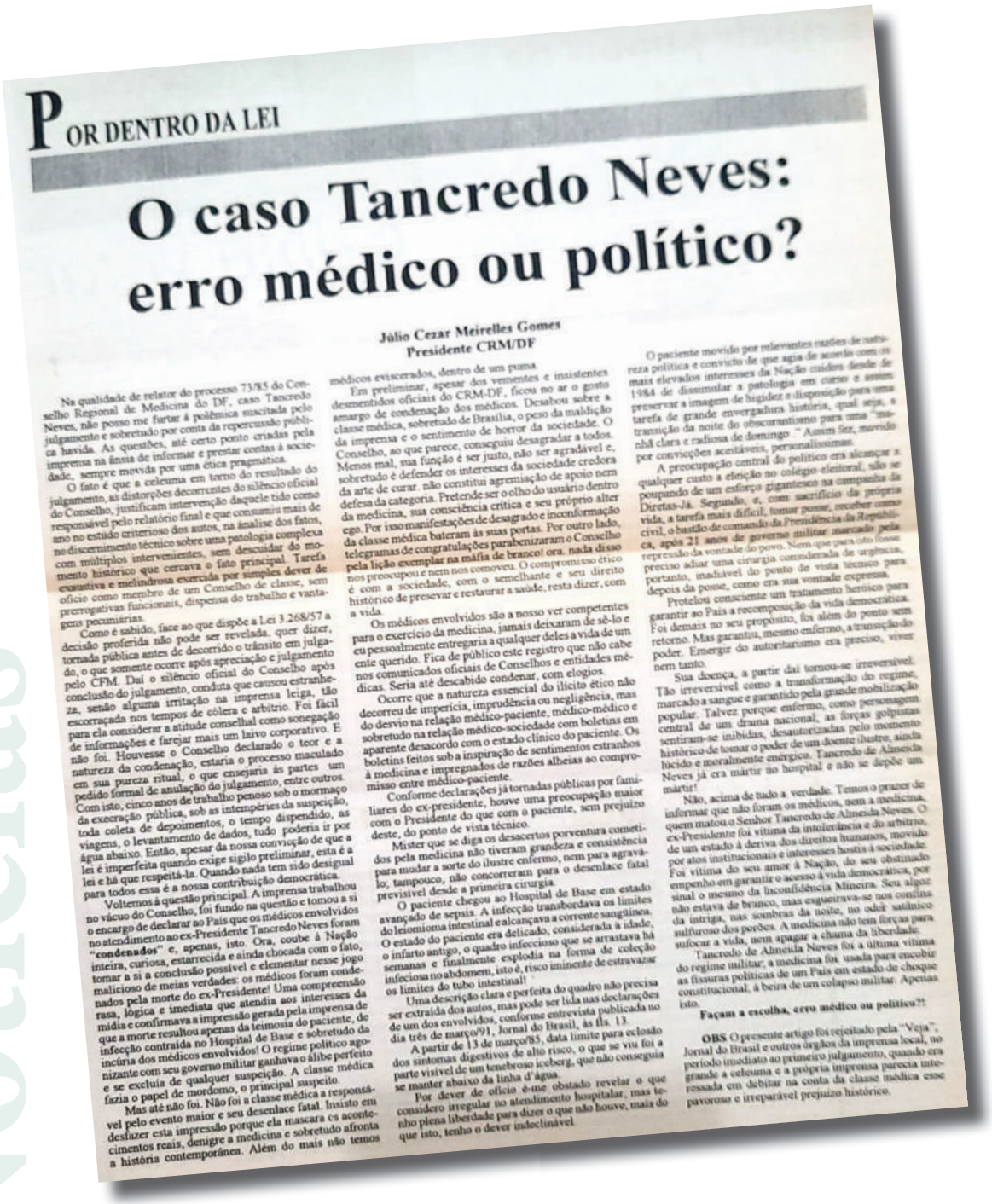
Lançamento do livro terá palestra sobre a forma como a Justiça julga processos envolvendo atos médicos

Convidado pelo Conselho Regional de Medicina, o Professor de Direito Penal da UniCeub e da Faculdade de Euro-Americana, juiz Ademar Vasconcelos, será o palestrante da noite de lançamento do livro *Votos Selecionados – Como os Conselheiros julgam os Processos Éticos*. O evento acontecerá no Auditório do Conselho Federal de Medicina, no dia 3 de maio, a partir das 20h, e todos os médicos estão convidados.

A edição de *Votos Selecionados* consumiu mais de quatro meses de trabalho. Foi feita uma seleção minuciosa dos processos, procurando-se abranger as mais freqüentes denúncias de infração ao Código de Ética Médica. Os responsáveis pela edição, conselheiros Luiz Fernando Galvão Salinas e Léo Carlos de Hildebrand e Grisi, tiveram o cuidado de omitir todos os nomes que pudessem identificar os casos, visto que os processos são sigilosos.

A assessoria jurídica do Conselho Federal de Medicina emitiu parecer a respeito, pronunciando-se: "Esta publicação sedimenta e esclarece o entendimento que o CRM-DF manteve durante alguns anos a respeito da ética no exercício da Medicina, condenando o médico infrator e absolvendo o colega eximido de responsabilidade, sempre enveredando suas decisões em consonância com as provas acostadas aos autos."





POR DENTRO DA LEI

O caso Tancredo Neves: erro médico ou político?

Júlio Cezar Meirelles Gomes
Presidente CRM/DF

Na qualidade de relator do processo 73/85 do Conselho Regional de Medicina do DF, caso Tancredo Neves, não posso me furtar à polêmica suscitada pelo julgamento e sobretudo por conta da repercussão pública havida. As questões, até certo ponto criadas pela imprensa na ânsia de informar e prestar contas à sociedade, sempre movida por uma ética pragmática.

O fato é que a celeuma em torno do resultado do julgamento, aí distorções decorrentes do silêncio oficial do Conselho, justificam intervenção daquele tido como responsável pelo relatório final e que consumiu mais de ano no estudo criterioso dos autos, na análise dos fatos, com múltiplos intervenientes, sem descuidar do momento histórico que cercava o fato principal. Tarefa exaustiva e melindrosa exercida por simples dever de ofício como membro de um Conselho de classe, sem prerrogativas funcionais, dispensa do trabalho e vantagens pecuniárias.

Como é sabido, face ao que dispõe a Lei 3.268/57 a decisão proferida não pode ser revelada, quer dizer, tornada pública antes de decorrido o trânsito em julgado, o que somente ocorre após apreciação e julgamento pelo CFM. Daí o silêncio oficial do Conselho após conclusão do julgamento, conduta que causou estranheza, senão alguma irritação na imprensa leiga, tão escoraçada nos tempos de cólera e arbítrio. Foi fácil para ela considerar a atitude conselhal como sonegação de informações e farejar mais um laivo corporativo. E não foi. Houvesse o Conselho declarado o teor e a natureza da condenação, estaria o processo maculado em sua pureza ritual, o que ensejaria às partes um pedido formal de anulação do julgamento, entre outros. Com isto, cinco anos de trabalho penoso sob o mormaço da execração pública, sob as intempéries da suspeição, toda coleta de depoimentos, o tempo dispendido, as viagens, o levantamento de dados, tudo poderia ir por água abaixo. Então, apesar da nossa convicção de que a lei é imperfeita quando exige sigilo preliminar, esta é a lei e há que respeitá-la. Quando nada tem sido desigual para todos essa é a nossa contribuição democrática.

Voltemos à questão principal. A imprensa trabalhou no vácuo do Conselho, foi fundo na questão e tomou a si o encargo de declarar ao País que os médicos envolvidos no atendimento ao ex-Presidente Tancredo Neves foram **"condenados"** e, apenas, isto. Ora, coube à Nação tomar a si a conclusão possível e elementar nesse jogo inteira, curiosa, estarrecida e ainda chocada com o fato, malicioso de meias verdades: os médicos foram condenados pela morte do ex-Presidente! Uma compreensão rasa, lógica e imediata que atendia aos interesses da mídia e confirmava a impressão gerada pela imprensa de que a morte resultou apenas da teimosia do paciente, de infecção contraída no Hospital de Base e sobretudo da incúria dos médicos envolvidos! O regime político agonizante com seu governo militar ganhava o álibe perfeito e se excluía de qualquer suspeição. A classe médica fazia o papel de mordomo, o principal suspeito.

Mas até não foi. Não foi a classe médica a responsável pelo evento maior e seu desenlace fatal. Insisto em desfazer esta impressão porque ela mascara os acontecimentos reais, denigre a medicina e sobretudo afronta a história contemporânea. Além do mais não temos médicos eviscerados, dentro de um puma.

Em preliminar, apesar dos veementes e insistentes desmentidos oficiais do CRM-DF, ficou no ar o gosto amargo de condenação dos médicos. Desabou sobre a classe médica, sobretudo de Brasília, o peso da maldição da imprensa e o sentimento de horror da sociedade. O Conselho, ao que parece, conseguiu desagradar a todos. Menos mal, sua função é ser justo, não ser agradável e, sobretudo é defender os interesses da sociedade credora da arte de curar. não constitui agremiação de apoio nem defesa da categoria. Pretende ser o olho do usuário dentro da medicina, sua consciência crítica e seu próprio alter ego. Por isso manifestações de desagrado e inconformação da classe médica bateram às suas portas. Por outro lado, telegramas de congratulações parabenizaram o Conselho pela lição exemplar na máfia de branco! ora, nada disso nos preocupou e nem nos comoveu. O compromisso ético é com a sociedade, com o semelhante e seu direito histórico de presevar e restaurar a saúde, resta dizer, com a vida.

Os médicos envolvidos são a nosso ver competentes para o exercício da medicina, jamais deixaram de sê-lo e eu pessoalmente entregaria a qualquer deles a vida de um ente querido. Fica de público este registro que não cabe nos comunicados oficiais de Conselhos e entidades médicas. Seria até descabido condenar, com elogios.

Ocorre que a natureza essencial do ilícito ético não decorreu de imperícia, imprudência ou negligência, mas do desvio na relação médico-paciente, médico-médico e sobretudo na relação médico-sociedade com boletins em aparente desacordo com o estado clínico do paciente. Os boletins feitos sob a inspiração de sentimentos estranhos à medicina e impregnados de razões alheias ao compromisso entre médico-paciente.

Conforme declarações já tornadas públicas por familiares do ex-presidente, houve uma preocupação maior com o Presidente do que com o paciente, sem prejuízo deste, do ponto de vista técnico.

Mister que se diga os desacertos porventura cometidos pela medicina não tiveram grandeza e consistência para mudar a sorte do ilustre enfermo, nem para agravá-lo, tampouco, não concorreram para o desenlace fatal previsível desde a primeira cirurgia.

O paciente chegou ao Hospital de Base em estado avançado de sepsis. A infecção transbordava os limites do leiomioma intestinal e alcançava a corrente sanguínea. O estado do paciente era delicado, considerada a idade, o infarto antigo, o quadro infeccioso que se arrastava há semanas e finalmente explodia na forma de coleção infeciosa no abdomem, isto é, risco iminente de estravazar os limites do tubo intestinal!

Uma descrição clara e perfeita do quadro não precisa ser extraída dos autos, mas pode ser lida nas declarações de um dos envolvidos, conforme entrevista publicada no dia três de março/91, Jornal do Brasil, às fls. 13.

A partir de 13 de março/85, data limite para eclosão dos sintomas digestivos de alto risco, o que se viu foi a parte visível de um tenebroso iceberg, que não conseguia se manter abaixo da linha d'água.

Por dever de ofício é-me obstado revelar o que considero irregular no atendimento hospitalar, mas tenho plena liberdade para dizer o que não houve, mais do que isto, tenho o dever indeclinável.

O paciente movido por relevantes razões de natureza política e convicto de que agia de acordo com os mais elevados interesses da Nação cuidou desde de 1984 de dissimular a patologia em curso e assim preservar a imagem de higidez e disposição para uma tarefa de grande envergadura histórica, qual seja, a transição da noite do obscurantismo para uma "manhã clara e radiosa de domingo " Assim fez, movido por convicções aceitáveis, personalíssimas.

A preocupação central do político era alcançar a qualquer custo a eleição no colégio eleitoral, não se poupando de um esforço gigantesco na campanha da Diretas-Já. Segundo, e, com sacrifício da própria vida, a tarefa mais difícil, tomar posse, receber como civil, o bastão de comando da Presidência da República, após 21 anos de governo militar marcado pela repressão da vontade do povo. Nem que para isto fosse preciso adiar uma cirurgia considerada de urgência, portanto, inadiável do ponto de vista técnico para depois da posse, como era sua vontade expressa.

Protelou consciente um tratamento heróico para garantir ao País a recomposição da vida democrática. Foi demais no seu propósito, foi além do ponto sem retorno. Mas garantiu, mesmo enfermo, a transição do poder. Emergir do autoritarismo era preciso, viver nem tanto.

Sua doença, a partir daí tornou-se irreversível. Tão irreversível como a transformação do regime, marcado a sangue e garantido pela grande mobilização popular. Talvez porque enfermo, como personagem central de um drama nacional, as forças golpistas sentiram-se inibidas, desautorizadas pelo momento histórico de tomar o poder de um doente ilustre, ainda lúcido e moralmente enérgico. Tancredo de Almeida Neves já era mártir no hospital e não se depôe um mártir!

Não, acima de tudo a verdade. Temos o prazer de informar que não foram os médicos, nem a medicina, quem matou o Senhor Tancredo de Almeida Neves. O ex-Presidente foi vítima da intolerância e do arbítrio, de um estado à deriva dos direitos humanos, movido por atos institucionais e interesses hostis à sociedade. Foi vítima do seu amor à Nação, do seu obstinado empenho em garantir o acesso à vida democrática, por sinal o mesmo da Inconfidência Mineira. Seu algoz não estava de branco, mas esquerava-se nos confins da intriga, nas sombras da noite, no odor satânico sulfuroso dos porões. A medicina não tem forças para sufocar a vida, nem apagar a chama da liberdade.

Tancredo de Almeida Neves foi a última vítima do regime militar, a medicina foi usada para encobrir as fissuras políticas de um País em estado de choque constitucional, à beira de um colapso militar. Apenas isto.

Façam a escolha, erro médico ou político?!

OBS O presente artigo foi rejeitado pela "Veja", Jornal do Brasil e outros órgãos da imprensa local, no período imediato ao primeiro julgamento, quando era grande a celeuma e a própria imprensa parecia interessada em debitar na conta da classe médica esse pavoroso e irreparável prejuízo histórico.

Jornal do CRM-DF

ÓRGÃO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Nº 03

Janeiro 84

Diretas, já

Reunidos pela primeira vez em uma Assembléia Nacional de Entidades, médicos de todo o país resolveram se engajar na campanha democrática pelas eleições diretas para presidente da República. *(Página 3)*

Novos valores de taxas e anuidades (Página 6)

Posse dos conselheiros (Página 4)

Medicina de Grupo e outras formas do exercício profissional foram debatidas no I Ciclo de Debates

Modelos em debate

As entidades médicas de Brasília promoveram um Ciclo de Debates sobre as formas de exercício da profissão, durante a "Semana do Médico". Representantes das mais variadas tendências discutiram a medicina de grupo, as cooperativas médicas e a Previdência. O debate em torno da medicina de grupo, no primeiro dia do Ciclo, foi dos mais polêmicos. Defensores deste modelo afirmaram que a medicina de grupo é a solução a médio prazo para os problemas de assistência médica. Suas opiniões foram criticadas pelos outros convidados à mesa dos debates.

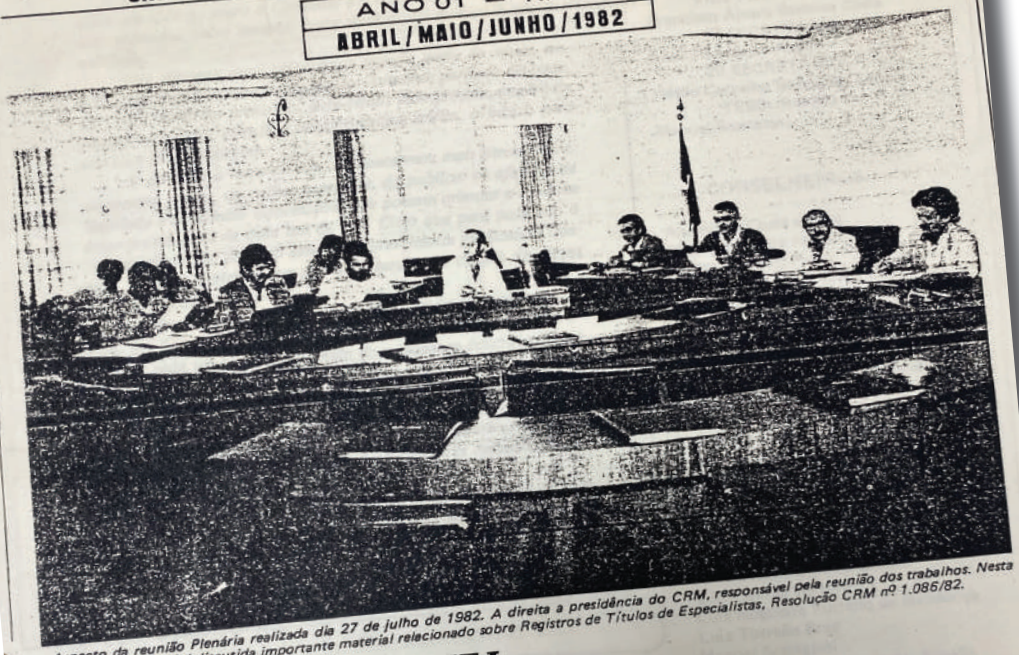
No Dia do Médico, os companheiros com mais de 50 anos de profissão foram homenageados **(páginas 5 e 8)**

Jornal do CRM-DF

ÓRGÃO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

ANO 01 — N.º 01

ABRIL / MAIO / JUNHO / 1982



Aspecto da reunião Plenária realizada dia 27 de julho de 1982. A direita a presidência do CRM, responsável pela reunião dos trabalhos. Nesta reunião foi discutida importante material relacionado sobre Registros de Títulos de Especialistas, Resolução CRM nº 1.086/82.

TÍTULO DE ESPECIALISTA TEM NOVA REGULAMENTAÇÃO Pág. 3

AS ESPECIALIDADES RECONHECIDAS PELO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA Pág. 3

PARA QUE SERVEM OS CONSELHOS DE MEDICINA ? Pág. 5

QUE FEZ O CRM-DF EM 1981 ? Pág. 4

MINISTÉRIO DO TRABALHO SUSTA RESOLUÇÃO Pág. 5

MÉDICO X EMPRESA QUE REVENDE SERVIÇOS Pág. 6

MINISTÉRIO DO TRABALHO FICA COM 70% DO SALDO DOS CONSELHOS Pág. 5

Jornal do CRM-DF

ÓRGÃO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Nº 02 — 1º TRIMESTRE — 1983

Médicos proibidos de assinar contrato com empresa revendedora de assistência

pág. 5

MÉDICOS X IMPRENSA

Normas recentes do CFM visam evitar o sensacionalismo e autopromoção médica nos veículos de comunicação de massa

pág. 3

CRM VAI FISCALIZAR O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MÉDICO E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS

pág. 5

É obrigatório o registro de empresas médicas no CRM

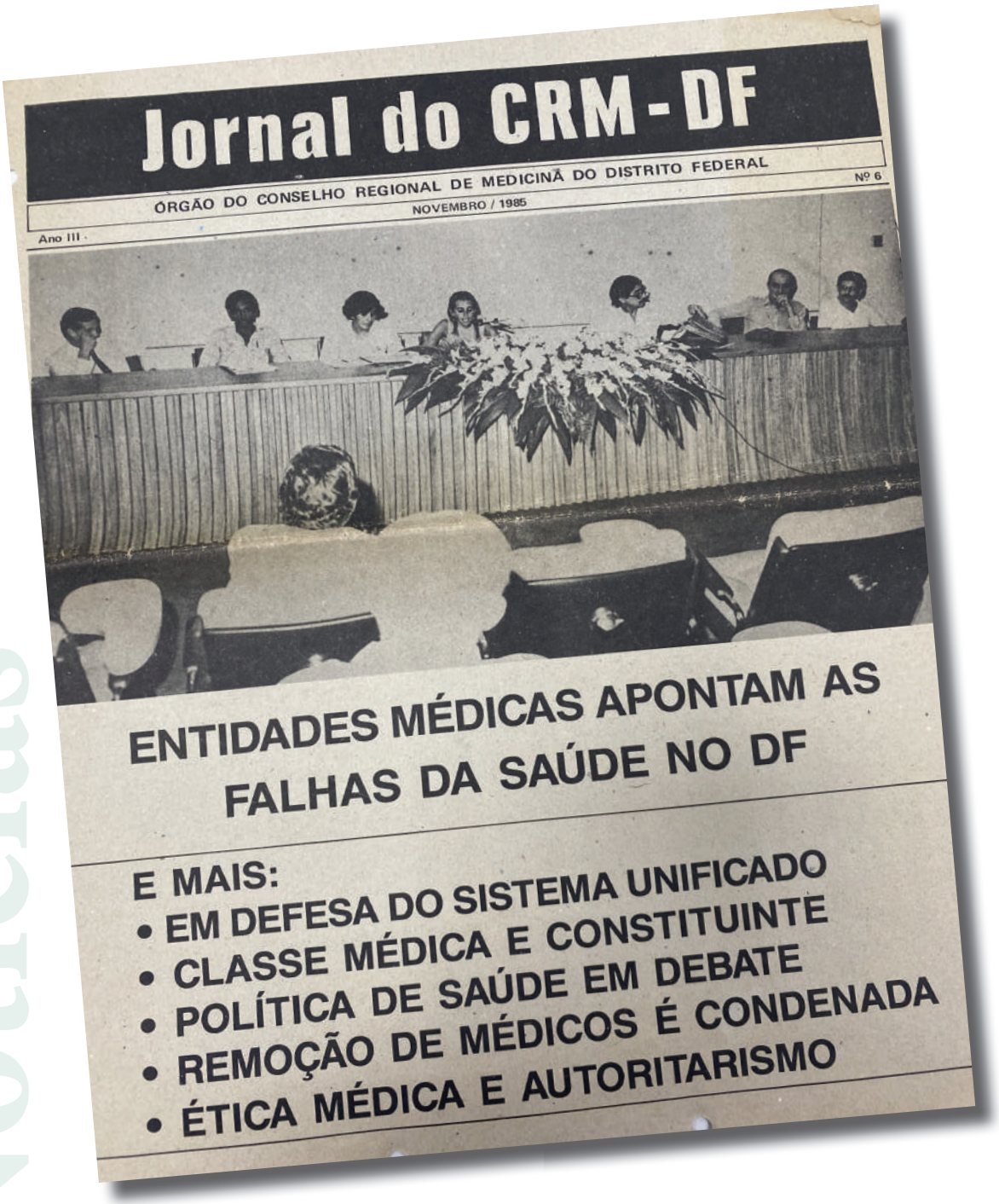
pág. 4

UNIMED denuncia desemprego

A Cooperativa de Trabalho Médico de Brasília (Unimed) e sua congênere nacional, Unimed do Brasil, denunciaram ao Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal o desemprego na classe médica de Brasília, causada pela presença na cidade da empresa de medicina de Grupo Comepa, com sede em São Paulo. Essa firma vem prestando assistência médica aos empregados e dependentes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), por esse motivo, tem dispensado o trabalho de diversos profissionais clínicas, laboratórios e casas de saúde.

Pague com desconto sua anuidade

Pague em dia a sua anuidade ao Conselho Regional de Medicina e goze dos descontos especiais, veja matéria na pág. 3. Outros assuntos de interesse da categoria em Notícias, na página 7.



Jornal do CRM - DF

ÓRGÃO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Nº 6

NOVEMBRO / 1985

Ano III

ENTIDADES MÉDICAS APONTAM AS FALHAS DA SAÚDE NO DF

E MAIS:

- EM DEFESA DO SISTEMA UNIFICADO
- CLASSE MÉDICA E CONSTITUINTE
- POLÍTICA DE SAÚDE EM DEBATE
- REMOÇÃO DE MÉDICOS É CONDENADA
- ÉTICA MÉDICA E AUTORITARISMO

Medicina é tema do I Congresso de Brasília

A Associação Médica de Brasília promoverá, de 10 a 15 de junho próximo, no Centro de Convenções, o I Congresso Médico de Brasília, juntamente com a I Feira de Saúde e a VI Jornada Médica. O presidente do Conselho Regional de Medicina do DF, Márcio Palis Horta, participará do encontro como conferencista e abordará, no dia 15, o tema "Condições de Trabalho na Fundação Hospitalar do Distrito Federal". No dia 14 de julho, Márcio Horta presidirá a mesa dos trabalhos durante a palestra do presidente do Conselho Federal de Medicina, Francisco Alvaro Barbosa Costa, que falará sobre "Responsabilidade Profissional".

O I Congresso Médico de Brasília começa oficialmente às 20 horas do dia 11 de junho, com a abertura solene e termina no dia 15. Os dias 10 e 11 são também reservados aos cursos pré-congresso e além de conferências, mesas-redondas, colóquios e debates informais, aos participantes dos eventos serão oferecidas sessões de filmes e vídeos e uma exposição de posters.

Conferencistas de todo país já confirmaram sua participação no encontro. O professor e antropólogo Darci Ribeiro, por exemplo, falará sobre "Universidade e a Comunidade". O médico Ricardo Fescina, do Uruguai, fará uma exposição sobre a "Situação da Perinatologia na América Latina, no dia 11 e o presidente da Universidade Holística Internacional Paris-Brasília, Pierre Weil, coordenará, no dia 10, uma discussão sobre "Abordagem Holística em Medicina".

O ministro da Saúde, Seigo Tsuzuki, autorizou a dispensa de ponto dos funcionários públicos federais da administração direta e das autarquias, que comprovadamente participem do I Congresso Médico e da I Feira da Saúde de Brasília. A I Feira da Saúde contará com a exposição de 27 stands, sobre temas como diabetes, tóxicos, alcoolismo, medicamento, sangue, reforma sanitária, saúde oral, homeopatia e acumputura, adolescência, Aids, infecção hospitalar, entre outros.

Representantes de todas as áreas do setor saúde participaram do Simpósio de Saúde da Câmara

Fórum debaterá serviço público

A intersindical de Saúde, Associação Médica de Brasília, o Conselho Reginal de Medicina do Distrito Federal e outras entidades de trabalhadores, vêm desenvolvendo uma intensa campanha em favor do serviço público de saúde e pela imediata implantação do Sistema Único de Saúde — SUS. Com o tema "A saúde é sua, o hospital é nosso, a luta é de todos", essas entidades pretendem realizar no próximo dia 25 de junho, no Centro de Convenções, o I Fórum em Defesa dos Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal", que terá como um dos principais objetivos a reafirmação de que a saúde é direito do cidadão e dever do estado.

A campanha em favor da melhoria e preservação do serviço de saúde, além de mobilizar os profissionais ligados ao setp para a conquista do Sistema Único de Saúde, visa também alertar toda a população beneficiária de que "o que é público é nosso". Neste sentido, além das informações transmitidas diariamente pelos meios de comunicação, as entidades promotoras da campanha vêm distribuindo milhares de folhetos explicativos, onde afirma: "Essa luta é de todos, comunidade e profissionais de saúde, que podem exigir essa mudança e maior compromisso do Governo com seu objetivo final: o bem-estar de todos e a honradez na administração do patrimônio público".

Simpósio Nacional discute lei orgânica

O VI Simpósio Nacional de Saúde da Câmara dos Deputados, realizado nos dias 9, 10, 11 de maio último colocou em discussão, entre outros assuntos, a lei orgânica de saúde, que dará aplicabilidade ao texto constitucional brasileiro. Os grupos de trabalho, organizados pelos coordenadores do encontro, discutiram temas como Organização, Gestão e Participação, Relação Setor Público Privado, transplante de órgãos, sangue e derivados entre outros. O Conselho Regional de Medicina do DF, além de dar sua contribuição ao seminário como um todo, participou efetivamente do grupo que discutiu a questão "Relacionamento entre o Setor Público e Privado".

Neste grupo de trabalho, o CRM-DF trabalhou com duas propostas, por ele elaboradas, levantando temas como a mercantilização da medicina, a composição dos Conselho de Saúde e a relação desses Conselhos com os serviços públicos. De acordo com a proposta apresentada pelo Conselho Regional, "os serviços privados conveniados e contratados, e portanto custeados com recursos públicos, adquirem finalidade e características públicas e as diretrizes que os planejam, controlam e avaliam, viabilizados em lei, devem ser as mesmas dos serviços públicos". E que "quanto aos serviços privados autônomos, ou seja, não conveniados ou contratados pelo SUS, se submetem à regulação estatal quanto às condições de instalação e funcionamento, legislação do zoneamento urbano, importação de equipamentos, exercício profissional, vigilância sanitária e epidemiológica, qualidade e salubridade dos serviços etc, nos termos do artigo 197 da Constituição".

Conselho de Saúde

O Conselho Regional de Medicina defende que os conselhos de Saúde devem se pautar pelo seguintes critérios:

— Caráter: Permanente e deliberativo

— Composição: paritária entre: **Governo** (seus níveis federal, estadual e municipal, pelos distintos poderes que o compõem, e **sociedade** (usuários, trabalhadores da área de saúde e prestadores de serviço, representados por seus sindicatos ou associações)

— **Função:** atuar na formulação das estratégias e no controle da execução das políticas (nacional, estadual e municipal) de saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

— **Competência:** Definir as instâncias e mecanismos em que se dará o controle e fiscalização direta da execução e serviços produzidos pas unidades do Sistema Único de Saúde.

Quanto ao relacionamento entre os setores público e privado no Sistema Único da Saúde, o CRM - DF, acha que ele deve se dar em obediência aos seguintes parâmetros, de acordo com o anteprojeto do Nesp:

● A assistência à saúde é livre à iniciativa privada que participa dos Sistema Único de Saúde de forma complementar.

2 — O relacionamento entre o setor público e os serviços privados dar-se-á sob formas de contrato de direito público e os serviços privados sem fins lucrativos terão prioridade para contratação sob o regime de cogestão.

3 — Todo serviço de saúde contratado pelo poder público se submete as suas normas administrativas e técnicas inclusive quanto a sua posição e função na rede.

4 — As entidade do Sistema Único de Saúde poderá promover desapropriação na forma da legislação em vigor.

5 — Em caso de calamidade pública, perigo público iminente ou ameaça de paralisação de atividades de interesse da população o Poder Executivo poderá requisitar bens e serviços essenciais à sua continuidade, assegurada ao proprietário indenização ulterior, bem como promover intervenção.

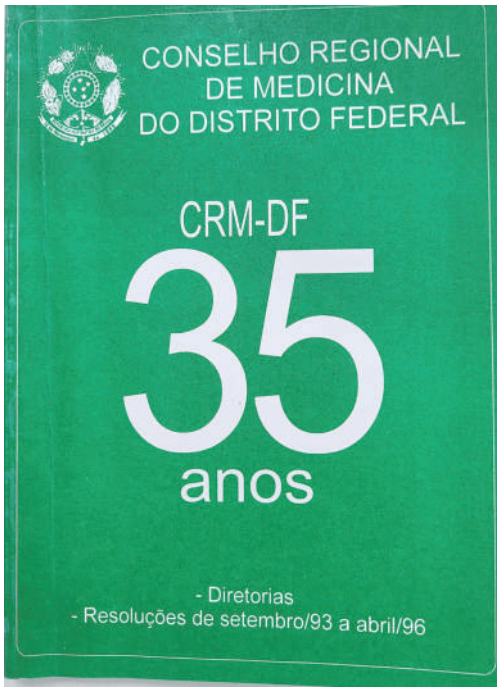
6 — A organização de serviços médicos hospitalares privados cooperativas, empresas de seguros-saúde obedecerá as normas estabelecidas em nível nacional que garantem os direitos dos usuários ao atendimento integral e contínuo pelos serviços contratados.

7 — É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios, subvenção, subsídios, bem como concessão de prazos ou juros privilegiados às intituições privadas com fins lucrativos.

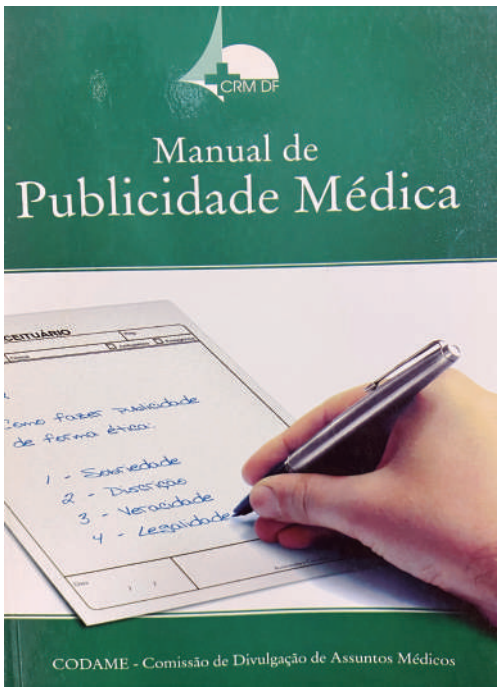
Foto Arquivo CRM-DF

Publicações

Publicações

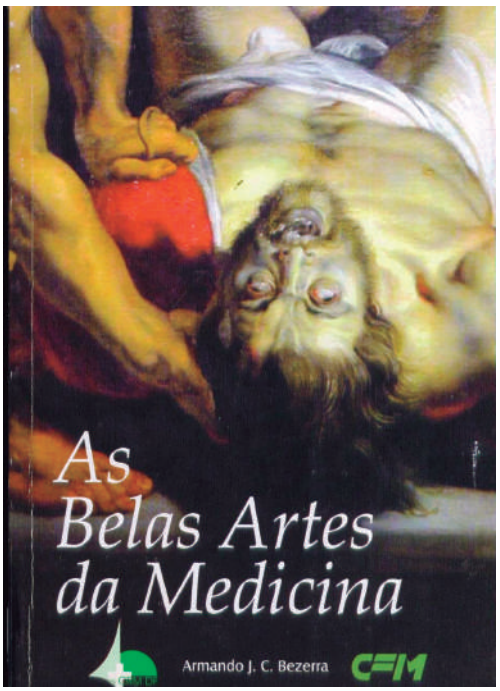


CRM-DF 35 anos
1996

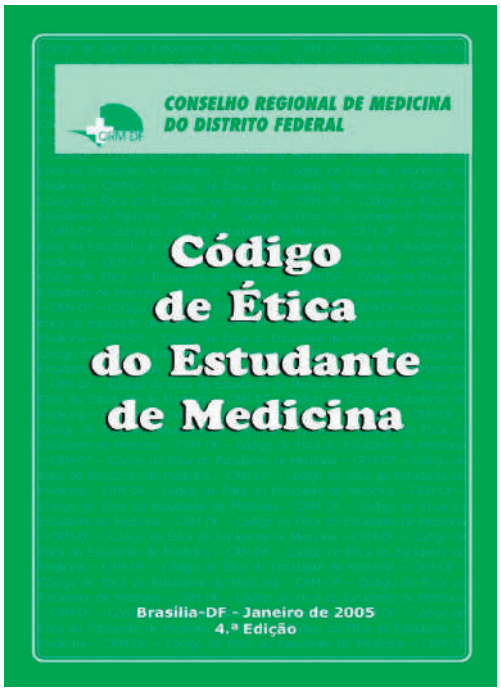


Manual de Publicidade Médica

Admirável Mundo Médico 2002
A arte na história da medicina

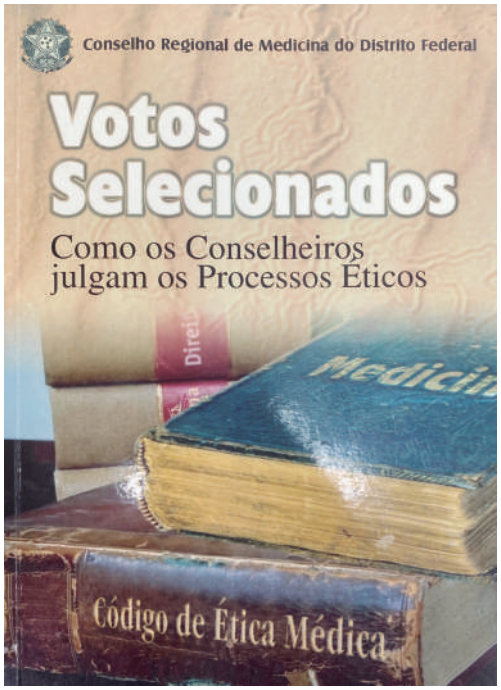


As Belas Artes da Medicina
2003



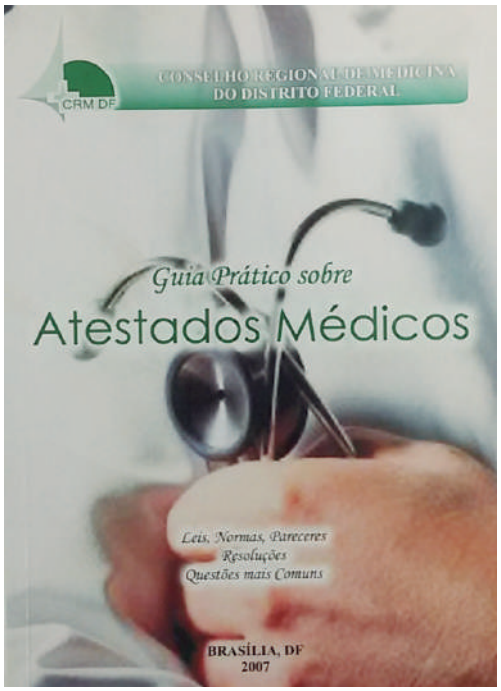
Código de Ética Médica do Estudante de Medicina do DF

Consultas 1999
Resoluções

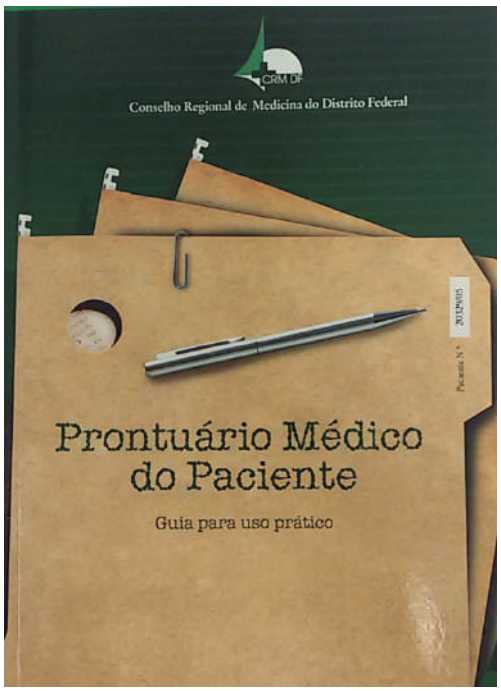


Votos Selecionados
Como os Conselheiros Julgam os Processos Éticos 2000

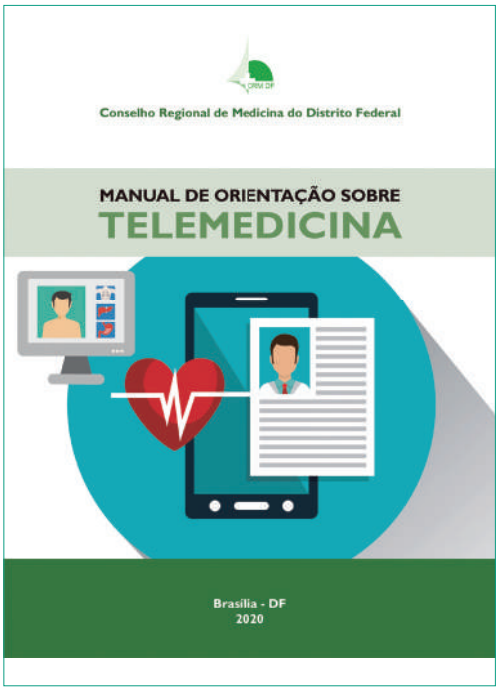
Orientação sobre Publicidade Médica
2017



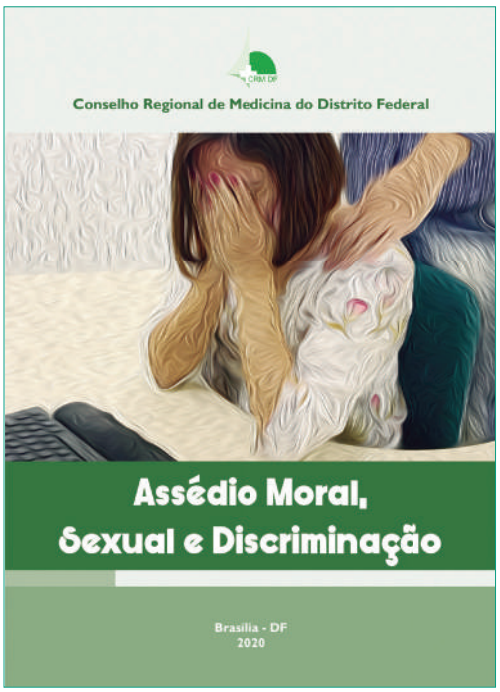
Guia Prático sobre Atestados Médicos
2007



Prontuário Médico do Paciente
Guia Prático 2007



Manual sobre Telemedicina
2020



Manual sobre Assédio Moral, Sexual e Discriminação

Foto Arquivo CRM-DF

Legado de saudade

Funcionária mais antiga deixou saudades. Faleceu há dois anos e fez parte da história do Conselho

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) conta atualmente com 47 funcionários, 10 estagiários e oito terceirizados. Ao longo desses 60 anos, muitos funcionários passaram pela autarquia e contribuíram para o crescimento e a evolução do CRM-DF. A funcionária mais antiga era a advogada, Maria do Amparo Rocha Lima, que infelizmente faleceu no dia 12 de dezembro de 2019, deixando um legado importante no Conselho.

Antes de falecer, foi feita uma reportagem que contava o seu trajeto de vida, e nada mais justo, do que contarmos a história dela também aqui no livro, pois a advogada fez parte da jornada do CRM-DF.

Nascida em Floriano, Piauí, e formada em Brasília, a advogada e professora de português, Maria do Amparo Rocha Lima foi uma das servidoras mais antigas do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF). Começou a

trabalhar na Autarquia no dia 22 de janeiro de 1982, como Consultora Jurídica, depois de ser classificada em uma prova escrita disputada com vinte concorrentes. Antes de se tornar servidora da casa, Maria do Amparo foi professora da Rede Pública do DF de 1973 a 1998, quando se aposentou.

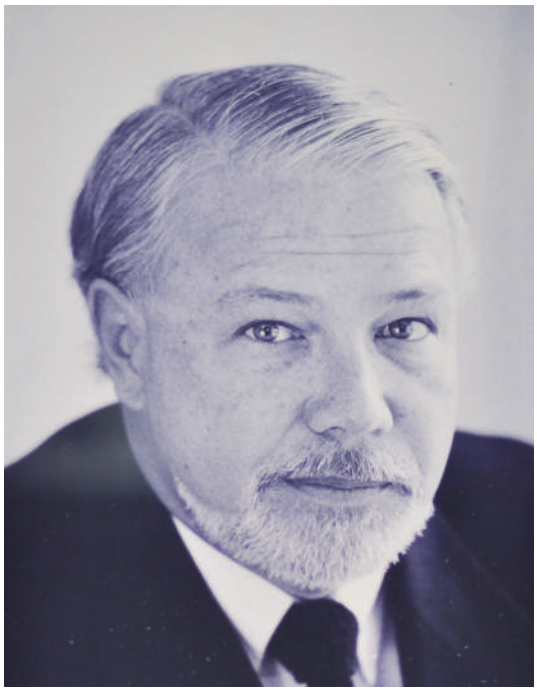
Graduada em Direito no dia 19 de dezembro de 1981 e no curso de Letras em agosto de 1987, ambos cursados no Centro Universitário de Brasília (CEUB), se especializou nas duas áreas por meio de cursos técnicos e seminários. Alguns foram disponibilizados pelo CRM-DF, com o objetivo de investir e capacitar a servidora para aplicar seus conhecimentos na Autarquia. Entre eles, congressos nacionais de Licitação-Pregão, Registro de Preços e seus Aspectos Polêmicos; Planejamento, a Condução da Licitação e o Contrato de Obras e Serviços de Engenharia. Tem-se a destacar como maior atuação no dia a dia da servidora a emissão de Pareceres para o CRM-DF. "Gosto de trabalhar com isso, porque estou diante dos mais variados temas, alguns são muito polêmicos, desde quando entrei na Autarquia até hoje", comentou Dra. Amparo.

Quando cita os desafios, relata as dificuldades inerentes aos processos ético-profissionais, sindicâncias, consultas externas e internas e procedimentos licitatórios. "Temos que acertar sempre, diante de todas as atribuições desenvolvidas, vista a grande diversidade dos assuntos vivenciados, o que tem sido uma constante, com vistas a meu trabalho que considero digno, honrado e profícuo", concluiu a advogada.

No dia 12 de dezembro, o Conselho perdeu não só uma excelente funcionária, mas uma amiga que todos podiam contar. Os conselheiros e funcionários do CRM-DF agradecem os anos que Maria do Amparo se dedicou a autarquia.

Depoimentos de ex-presidentes

Galeria de ex-presidentes



Antônio Luiz Ramalho Campos

Sobre a nossa gestão, período de 10 de outubro de 1993 a 1º de janeiro de 1993, destacamos os itens abaixo elencados:

Mudança da sede do Edifício Conic para o Venâncio 2000 e posteriormente a mudança para a sede própria, no Edifício Chateaubriand; Atualização e extinção de centenas de processos prescritos; Agilização no andamento das sindicâncias e processos éticos profissionais; Julgamento com condenação de médicos, inclusive cassação por abuso sexual; Primeira autorização no Brasil de mudança de sexo, posteriormente adotada pelo CFM; Introdução do curso de ética para os residentes e médicos; Implantação do plano de carreira dos servidores. A realização de cursos de ética nas residências médicas de todo o Distrito Federal, constando como disciplina obrigatória dos currículos.

Tudo isso só foi possível graças ao compromisso social do corpo de ilustres conselheiros que participaram da gestão.

Eduardo Pinheiro Guerra

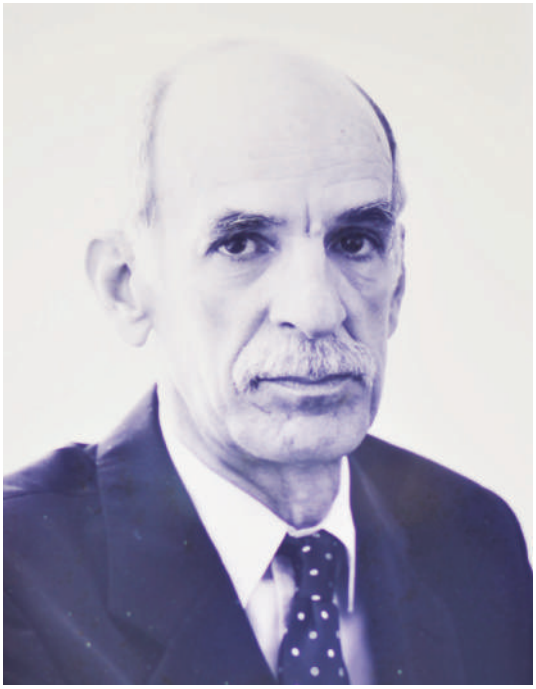
Tive a honra de presidir o CRM-DF em duas gestões, de 1998 a 2001 e de 2003 a 2005. A primeira foi marcada pelos duros embates com uma Promotoria Criminal (PRÓ-VIDA), que foi criada por uma Portaria do MPDFT que lhe dava "superpoderes" permitindo inclusive trazer para si procedimentos que tramitavam em outras promotoras. Essa portaria, obviamente, sofreu revisão algum tempo depois.

A PRÓ-VIDA, à época, teimava em considerar o exercício da medicina como obrigação de resultados e não de meios, como sempre foi e continua sendo salvo raríssimas exceções. Atualmente a atuação da PRÓ-VIDA é fundamentada na boa doutrina médica e jurídica. Além disso, nessa primeira gestão, iniciou-se o processo de despartidarização política da autarquia, o que permitiu uma maior participação de novos conselheiros oriundos da iniciativa privada, aumentando, portanto, a atuação política do CRM-DF.

A gestão de 2003 a 2005 foi uma consolidação das mudanças iniciadas anterior-

mente, havendo uma grande e enriquecedora diversidade de pontos de vista, que era convergida democraticamente para uma posição da maioria. Nesse período aconteceu o clímax do embate com a PRÓ-VIDA, ocorrendo a pacificação logo em seguida. Falar da própria gestão seria talvez como escrever uma autobiografia. Só aparecem as coisas boas. Preocupado com isso, procurei, sucintamente, buscar o que considero ter sido uma boa contribuição para o exercício da medicina. Vou aqui, prestar uma merecida homenagem ao ex-presidente e grande pensador Pedro Pablo de Magalhães Chacel. Foi feita uma consulta ao CRM-DF sobre cirurgia de mudança de sexo. Havia dois pareceres recentes do CFM contrários à realização da cirurgia.

O Dr. Pablo deu um parecer em que criticava tecnicamente o posicionamento do Conselho Federal de Medicina (CFM) e expunha seus argumentos de forma solidamente incontestável. Por discrepância de entendimento, esse parecer foi enviado ao CFM e foi o responsável pela mudança de entendimento do assunto pelo CFM, que resultou nas sucessivas Resoluções, regulamentando o assunto. Aproveito para prestar minha homenagem a outro ex-presidente que foi meu braço direito nas minhas duas gestões: Luiz Fernando Galvão Salinas.



Luiz Fernando Galvão Salinas

A motivação que houve para que me tornasse conselheiro se deveu à defesa permanente da ética na sociedade e na Medicina, princípios estabelecidos na plataforma eleitoral da gestão 1988-1993 do Dr. Marcio Palis Horta, presidente à época do Conselho, ao aceitar seu convite para fazer parte da chapa vencedora.

Assumi a presidência do CRM-DF em duas oportunidades, nos períodos de setembro de 1996 a janeiro de 1997 e de janeiro de 2001 a setembro de 2003, num total de cerca de 30 meses. Ressalto nesses períodos fatos que considero relevantes.

1 – Instituição do **MÉRITO ÉTICO PROFISSIONAL** em 2002, uma homenagem aos profissionais que completaram cinquenta anos de atividade profissional sem registro de qualquer sanção disciplinar e que tenham desempenhado importante papel como profissionais junto à sociedade do DF e à categoria médica.

2 – Lançamento do **CÓDIGO DE ÉTICA DOS ESTUDANTES DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL** em 2005, importante auxiliar formador do caráter do futuro mé-

dico, para que efetivamente sejam formados bons profissionais do ponto de vista técnico, ético e humanitário.

3 – Publicação dos livros "**CONSULTAS"**- Pareceres às frequentes questões do cotidiano médico - Volumes 1 e 2, respectivamente em 1999 e 2001, um instrumento útil no discernimento sobre a conduta médica em situações que suscitam dúvidas éticas no dia a dia.

4 – Publicação do livro **VOTOS SELECIONADOS** – Como os Conselheiros Julgam os Processos Éticos, em maio de 2000, relacionando os votos proferidos em sessões de julgamento de Processos Ético-Profissionais transitados em julgado, já arquivados.

5 – Publicação do livro **ADMIRÁVEL MUNDO MÉDICO** – A Arte na História da Medicina em 2002, publicação inédita no meio médico de autoria do Professor de Anatomia Humana e Conselheiro Armando José China Bezerra, descrevendo por meio de obras de renomados artistas, pintores em sua maioria, passagens pitorescas do admirável mundo da Medicina

6- **REGIMENTO E NORMAS DE FISCALIZAÇÃO** em julho de 2001, publicação voltada à orientação e prevenção dos desvios dos padrões estabelecidos no exercício da Medicina, contendo as legislações específicas e correlatas de fiscalização.

7 – **MANUAL DE PUBLICIDADE MÉDICA** em setembro de 2005, publicação visando nortear a divulgação de assuntos médicos

8 – **ATESTADOS MÉDICOS** – Guia Prático em outubro de 2007, publicação que responde às questões mais comuns sobre a elaboração e utilização dos atestados, uma vez que a maioria das irregularidades existentes a respeito decorre do desconhecimento dos dispositivos que os normatizam.

9 – **PRONTUÁRIO MÉDICO DO PACIENTE** – Guia para uso prático, publicação em 2007 considera-se ferramenta essencial em sindicâncias administrativas, éticas, judiciais e processos nos conselhos de classe. A participação de todo o corpo de Conselheiros, durante nossa atividade, juntamente com o quadro de funcionários do CRMDF, foi essencial em todas as atividades relacionadas, aos quais registro meus profundos agradecimentos

Lucianne Andréa Magalhães da Costa Reis

O que motivou a minha participação no Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal foi o desejo de contribuir com a construção de uma medicina de excelência, exercida por médicos e médicas de boa formação técnica e ética e que tivessem garantidas as condições adequadas ao fiel exercício de nossa nobre profissão. Meu crescente interesse e envolvimento com os assuntos do CRM DF culminou com a indicação e incentivo dos demais conselheiros da época para que assumisse a presidência. Os desafios foram muitos e também as dificuldades, mas nada me fez perder a esperança nessa mistura de ciência e arte chamada Medicina.

Conforme escrevi em um dos editoriais da Revista do CRM DF "Defender o acesso da população ao atendimento médico de qualidade prestado por profissionais tecnicamente e legalmente habilitados no exercício da Medicina é defender uma saúde de qualidade para todos. Humanizar o atendimento na área de saúde não é, como pregam alguns, afastar o médico do atendimento direto ao seu paciente, delegando suas funções para outros profissionais. Humanizar a atenção à saúde é melhorar as condições de trabalho

dos médicos e dos outros profissionais, é equipar os hospitais, garantir vagas suficientes em leitos comuns e de UTIs, reduzir as listas de espera por cirurgias, prover os exames e medicamentos necessários ao funcionamento eficaz do sistema de saúde.

Hercules Sidnei Pires Liberal

À época em que assumimos o desafio de comandar o CRM-DF, o Brasil passava por grandes transformações decorrentes dos avanços conquistados após os importantes debates na Assembleia Nacional Constituinte que nos legou a "Constituição Cidadã", como assim a chamou acertadamente o grande estadista brasileiro Ulisses Guimarães.

Também já afloravam os primeiros resultados da gestão anterior do nosso Conselho, caracterizados pelo compromisso de todos os conselheiros e as conselheiras com a ideia de que a Medicina é um bem público e, como tal, deve ser oferecido à população com o que há de melhor nos avanços e conquistas da Ciência e da Tecnologia.

Assim, buscamos nos orientar pelo Código Brasileiro de Deontologia Médica, em especial seu princípio primeiro, de atribuir ao médico e à médica o exercício de "nobre e elevada profissão, sem descriminação de qualquer natureza, com plena consciência para com o paciente e a sociedade".

Merece destaque a contribuição deste Regional aos debates iniciados no Conselho

Federal de Medicina sobre a inserção das resoluções da 8ª Conferência Nacional de Saúde nas discussões da Constituinte, visando o atendimento de premissas fundamentais, como a de que Saúde é um Direito de cada cidadã e de cada cidadão, em todo o território nacional e, portanto, um dever e uma obrigação do Estado.

Também nos associamos ao CFM na regulamentação dos conselhos, de modo a permitir maior agilização em suas respostas à Sociedade. E, com o mesmo empenho, contribuímos para elaboração do novo Código de Ética Médica, esperando que atendesse às principais questões da Medicina, numa visão mais democrática e abrangente.

Visando a reformulação da Política de Saúde do Distrito Federal, cabe ressaltar as ações conjuntas com o Sindicato dos Médicos e com a Associação Médica de Brasília e, ainda, a participação dos diversos órgãos de representação da Sociedade Civil e autoridades do Setor, especialmente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Continuamos a política de descentralização das ações do nosso Conselho, iniciada na gestão anterior, do presidente Dr. Francisco Álvaro Barbosa Costa, pelo incentivo a diversas comissões integradas por membros do nosso colegiado. Assim, estimulamos e ampliamos as Comissões de Ética, também criadas na gestão anterior, por entendermos serem elas a mais justa projeção do nosso Conselho no ambiente de trabalho da categoria médica.

Outra estratégia do nosso colegiado foi fazer cumprir nosso compromisso eleitoral, assumido com os médicos e as médicas do Distrito Federal, com destaque para o combate enérgico contra a intermediação lucrativa e todas as formas de mercantilização da Medicina.

Com esse objetivo, exortamos as instituições de saúde, as médicas e os médicos a defenderem a qualidade da assistência médica prestada à população. E para tanto procedermos ampla articulação do nosso Conselho com os conselhos de fiscalização profissional das demais atividades do Setor Saúde.

Nosso Conselho também não se furtou a participar dos grandes debates daquela atualidade, para os quais a sociedade exigia nosso posicionamento. Desse modo, com o

conjunto dos segmentos representativos do setor, procuramos nos inserir nos ciclos de debates sobre Medicina de Grupo, Cooperativismo e Medicina Previdenciária.

O CRM-DF elaborou algumas resoluções normativas e pareceres disciplinares para temas de interesse médico, tais como publicidade médica, operação padrão, fiscalização de estabelecimentos médicos, retenção de honorários pelas casas de saúde, intermediação lucrativa em suas diversas formas, o sigilo médico do paciente com portador de HIV, remoção de pacientes, o ato médico do Residente em regime de treinamento e técnicas de quelação, entre outras, carentes de atenção, praticadas no DF.

Finalizamos este resumo, lembrando a perda do conselheiro Luiz Osório Serafin durante nossa gestão. Uma perda irreparável. Sobre ele, assim se manifestou nosso conselheiro, poeta Júlio Cesar Meireles: "dotado de uma firmeza gentil na defesa dos princípios da pratica médica salutar com a saga libertária dos seus contemporâneos.

Foto Arquivo CRM-DF

Diretorias CRM-DF

Foto Arquivo CRM-DF

GESTÃO 1961 A 1963

1ª Diretoria 15/06/1961 A 18/10/1962

Presidente:

Victor Jacobina Lacombe

Secretário:

Miguel Paes Carvalho

2ª Diretoria 18/10/1962 A 01/10/1963

Presidente:

Correntino Weguelin Nogueira Paranaguá

Vice-Presidente:

Evilásio Servulo Martins Veloso

1º Secretário:

Miguel Paes Carvalho

2º Secretário:

Cláudio Costa

Tesoureiro:

Abadio Marques Neder

Conselheiros:

José Flores Alves

Carlos Alberto Florentino

Ranault Mattos Ribeiro

Fran Teixeira Gonzaga Lima

Evilásio Servulo Martins Veloso

Albino Sartoni Júnior

Miguel Paes Carvalho

Yeda Rabelo Baptista

Cláudio Costa

Cláudio de Paula Penna

Isaac Barreto Ribeiro

Abadio Marques Neder

Correntino Weguelin Nogueira Paranaguá

Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro

Carlos Gonçalves Ramos

Alberto Pimentel Cardoso

GESTÃO 1963 A 1968

1ª DIRETORIA 07/11/1963 A 21/05/1965

Presidente:
Carlos Gonçalves Ramos

Vice-Presidente:
Cláudio de Paula Penna

1º Secretário:
Alberto Pimentel Cardoso

2º Secretário:
Rômulo Maroclo

Tesoureiro:
Felipe Baptista de Alencastro

2ª DIRETORIA 09/06/1965 A 17/02/1967

Presidente:
Carlos Gonçalves Ramos

Vice-Presidente:
Justino Baumann das Neves

1º Secretário:
Rômulo Maroclo

2º Secretário:
Carlos Torquato da Silva

Tesoureiro:
Felipe Baptista de Alencastro

Comissão de Tomada de Contas:
Miguel Paes Carvalho
Francisco Pinheiro Rocha
Antero Freitas de Araujo

3ª DIRETORIA 17/02/1967 A 17/12/1968

Presidente:
Carlos Gonçalves Ramos

Vice-Presidente:
Propício Caldas Filho

1º Secretário:
Justino Baumann das Neves

2º Secretário:
Luciano Vieira

Tesoureiro:
Juracy Gripp Cotta

Comissão de Tomada de Contas:
Miguel Paes Carvalho
Felipe Baptista de Alencastro
Cláudio de Paula Penna

Conselheiros:

Justino Baumann das Neves
Alberto Pimentel Cardoso
Correntino Weguelin Nogueira Paranaguá
Juracy Gripp Cotta
Francisco Pinheiro Rocha
Felipe Baptista Alencastro
Cláudio de Paula Penna
Carlos Alberto Florentino
Propício Caldas Filho
Antero Freitas de Araújo
Rômulo Maroclo
Evilásio Servulo Martins Veloso
Miguel Paes Carvalho
Cláudio Costa
Abadio Marques Neder
Carlos Gonçalves Ramos
José Flores Alves
Renault Mattos Ribeiro
Fran Teixeira Gonzaga Lima
Albino Sartori Júnior

GESTÃO 1968 A 1973

1ª Diretoria 17/12/1968 A 17/07/1970

Presidente:
Celso Generoso Pereira

Vice-Presidente:
Otto Mohn

1º Secretário:
Frederica Sophia Berninger

2º Secretário:
Ubiratan Ouvinha Peres

Tesoureiro:
Lúcio Affonso Campello Silva

Comissão de Tomada de Contas:
Eugênio Teixeira L. de Moraes Sarmento
Velto Mourão Crespo
Alberto Tiexeira Barreto

2ª Diretoria 18/08/1970 A 16/04/1972

Presidente:
Celso Generoso Pereira

Vice-Presidente:
José Carvalho Ferreira

1º Secretário:
Velto Mourão Crespo

2º Secretário:
Ubiratan Ouvinha Peres

Tesoureiro:
Lúcio Affonso Campello Silva

Comissão de Tomada de Contas:
Milton Rabello Filho
Antônio de Gouveia Henrique Filho
Paulo Horta Barboza da Silva

3ª Diretoria 16/04/1972 A 17/12/1973

Presidente:
Celso Generoso Pereira

Vice-Presidente:
José Carvalho Ferreira

1º Secretário:
Velto Mourão Crespo

2º Secretário:
Ubiratan Ouvinha Peres

Tesoureiro:
Lúcio Affonso Campello Silva

Comissão de Tomada de Contas:
Milton Rabello Gouveia
Jorge Gouveia do Nascimento
Paulo Horta Barboza da Silva

Conselheiros Efetivos:
Alberto Teixeira Barreto
Adamastor Alves Cordeiro
Otto Mohn
Jorge Gouveia do Nascimento
Celso Generoso Pereira
Ubiratan Ouvinha Peres
Jofran Frejat
Lúcio Affonso Campello Silva
Frederica Sophia Berninger
César de Souza
José Scarpelli
Eugênio Teixeira Leite de Moraes Sarmento
Hiel Van des Broocke
João de Brito Albuquerque Veiga Filho
Velto Mourão Crespo
Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro
Agnelo Auberto Braune Collet
José Carvalho Ferreira
João da Cruz Carvalho
César Baiocchi
Evilázio Pureza Nunes – Ambr
Fran Teixeira Gonzaga Lima – Ambr

Conselheiros Suplentes:
Fernando Arhtur Batista de Carvalho
Luiz Maurício de Araújo
Samuel Nunes de Magalhães
Paulo Horta Barboza da Silva
Harold Accioly Bittencourt
Antonio De Gouveia Henrique Filho
Marcello Damasceno Weyne
João Christóvão Palmieri
Aloysio Paulo Martins de Oliveira
José Maria Leitão
Rogério Ulysséa
Manoel Antonio Pereira Lapa
Francisco Álvaro Barbozsa Costa
Antonio José de Siqueira
Júlio César Meirelles Gomes
Célio Pereira Lima
Milton Rabello Filho
Juarez Abdulmassih
Juracy Couto Mergulhão
Tito Nícias Rodrigues Teixeira da Silva

GESTÃO 1974 A 1978

1ª Diretoria 23/08/1974 A 19/04/1976
Presidente:
Hermes Rodrigues de Alcantara

Vice-Presidente:
Fran Teixeira Gonzaga Lima

1º Secretário:
Paulo Argolo da Cruz Rios

2º Secretário:
Nelson Francisco Ornellas

Tesoureiro:
Washington Alcides da Costa

Comissão de Tomada de Contas:
Alberto Teixeira Barreto
Antonio Márcio Junqueira Lisboa

2ª Diretoria 20/04/1976 A 30/09/1978
Presidente:
Hermes Rodrigues de Alcantara

Vice-Presidente:
Fran Teixeira Gonzaga Lima

1º Secretário:
Francisco Álvaro Barbosa Costa

2º Secretário:
Júlio César Meirelles Gomes

Tesoureiro:
Washington Alcides da Costa

Comissão de Tomada de Contas:
Carlos Augusto Lager de Souza
Ailton Antonio de Moraes
Laerte de Miranda Gusmão

Comissão de Divulgação:
Ady Prates Flores
Pedro Pablo Magalhães Chacel
Aderivaldo Cabral Dias

Comissão de Programação e Intercâmbio:
Fran Teixeira Gonzaga Lima
Jued Canut
Vitorino Modesto dos Santos

Conselheiros Efetivos:
Ady Prates Flores
Alberto Teixeira Barreto
Aderivaldo Cabral Dias
Armando José de Carvalho
Antonio Márcio Junqueira Lisboa
Fran Teixeira Gonzaga Lima
Francisco Alvaro Barbosa Costa
Hans Heinrich Japp
Hermes Rodrigues de Alcantara
José Maria Rodrigues de Moraes
José Maria Leitão
José Lúcio de Araújo
Laerte de Miranda Gusmão
Júlio César Meirelles Gomes
Miguel Paes Carvalho
Nelson Francisco Ornellas
Pedro Pablo Magalhães Chacel
Paulo Argolo da Cruz Rios
Vitorino Modesto dos Santos
Washington Alcides da Costa

Conselheiros Suplentes:
Ailton Antonio de Moraes
André Esteves Lima
Amin Hamu
Anísio Pires de Freitas
Antonio Wladimir Barichello
Carlos Augusto Lages de Souza
Carlos de Laet Azevedo Braga
Edison José Antunes
Eduardo Luiz Mousinho Mariz
Heitor Guerreiro Ribeiro Dantas
Henrique Guilherme da Costa
Jehovah de Souza
Jofran Frejat
José Edgard Meira
Juarez Abdulmassih
Lucas Juarez Pereira Gonçalves
Luiz Torreão Braz
Paulo Juvencio Gomes Tubino
Ronaldo Midlej Joaquim
Victor Tannuri

GESTÃO DE 1978 A 1983

1ª Diretoria 02/10/1978 A 31/05/1980
Presidente:
Hermes Rodrigues de Alcantara

Vice-Presidente:
Ubiratan Ouvinha Peres

1º Secretário:
Francisco Álvaro Barbosa Costa

2º Secretário:
Júlio César Meirelles Gomes

Tesoureiro:
Ridette Julieta Gomes de Carvalho

Comissão de Tomada de Contas:
Ady Prates Flores
Ailton Antonio de Maoraes
Manoel Scartezini

Comissão de Divulgação e de Assuntos Médicos:
Aluízio Costa e Silva
Iphis Tenfuss Campbell
Selma Veloso Barbosa

Comissão de Programação e Intercâmbio:
Elias Tavares de Araújo
Maria Silva Sucupira
Paulo Juvencio Gomes Tubino

2ª Diretoria 01/06/1980 A 31/01/1982
Presidente:
Hermes Rodrigues de Alcantara

Vice-Presidente:
Ubiratan Ouvinha Peres

1º Secretário:
Francisco Álvaro Barbosa Costa

2º Secretário:
Elias Tavares de Araújo

Tesoureiro:
Ridette Julieta Gomes de Carvalho

Comissão de Tomada de Contas:
Ady Prates Flores
Ailton Antonio de Maoraes
Manoel Scartezini

Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos:
Aluízio Costa e Silva
Iphis Tenfuss Campbell
Selma Veloso Barbosa

Comissão de Programação e Intercâmbio:
Elias Tavares de Araújo
Paulo Juvencio Gomes Tubino
Iran Maia Júnior

Comissão de Esp. de Reg. de Qualificação de Especialista:
Júlio César Meirelles Gomes
Ubiratan Ouvinha Peres
Hermes Rodrigues de Alcantara

3ª Diretoria 01/02/1982 A 30/09/1983
Presidente:
Hermes Rodrigues de Alcantara

Vice-Presidente:
Francisco Álvaro Barbosa Costa

1º Secretário:
Elias Tavares de Araújo

2º Secretário:
Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos

Tesoureiro:
Manoel Scartezini

Comissão de Tomada de Contas:
Heitor Guerreiro Ribeiro Dantas
Heitor Vasconcelos Passos
José Augusto de Araújo Pires

Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos:
Manuel Ronaldo de Oliveira Simeão
Mauro Guimarães
Júlio César Meirelles Gomes

Comissão de Programação e Intercâmbio:
Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro
João da Cruz Carvalho
Iran Maia Júnior

Comissão de Esp. de Reg. de Qualificação de Especialista:
Aluizio Costa e Silva
Iphis Tenfuss Campbell
Laércio Moreira Valença

Conselheiros Efetivos:
Ady Prates Flores
Ailton Antonio de Moraes
Aluizio Costa e Silva
Elias Tavares de Araújo
Francisco Aires Correa Lima
Francisco Alvaro Barbosa Costa
Hermes Rodrigues de Alcantara
Iphis Tenfuss Campbell
João da Cruz Carvalho
Jued Canut
Júlio César Meirelles Gomes
Laércio Moreira Valença
Laerte de Miranda Gusmão
Manoel Scartezini
Maria Silva Sucupira
Paulo Juvencio Gomes Tubino
Ridette Julieta Gomes de Carvalho
Selma Veloso Barbosa
Ubiratan Ouvinha Peres
Vitorino Modesto dos Santos

Conselheiros Suplentes:
Eraldo Pinheiro Pinto
Gustavo Gross
Hamilton Barbosa
Heitor Guerreiro Ribeiro Dantas
Hilton Vianna
Iran Maia Júnior
Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos
João Bosco dos Reis Salles
João Paulo Silva
José Augusto de Araújo Pires
José Humberto Frazão de Menezes
Luiz Nogueira Furtado de Mendonça
Luiz Osório Serafim
Luiz Torreão Braz
Manuel Ximenes Neto
Manuel Ronaldo de Oliveira Simeão
Mauro Guimaraens
Nelson Trancoso Meirelles
Rochael Ribeiro
Vicente de Paula Figueiredo de Souza

GESTÃO 1983 A 1988

1ª Diretoria 01/10/1983 A 31/05/1985
Presidente:
Francisco Álvaro Barbosa Costa

Vice-Presidente:
Elias Tavares de Araújo

1º Secretário:
Júlio César Meirelles Gomes

2º Secretário:
Luiz Osório Serafim

Tesoureiro:
Hércules Sidnei Pires Liberal

Comissão de Tomada de Contas:
João Bosco dos Reis Salles
Anísio Pires de Freitas
Celso Antonio Rodrigues da Silva

Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos:
Antonio Luiz Ramalho Campos
Carlos Silvério de Almeida
Heitor Vasconcelos Passos

Comissão de Programação e Intercâmbio:
Elza Dias Tosta da Silva
Agrinaldo de Souza Wanderley
Antonio José Duarte Jácomo

2ª Diretoria 01/06/1985 A 31/01/1987
Presidente:
Francisco Álvaro Barbosa Costa

Vice-Presidente:
Hércules Sidnei Pires Liberal

1º Secretário:
Heitor Vasconcelos Passos

2º Secretário:
Luiz Osório Serafim

Tesoureiro:
Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos

Comissão de Tomada de Contas:
João Bosco dos Reis Salles
Anísio Pires de Freitas
Celso Antonio Rodrigues da Silva

Comissão de Programação e Intercâmbio:
Elza Dias Tosta da Silva
Agrinaldo de Souza Wanderley
Antonio José Duarte Jácomo

Obs: Em 14/11/1985:
Vice-Presidente:
Elias Tavares de Araújo

1º Secretário:
Agrinaldo de Souza Wanderley

3ª Diretoria 01/02/1987 A 30/09/1988
Presidente:
Hércules Sidnei Pires Liberal

Vice-Presidente:
Elias Tavares de Araújo

1º Secretário:
Fernando Pessoa Guerra

2º Secretário:
João Bosco dos Reis Salles

Tesoureiro:
Agrinaldo de Souza Wanderley

Conselheiros Efetivos:
Agrinaldo de Souza Wanderley
Anísio Pires de Freitas
Antonio Luiz Ramalho Campos
Carlos Saraiva e Saraiva
Carlos Silvério de Almeida
Celso Antonio Rodrigues da Silva
Elias Tavares de Araújo
Elza Dias Tosta da Silva
Fernando Pessoa Guerra
Francisco Álvaro Barbosa Costa
Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro
Heitor Vasconcelos Passos
Hércules Sidnei Pires Liberal
Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos
João Bosco do Reis Salles
José Augusto de Araújo Pires
Júlio César Meirelles Gomes
Liana Albernaz de Mello
Luiz Osório Serafim
Maria José da Conceição Doyle

Conselheiros Suplentes:
Antonio José Duarte Jácomo
Antonio Mendes Ferreira
Arivaldo Araújo Teixeira
Eduardo Aires Coelho Marques
Emy Ueda Resende
Franklin Batista Tormin
Frederico Sérgio Lins de Castro Montenegro
Granville Garcia de Oliveira
Heitor Guerreiro Ribeiro Dantas
Henrique Guedes Martins Costa
Hércules Costa Bueno
João Augusto de Luna
João Tadeu Cintra
José Rubélio De Oliveira Lima
June Scafuto
Lúcia Wen Magalhães
Luciano Wagner Guimarães Lirio
Marcelo Chagas Muniz
Maria Custódia Machado Robeiro
Maria do Amparo Silva
Elazir Duarte – Ambr
Maria Amélia Abrahão Costa -Ambr
Jued Canut – Ambr

GESTÃO 1988 A 1993

1ª Diretoria 01/10/1988 A 31/05/1990

Presidente:
Márcio Palis Horta

Vice-Presidente:
Elias Tavares de Araújo

1º Secretário:
Lineu da Costa Araújo Filho

2º Secretário:
Maria Amélia Abrahão

Tesoureiro:
Fernando Américo Rozzante de Castro

Comissão de Tomada de Contas:
Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos
Anísio Pires de Freitas
Lúcia Wen Magalhães

2ª Diretoria 01/06/1990 A 31/01/1992

Presidente:
Márcio Palis Horta

Vice-Presidente:
Julio César Meirelles Gomes

1º Secretário:
José Bonifácio Carreira Alvim

2º Secretário:
Luiz Fernando Galvão Salinas

Tesoureiro:
Lineu da Costa Araújo Filho

3ª Diretoria 01/02/1992 A 30/09/1993

Presidente:
Julio César Meirelles Gomes

Vice-Presidente:
Márcio Palis Horta

1º Secretário:
José Bonifácio Carreira Alvim

2º Secretário:
Luiz Fernando Galvão Salinas

Tesoureiro:
Lineu da Costa Araújo Filho

Comissão de Tomada de Contas:
Elias Tavares de Araújo
Anísio Pires de Freitas
João Bosco dos Reis Salles

Conselheiros Efetivos:
Anísio Pires de Freitas
Diocélio Campos Júnior
Eleutério Rodriguez Neto
Elias Tavares de Araújo
Fernando Américo Rozzante de Castro
Fernando Pessoa Guerra
Heitor Vasconcelos Passos
Hércules Costa Bueno
Hércules Sidnei Pires Liberal
Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos
João Bosco dos Reis Salles
João de Abreu Branco Júnior
Júlio César Meirelles Gomes
Lineu da Costa Araújo Filho
Márcio Palis Horta

Lucia Wen Magalhães
Maria Amélia Abrahão Costa
Maria Luíza de Araújo de Santana

Conselheiros Suplentes:
Afonso da Rocha Campos
Antonio Justiano de Carvalho Rego
Déa Márcia da Silva Martins Pereira
Dival Gomes da Costa
Frederico José Machado Porto
Hebe Quezado de Magalhães
Jorge Fuad Auad Sotomayor
José Aluísio Botelho
José Bonifácio Carreira Alvim
Lúcia Maria Gonçalves Macedo
Luiz Fernando Galvão Salinas
Manoel da Silva Resende
Maria Letícia de Sá Nery
Maria Luíza de Albuquerque Barbosa
Mario Augusto Ferreira
Mario Silveira da Costa
Melanio de Paula Barbosa
Samara Rachel Vieria Nitão
Valdecir Gonçalves Bueno
José Francisco N. P. de Santana – Ambr
Demerval Malaspina Júnior – Ambr
José Carlos Segura – Ambr

GESTÃO 1993 A 1997

1ª Diretoria 01/10/1993 A 31/05/1995
Presidente:
Antonio Luiz Ramalho Campos

Vice-Presidente:
Julio César Meirelles Gomes

1º Secretário:
Edson Rulli Costa

2º Secretário:
Luiz Fernando Galvão Salinas

Tesoureiro:
Lineu da Costa Araújo Filho

Comissão de Tomada de Contas:
João Bosco dos Reis Salles
Elias Tavares de Araújo
Odílio Luiz da Silva

Obs: Em 24/02/1994

Fiscalização:
José Bonifácio Carreira Alvim
Mário Antonio Crispim
Regina Lúcia Moreira Viriato

Corregedoria:
Pedro Pablo Magalhães Chacel
Eduardo Pinheiro Guerra
Márcio Palis Horta

2ª Diretoria 01/06/1995 A 31/01/1997
Presidente:
Antonio Luiz Ramalho Campos

Vice-Presidente:
Luiz Fernando Galvão Salinas

1º Secretário:
Edson Rulli Costa

2º Secretário:
Maria Zéliada Silva Rocha Serra

Tesoureiro:
Déa Márcia da Silva Martins Pereira

Comissão de Tomada de Contas:
Elias Tavares de Araújo
João Bosco dos Reis Salles
Tito de Andrade Figueroa

Corregedoria:
Pedro Pablo Magalhães Chacel
Eduardo Pinheiro Guerra
Luciano dos Santos Flores

Fiscalização:
Odílio Luiz da Silva
Ana Lúcia Silva Ramos
Léo Carlos de Hildebrand e Grisi

3ª Diretoria 26/09/1996 A 31/31/1997
Presidente:
Luiz Fernando Galvão Salinas

Vice-Presidente:
Pedro Pablo Magalhães Chacel

1º Secretário:
Edson Rulli Costa

2º Secretário:
Léo Carlos de Hidelbrand E Grisi

Tesoureiro:
Déa Marcia da Silva Martins Pereira

Conselheiros Efetivos:
Afonso da Rocha Campos
Antonio Carlos Moretsohn de Mello
Antonio Luiz Ramalho Campos
Beatriz Mac-Dowell Soares
Déa Márcia da Silva Martins Pereira
Elias Tavares de Araújo
Edson Rulli Costa
Eduardo Mousinho Mariz
Hércules Sidnei Pires Liberal
Joãop Bosco dos Reis Salles
José Bonifácio Carreira Alvim
Júlio César Meirelles Gomes
Lineu da Costa Araújo Filho
Luiz Fernando Galvão Salinas
Márcio Palis Horta
Maurício Lopes de Vasconcelos
Maria Zélia da Silva Rocha Serra
Regina Lúcia Moreira Viriato
Renato Angelo Saraiva
Tito de Andrade Figueroa
Franz Rulli Costa – Ambr
Wilber Antonio de Oliveira Bello – Ambr
Carlos Henrique Teófilo da Silva – Ambr

Conselheiros Suplentes:
Adhemar Borges da Silva
Ana Lúcia Silva Ramos
Carlos Mariano Lobo Ribeiro
César Nunes Nascimento
Dênis Marinho da Silva Brandão
Eduardo Pinheiro Guerra
Francisco Ayres Correa Lima
Jorge Meirelles Amarante
José Augusto de Arújo Pires
Léo Carlos de Hilderbrand e Grisi
Luciano dos Santos Flores
Glayne Chaves de Souza
José Francisco N. Paraguaná de Santana
Maria Ophélia Galvão de Araújo
Mário Antonio Crispim
Mário Antonio Dias Chaves
Mirian de Oliveira Lobo
Odílio Luiz da Silva
Pedro Pablo Magalhães Chacel
Samara Rachel Vieira Nitão
Ranon Domingues da Costa - Ambr

GESTÃO 1997 A 2003

1ª Diretoria 01/02/1997 A 30/09/1998

Presidente:
Pedro Pablo Magalhães Chacel

Vice-Presidente:
Luiz Fernando Galvão Salinas

1º Secretário:
Edson Rulli Costa

2º Secretário:
Léo Carlos de Hildebrand e Grisi

Tesoureiro:
Déa Marcia da Silva Martins Pereira

2ª Diretoria 01/10/1998 A 31/03/2001

Presidente:
Eduardo Pinheiro Guerra

Vice-Presidente:
Luiz Fernando Galvão Salinas

1º Secretário:
Léo Carlos de Hildebrand e Grisi

2º Secretário:
Maria Luiza Penteado

Tesoureiro:
Déa Marcia da Silva Martins Pereira

3ª Diretoria 01/04/2001 A 30/09/2003

Presidente:
Luiz Fernando Galvão Salinas

Vice-Presidente:
Pedro Pablo Magalhães Chacel

1º Secretário:
Eduardo Pinheiro Guerra

2º Secretário:
Maria Luiza Penteado

Tesoureiro:
Déa Marcia da Silva Martins Pereira

Conselheiros:
Adilson Banco Farrapeira
Afonso Henriques P. de A. Fernandes
Antônio Carlos Machado da Silva
Antônio Carlos Mortzsohn de Mello
Antônio Emanuel Silva
Armando José China Bezerra
Beatriz Mac-Dowell Soares
Carlos Augusto Nasciutti Veloso
Carlos Henrique Teófilo da Silva
Carlos João Ferreira de Araújo
Cássio Luiz dos Santos
Cláudio Bernardo Pedrosa de Freitas
Daltono Umberto de Souza
Déa Márcia da Silva Martins Pereira
Décio Fausto Gorini
Eduardo Pinheiro Guerra
Eraldo Pinheiro Pinto
Ivan de Faria Malheiros
João Vieira Lopes
Joelson Donizette Devoti
José Eduardo Trevisoli
José Ferreira Nobre Formiga Filho
José Antônio Ribeiro Filho

Léo Carlos de Hildebrand E Grisi
Lucianne Andréia M. da Costa Reis
Luciano dos Santos Flores
Luiz Carlos Galli
Luiz Fernando Galvão Salinas
Luiz Pinto Fernandes
Márcio Palis Horta
Maria de Lourdes Alves da Silva
Maria Luiza Alves Penteado
Maria Zélia da Silva Rocha Serra
Neri João Bottin
Odílio Luiz da Silva
Patrícia Lopes de Lima
Pedro Pablo Magalhães Chacel
Renato Ânelo Saraiva
Renato Cânfora Castro
Rubens Antônio Bento Ribeiro
Sebastião Alves Pereira
Tito De Andrade Figuerôa

GESTÃO 2003 A 2008

1ª Diretoria 01/10/2003 A 31/05/2005
Presidente:
Eduardo Pinheiro Guerra

Vice-Presidente:
Lucianne Andreia Magalhães da Costa Reis

1º Secretário:
Cláudio Ferreira Campos Vieira

2º Secretário:
Luiz Fernando Galvão Salinas

1º Tesoureiro:
José Humberto Frazão Menezes

2º Tesoureiro:
Jairo Martínez Zapata

2ª Diretoria 01/06/2005 A 31/01/2007
Presidente:
Lucianne Andreia Magalhães da Costa Reis

Vice-Presidente:
Cláudio Ferreira Campos Vieira

1º Secretário:
José Nava Rodrigues Neto

2º Secretário:
Luiz Fernando Galvão Salinas

1º Tesoureiro:
José Humberto Frazão Menezes

3ª Diretoria 01/02/2007 A 30/09/2008
Presidente:
José Ferreira Nobre Formiga Filho

Vice-Presidente:
José Nava Rodrigues Neto

1º Secretário:
Sônia Elizabeth Maria Gadelha Dias

2º Secretário:
Luiz Fernando Galvão Salinas

1º Tesoureiro:
Antônio Evanildo Alves

Conselheiros:
Afonso Henriques Fernandes
André Luís de Aquino Carvalho
Antônio Evanildo Alves
Arivaldo Bizanha
Armando José China Bezerra
Augusto César de Farias Costa
Eduardo Pinheiro Guerra
Eraldo Pinheiro Pinto
Gustavo de Paiva Costa
Ivan de Faria Malheiros
José Carlos de Almeida
José Ferreira Nobre Formiga Filho
José Humberto Frazão de Menezes
José Nava Rodrigues Neto
Lucianne Andréia M. da Costa Reis
Luciano dos Santos Flores
Luiz Alberto de Mendonça Lima
Luiz Fernando Galvão Salinas
Maria Luiza Alves Penteado
Maurício Lopes de Vasconcelos
Renato Ângelo Saraiva

Conselheiros Suplentes:
Cláudio Ferreira Campos Vieira
Edson Coutinho
Fernando Cláudio Genschow
Gleim Dias de Souza
Jairo Martinez Zapata
João Batista de Souza
Lara Regina Rocha Fernandes
Luciano Dias Batista Costa
Lucila Nagata
Márcio Palis Horta
Maria da Graça Brito da S. Akuamoa
Mário Márcio Moura de Oliveira
Odílio Luiz da Silva
Parizza Ramos de Leu Sampaio
Paulo César Maciel de Moraes
Pedro Pablo Magalhães Chacel
Rui Aparecido Tavares da Costa
Sérgio Zerbini Borges
Simônides da Silva Bacelar
Sônia Elizabeth Maria G. Dias
Wendel dos Santos Furtado

GESTÃO 2008 A 2013

1ª Diretoria – 01/10/2008 A 31/05/2010
Presidente:
Alexandre Morales Castillo Olmedo

Vice-Presidente:
Iran Augusto Gonçalves Cardoso

1º Secretário:
Dimitri Gabriel Homar

2º Secretário:
Alexandre Cordeiro Duarte Xavier

Tesoureira:
Edna Márcia Xavier

Corregedoria:
Luiz Antônio Rodriges Águila
Mirza Maria Moreira Ramalho Gomes
Rian Pascoal Campelo
Ouvidoria: Ícaro Alves Alcântara – Coordenador

2ª Diretoria – 01/06/2010 A 31/01/2012
Presidente:
Iran Augusto Gonçalves Cardoso

Vice-Presidente:
Dimitri Gabriel Homar

1º Secretário:
Farid Buitrago Sánchez

2º Secretário:
Josélia Lima Nunes

Tesoureiro:
Ricardo Theotonio Nunes de Andrade

Conselheiros:
Alan Antunes Pinto
Alex Fabiane Castanheira
Alexandre Cordeiro Duarte Xavier
Alexandre Morales Castillo Olmedo
Antonio Carvalho da Silva
Camilo de Lelis de Melo Chaves Junior
Danilo Lima Torres
Davi Celso de Souza Cruz Rodrigues
Denise Prado de Alvarenga
Dimitri Gabriel Homar
Edna Marcia Xavier
Ely Jose de Aguiar
Fabio Zanforlin Buissa
Farid Buitrago Sanchez
Felipe Dias Maciel Diniz
Gerival Aires Negre Filho
Gustavo Bernardes
Icaro Alves Alcantara
Iran Augusto Goncalves Cardoso
Jaime Miranda Parca
Jair Shigueki Yamamoto
Jose da Silva Rodrigues de Oliveira
Jose Nava Rodrigues Neto
Jose Ricardo Simoes
Joselia Lima Nunes
Leonardo Rodovalho
Leonilda Marion
Lucia Elmara Martins Parca
Luiz Antonio Rodrigues Aguila
Marcela Augusta Montandon Goncalves
Marcelo Salomao Roxo
Marcio Salomao Roxo
Marcos Gutemberg Fialho da Costa
Maria da Conceicao Pinto Correa Alves
Mirza Maria Moreira Ramalho Gomes
Procopio Miguel dos Santos
Renato Alves Teixeira Lima
Rian Pascoal Campelo
Ricardo Theotonio Nunes de Andrade
Roberto de Azevedo Nogueira
Rogerio Nobrega Rodrigues Pereira
Tatiana Miranda Leite de Siqueira

GESTÃO 2013 A 2018

1º Diretoria 01/10/2013 A 31/05/2015
Presidente:
Martha Helena Pimentel Zappalá Borges

Vice-Presidente:
Jaíro Martinez Zapata

1º Secretário:
Luiz Fernando Galvão Salinas

2º Secretário:
Alexandre Cavalca Tavares

Tesoureiro:
Mário Silveira da Costa

2º Diretoria 01/06/2015 A 31/01/2017
Presidente:
Martha Helena Pimentel Zappalá Borges

Vice-Presidente:
Iphis Campbell

1º Secretário:
Luiz Fernando Galvão Salinas

2º Secretário:
Clayton Barbieri de Carvalho

Tesoureiro:
Ramiro Bezerra Barbosa

3º Diretoria 01/02/2017 A 30/09/2018
Presidente:
Jaíro Martinez Zapata

Vice-Presidente:
Thiago Blanco

1º Secretário:
Luiz Fernando Galvão Salinas

2º Secretário:
Jorge Gomes de Araújo

Tesoureiro:
Romero Bezerra Barbosa

Conselheiros:
Aderivaldo Cabral Dias Filho
Acimar Gonçalves da Cunha Júnior
Adília Jane de Alcântara Segura
Allan Christian Cardozo Cembranel
Antônio César Paes Barbosa
Aristeu Correia Costa Filho
Carlos Eduardo Santa Rita Barreira
Carmem Lívia Faria da Silva Martins
Claúdia Aniceto
Clayton Barbieiri de Carvalho
Ernandes Kaoru Nakamura
Fernanda Silveira Tavares
Fernando Jose Silva de Araújo
Gustavo dos Santos Fernandes
Iphis Tenfuss Campbell
Jéfferson Lessa Soares de Macedo
João de Souza Nascimento Filho
Jose Carlos Martins Córdoba
José Carlos Segura
José Henrique Leal Araújo
José Roberto de Deus Macedo
Leonardo de Sousa Santos
Lívia Vanessa Ribeiro Gomes
Marcelo Benites Moteiro
Maria Natividade Santos Costa Lopes
Marta Alves de Freitas
Paulo Roberto Maranhas Meyer
Pedro Nery Ferreira Júnior
Rodrigo Machado Cruz
Romero Bezerra
Sandro Pinheiro Melim
Sergio Zerbini Borges
Thiago Blanco Vieira
Walquíria Quida Salles Pereira Primo
Wenzel Castro de Abreu

GESTÃO 2018 A 2022

1ª Diretoria 01/10/2018 A 31/05/2020

Presidente:
Farid Buitrago Sanches

Vice-Presidente:
Sérgio Tamura

Secretário:
Procópio Miguel dos Santos

2º Secretário:
Marcela Augusta Montandon Gonçalves

Tesoureiro:
Carlos Guilherme da Silva Figueiredo

2º Diretoria 01/06/2020 A 31/01/2022

Presidente:
Farid Buitrago Sanches

Vice-Presidente:
Sérgio Tamura

Secretário:
Marcela Augusta Montandon Gonçalves

2º Secretário:
Procópio Miguel Dos Santos

Tesoureiro:
Carlos Guilherme da Silva Figueiredo

Conselheiros:
Alécio de Oliveira e Silva
Alexandre Cherman
Alípio de Sousa Neto
Carlos Guilherme da Silva Figueiredo
Caroline da Cunha Diniz
César de Araújo Galvão
Claudio Picanço da Silva Júnior
Cristofer Diego Beraldi Martins
Edna Márcia Xavier
Ely José de Aguiar
Farid Buitrago Sánchez
Flávia Vieira Guimarães Hartmann
Gabriella de Oliveira Ribeiro
Getúlio Bernardo Morato Filho
Gustavo de Almeida
Ivan de Faria Malheiros
José Flávio de Souza Bezerra
José Nava Rodrigues Neto
Juracy Barbosa dos Santos
Kenicassio Jesus Batista
Leonardo Santos Rocha Pitta
Leonel Rossetti Calvano
Luis Piva Júnior
Luiz Hamilton da Silva
Marcela A. Montandon Gonçalves
Marcello Oliveira Barbosa
Márcio Almeida Paes
Marcos Moura Santos
Mário Eunides J. Guimarães Júnior
Mirian Minotto Marques
Odésio Luiz Lunz
Osório Luis Rangel de Almeida
Procópio Miguel dos Santos
Renata Nayara da Silva Figueiredo
Rosylane Nascimento das M. Rocha
Salvador Celso Varella Albuquerque
Sérgio Tamura
Tiago Sousa Neiva
Ubirajara J. P. de Miranda Júnior
Ulysses Rodrigues de Castro
Zildinai França de Oliveira

Conselheiros

Alécio de O. e Silva

Alexandre Cherman

Alipio de Sousa Neto

Carlos Guilherme da Silva Figueiredo

Caroline da Cunha Diniz

César de Araújo Galvao

Gabriella de Oliveira Ribeiro

Getúlio Bernardo Morato Filho

Gustavo de Almeida

Ivan de Faria Malheiros

José Flávio de Souza Bezerra

José Nava Rodrigues Neto

Marcela Augusta M. Gonçalves

Marcello Oliveira Barbosa

Márcio Almeida Paes

Marcos Moura Santos

Mário Eunides J. Guimaraes Jr

Mirian Minotto Marques

Sérgio Tamura

Tiago Sousa Neiva

Ubirajara José Picanço Miranda Jr

Gestão 2018/2023

Claudio Picanço da Silva Júnior

Cristofer Diego Beraldi Martins

Edna Marcia Xavier

Ely Jose de Aguiar

Farid Buitrago

Flávia Vieira G. Hartmann

Juracy Barbosa dos Santos

Kenicassio Jesus Batista

Leonardo Santos Rocha Pitta

Leonel Rossetti Calvano

Luis Piva Junior

Luiz Hamilton da Silva

Odésio Luiz Lunz

Osório Luís R. Almeida

Procópio Miguel dos Santos

Renata Nayara Silva Figueiredo

Rosylane N. das Merces Rocha

Salvador Celso V. Albuquerque

Ulysses Rodrigues de Castro

Zildinai França

Foto Arquivo CRM-DF

Referências

Referências

35 anos do CRM-DF, livro – Brasília: 1996

Academia de Medicina de Brasília [Internet]. Acesso em 19 de fev 2021. Disponível em: https://academiamedicinadebrasilia.org.br/index.php/academia/historico

Associação Médica de Brasília [Internet]. Acesso em 19 de fev 2021. Disponível em: https://ambr.org.br/quem-somos-e-historia/

Conselho Federal de Medicina [Internet]. Acesso em 19 de fev 2021. Disponível em: link https://portal.cfm.org.br/institucional/

CRM-DF nas formaturas [Internet]. Acesso em 19 de fev 2021. Disponível em: http://www.crmdf.org.br/images/stories/publicacoes/boletim/boletim_julho.pdf

Decreto 44045, de 19 de julho de 1958. Aprova o regulamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina [Internet]. [Acesso em 8 abr 2021]. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/decretos/

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1996 abr.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1995 out.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1996 jan.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1998 jan.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1997 jan.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1997 abr.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 2001 jan.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 2002 jul.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1993 jun/jul.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1984 jan.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1982 abr/mai/jun.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1983 jan.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1985 nov.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1989 jun.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF;

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1999 abr.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 2001 out.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 1996 jun.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 2001 out.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 2000 abr.

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF;

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 2002

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 2013

Lei do Ato Médico nº 12.842 de 2013. Dispõe sobre o exercício da medicina [Internet]. [Acesso em 10 mai 2021]. Disponível em: http: //legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislação.nsf/Viw_Identificacao/lei

Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957. Dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências [Internet]. Diário Oficial da União; 1957 out.; Seção 1:23013. [Acesso em 8 abr 2021]. Disponível em: http: //legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislação.nsf/Viw_Identificacao/lei%203.268-1957?OpenDocument

Planejamento Estratégico do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Brasília: CRM-DF; 2020

Regimento Interno do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal -Resolução CRM-DF nº 387. Diário Oficial do Distrito Federal; 2016 jun.; Seção 3, página 33.

Resolução CRM-DF nº 9056. Diário Oficial do Distrito Federal; 1985 nov.

Resolução CRM-DF nº 18. Diário Oficial do Distrito Federal; 2001 fev.

Resolução Conselho Federal de Medicina nº 2126/2015.

Sindicato dos Médicos de Brasília. [Internet]. Acesso em 19 fev 2021. Disponível em: https://www.sindmedico.com.br/historia/

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Acesse a ver-
são e-book
dos 130 dias